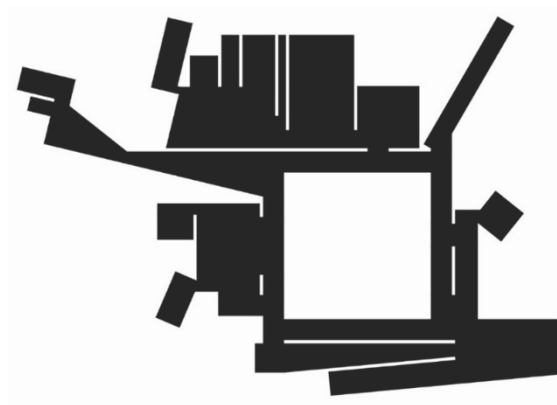


SONHAR ACORDADO, JUNTAR O ANTES, O AGORA E O DEPOIS

REESTRUTURAR A ALCÁÇOVA E REINVENTAR A ÁGUA NA COLINA DO CASTELO DE SÃO JORGE



João Maria de Oliveira Martins Bastos de Almeida (Licenciado)

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura (Especialização em Arquitetura)

Orientação Científica:

Professor Arquiteto João Favila Menezes

Professor Doutor José Luís Crespo

Júri:

Professora Doutora Alessia Allegri (Presidente)

Professor Doutor Jorge Virgílio Rodrigues Mealha da Costa (Vogal)

Professor Arquiteto João Favila Vieira de Sousa Menezes (Orientador)

Documento Definitivo

FA ULisboa, Lisboa, julho de 2024

SONHAR ACORDADO, JUNTAR O ANTES, O AGORA E O DEPOIS

REESTRUTURAR A ALCÁÇOVA E REINVENTAR A ÁGUA NA COLINA DO CASTELO DE SÃO JORGE

João Maria de Oliveira Martins Bastos de Almeida (Licenciado)

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura (Especialização em Arquitetura)

Orientação Científica:

Professor Arquiteto João Favila Menezes

Professor Doutor José Luís Crespo

Júri:

Professora Doutora Alessia Allegri (Presidente)

Professor Doutor Jorge Virgílio Rodrigues Mealha da Costa (Vogal)

Professor Arquiteto João Favila Vieira de Sousa Menezes (Orientador)

Documento Definitivo

FA ULisboa, Lisboa, julho de 2024

À família, aos amigos e à Rafaela pelo apoio incondicional ao longo de todo o processo de trabalho.

Aos orientadores, professor João Favila Menezes e professor José Luís Crespo, pela disponibilidade, paciência e conhecimento transmitido e por marcarem de forma tão determinante e positiva o meu percurso no ensino superior.

Ao *formaurbis* LAB, em especial ao professor Sérgio Fernandes, por todo o material gráfico fornecido.

À Daniela Sebastião pela visita ao Castelo que permitiu e acompanhou de forma tão especial e paciente.

Ao professor Nuno Montenegro e à professora Alessia Allegri por fazerem parte, em conjunto com os orientadores deste trabalho, de um grupo de professores de quem tenho a sorte de poder dizer que fui aluno.

Ao professor Jorge Mealha pelo lugar ocupado na sua sala durante vários meses de trabalho e por todos os livros disponibilizados e emprestados.

AGRADECIMENTOS



Fig. 01 – Capa do álbum *Prenda Minha* de Caetano Veloso

“ eu fico ali sonhando acordado juntando o antes, o agora e o depois ”

Caetano Veloso

A área do Castelo de São Jorge e de Alfama é a raiz da cidade de Lisboa. A sua mais profunda e antiga essência reside aqui e é a matriz do seu desenvolvimento ao longo de vários séculos. Nos últimos tempos têm-se verificado um apagar da identidade deste lugar com origem num forte processo de gentrificação.

Pretende-se, então, estudar estas áreas segundo duas temáticas principais identificadas como parte da definição de uma personalidade cada mais desvanecida. Essas temáticas traduzem-se em sistemas, o sistema defensivo e o sistema hídrico. O primeiro relacionado com os elementos e espaços associados à muralha, o segundo relativo à forma como a água é, ou foi, encarada neste lugar e os tipos de relação com ela estabelecidos ao longo dos anos.

Derivado desse estudo e da sua interpretação surge o projeto, com foco de intervenção no Pátio de Dom Fradique, que reestrutura o sistema defensivo ligado à Alcáçova e reinventa um sistema hídrico que assume a água como elemento qualificador de espaço urbano e gerador de uma série de programas histórico, cultural, espacial e socialmente pensados para o lugar onde se posicionam. O projeto revisita e reinterpreta um conjunto de vivências, tradições e espaços desenhando um lugar que cose e é cosido pela sua envolvente.

PALAVRAS-CHAVE:

Castelo | Alfama | sistema defensivo | cerca | sistema hídrico | água | pátio

RESUM O

The area of Castelo de São Jorge and Alfama is the root of the city of Lisbon. Its deepest and oldest nature resides here and is the foundation of its development over several centuries. In recent times, an erasure of the identity of this place has been noticed, originated from a strong process of gentrification.

The aim, then, is to study these areas according to two main themes identified as part of the definition of an increasingly fading personality. These themes are translated into systems, the defensive system and the water system. The first related to the elements and spaces associated with the city's wall, the second related to the way water is, or was, perceived in this place and the types of relationships established with it over the years.

The project is raised from this study and its interpretation and focuses its intervention in the Pátio de Dom Fradique area. It restructures the defensive system linked to the *Alcáçova* and reinvents a water system that assumes this element as something that can improve urban space living and generate several historical, cultural, spatial and social programs designed for the place where they are located. The project revisits and reinterprets a set of experiences, traditions and spaces, designing a place that sews and is sewed by its surroundings.

KEY WORDS:

Castelo | Alfama | defensive system | wall | water system | water | courtyard

ABSTRACT

AGRADECIMENTOS	II
RESUMO	VI
ABSTRACT	VIII
ÍNDICE	X
ÍNDICE DE FIGURAS	XIII
1. INTRODUÇÃO	1
2. ENQUADRAMENTO	9
2.1. SISTEMA DEFENSIVO	13
2.1.1. AS CERCAS DE LISBOA	17
2.1.2. O CASTELO E A MURALHA DA ALCÁÇOVA	21
2.1.3. SECCIONAMENTO DA ALCÁÇOVA	25
2.2. SISTEMA HÍDRICO	27
2.2.1. ÁGUA CASTELO	31
2.2.2. ÁGUA ALFAMA	35
2.2.3. CASOS DE ESTUDO	45
3. PROJETO	51
3.1. O LUGAR	55
3.1.1. HISTÓRIA DO LUGAR	59
3.1.2. PATRIMÓNIO MEMÓRIA	63
3.1.3. O QUE MANTER, O QUE RETIRAR	67
3.2. SISTEMA DEFENSIVO	71
3.3. SISTEMA HÍDRICO	79
3.3.1. FUNCIONAMENTO GERAL DO SISTEMA HÍDRICO	83
3.3.2. PROJETO DE ARQUITETURA E PROGRAMAS	89
3.3.3. COMPOSIÇÃO E MATERIALIDADE	95
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
BIBLIOGRAFIA	103
ANEXOS	111

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE FIGURAS

- 01 – Capa do álbum *Prenda Minha* de Caetano Veloso | p. IV
- 02 – Ortofoto da colina do Castelo de S. Jorge; fonte: Google Earth | p. XVIII
- 03 – Fotografia do Pátio de Dom Fradique em 1940; fonte:
<https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2018/09/patio-de-d-fradique-e-palacio-belmonte.html> | p. 2
- 04 – Fotografia do Largo do Chafariz de Dentro, em Alfama, no início do século XX; fonte:
<https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2016/05/largo-do-chafariz-de-dentro.html> | p. 4
- 05 – Fotografia de Alfama e Mar da Palha tirada do Miradouro do Recolhimento; João Almeida, 2024, Lisboa | p. 6
- 06 – Ortofoto editada com a zona de estudo realçada; fonte: Google Earth | p. 8
- 07 – Imagem 3d da colina do Castelo; fonte: Google Earth | p. 10
- 08 – Planta da cidade de Lisboa com representação do sistema defensivo, levantada em 1856/58 e publicada em 1884 em por Vieira da Silva; Vieira da Silva, 1884, Lisboa | p. 12
- 09 – Planta da cidade de Lisboa com representação do sistema defensivo, levantada em 1856/58 e publicada em 1884 em por Vieira da Silva (formato completo); Vieira da Silva, 1884, Lisboa | p. 14
- 10 – Esquema da Cerca Moura de Lisboa e sua subdivisão espacial; João Almeida, 2024, Lisboa | p. 16
- 11 – Planta da cidade de Lisboa com distinção das cercas moura (mais escura) e fernandina (mais clara) e dos edifícios notáveis (em planta) | p. 18
- 12 – Evolução da planta da Alcáçova ao longo dos anos; fonte: Vieira da Silva, 1937, p.15-21 | p. 20
- 13 – Plantas da Alcáçova antes (à esquerda) e depois (à direita) das obras da DGEMN; fonte: SIPA, 2024 | p. 22
- 14 – Planta atual do topo da colina com elementos existentes do sistema defensivo existentes (a preto) e inexistentes (a vermelho) sobrepostos; João Almeida, 2024, Lisboa | p. 22
- 15 – Planta atual do topo da colina com caracterização dos espaços segundo quatro categorias principais; João Almeida, 2024, Lisboa | p. 24
- 16 – Fotografia da cisterna da casa do Largo de Santa Cruz do Castelo; Atelier Bugio, 2024, Lisboa | p. 26
- 17 – Fotografia do Chafariz d’El-Rei em 1909; fonte: <https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2016/04/palacete-do-chafariz-del-rey-ou.html> | p. 28
- 18 – Planta atual do topo da colina com os elementos de água principais assinalados; João Almeida, 2024, Lisboa | p. 30
- 18.1 – Levantamento fotográfico dos pontos de água secundários (fontes e tanques) do Castelo de S. Jorge e seu estado de atividade (ativo ou inativo); João Almeida, 2024, Lisboa | p. 32
- 19 – Fotografia da Fonte das Ratas, Alfama; fonte: <https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2020/06/fonte-das-ratas.html> | p. 34
- 20 – Fotografia do Chafariz de Dentro, 1929, Alfama; fonte:
<https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2016/05/largo-do-chafariz-de-dentro.html> | p. 36
- 21 – Plantas das quatro principais alcaçarias de Alfama; Ramalho & Lourenço, 2005, p. 19-21 | p. 38

- 22 – Fotografia do lavadouro público de Alfama no evento *Fados no Lavadouro*, 2023; fonte: <https://www.instagram.com/appalfama/> | p. 40
- 23 – Fotografia do lavadouro público de Alfama no evento *Fados no Lavadouro*, 2023; fonte: <https://www.instagram.com/appalfama/> | p. 42
- 24 – Fotografia do lavadouro público de Alfama no evento *Fados no Lavadouro*, 2023; fonte: <https://www.instagram.com/appalfama/> | p. 42
- 25 – Desenho do sistema hídrico do Aqueduto das Águas Livres; João Almeida, 2024, Lisboa | p. 44
- 26 – Planta do sistema hídrico do Aqueduto das Águas Livres em Lisboa; João Almeida, 2024, Lisboa | p. 46
- 27 – Desenho de Filipe Folque da zona dos chafarizes de Alfama, 1858; fonte: <https://websig.cm-lisboa.pt/MuniSIG/visualizador/index.html?viewer=LxInterativa.LXi> | p. 48
- 28 – Imagem 3d do projeto; João Almeida, 2024, Lisboa | p. 50
- 29 – Fotografia das ruínas do Pátio de Dom Fradique; fonte: <https://www.atlaslisboa.com/patio-de-dom-fradique/> | p. 54
- 30 – Planta de Vieira da Silva com Pátio de Dom Fradique assinalado; Vieira da Silva, 1884, Lisboa | p. 56
- 31 – Fotografia do Largo e Igreja do Menino de Deus, 1905; fonte: <https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2017/08/igreja-do-menino-deus.html> | p. 58
- 32 – Fotografia do Largo e Igreja de Santa Cruz do Castelo; fonte: https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2019/03/igreja-de-santa-cruz-do-castelo_6.html | p. 58
- 33 – Fotografia do pátio do Palácio Belmonte (também conhecido por Pátio de Dom Fradique de cima), 1907; fonte: <https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2018/09/patio-de-d-fradique-e-palacio-belmonte.html> | p. 60
- 34 – Fotografia do pátio de Dom Fradique (também conhecido por Pátio de Dom Fradique de baixo), 1968; fonte: <https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2018/09/patio-de-d-fradique-e-palacio-belmonte.html> | p. 62
- 35 – Fotografia da entrada no pátio do Palácio Belmonte num dos topos da Rua do Chão da Feira, 1938; fonte: <https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2018/09/patio-de-d-fradique-e-palacio-belmonte.html> | p. 64
- 36 – Fotografia da entrada de baixo no Pátio de Dom Fradique (da Rua dos Cegos); fonte: <https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2018/09/patio-de-d-fradique-e-palacio-belmonte.html> | p. 66
- 37 – Fotografia do Pátio de Dom Fradique (de baixo), 1907; fonte: <https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2018/09/patio-de-d-fradique-e-palacio-belmonte.html> | p. 68
- 38 – Fotografia aérea do Castelo de São Jorge após as obras da DGEMN; fonte: SIPA | p. 70
- 39 – Fotografia aérea da colina do Castelo; fonte: SIPA | p. 72
- 40 – Fotografia aérea da Alcáçova do Castelo, 1938; fonte: https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2019/03/igreja-de-santa-cruz-do-castelo_6.html | p. 74
- 41 – Mapa de intenções relativas ao sistema defensivo; João Almeida, 2024, Lisboa | p. 76
- 42 – Desenho do sistema hídrico proposto; João Almeida, 2024, Lisboa | p. 78
- 43 – Ortofoto editada com a zona de intervenção realçada; fonte: Google Earth | p. 80

- 44 – Fotografia da cisterna da casa do Largo de Santa Cruz do Castelo; Atelier Bugio, 2024, Lisboa | p. 82
- 45 – Planta esquemática do sistema hídrico proposto; João Almeida, 2024, Lisboa | p. 84
- 46 – Imagem 3d do tanque de entrada no pátio projetado; João Almeida, 2024, Lisboa | p. 86
- 47 – Cortes do projeto; João Almeida, 2024, Lisboa | p. 88
- 48 – Planta à cota do pátio (“*cota Alfama*”); João Almeida, 2024, Lisboa | p. 90
- 49 – Planta do topo da colina anterior ao terramoto de 1755; Vieira da Silva, 1937, p.17 | p. 92
- 50 – Desenho conceptual de projeto; João Almeida, 2024, Lisboa | p. 94
- 51 – Imagem 3d do novo Pátio de Dom Fradique; João Almeida, 2024, Lisboa | p. 94
- 52 – Fotografia de maquete (escala 1:500); João Almeida, 2024, Lisboa | p. 96
- 53 – Fotografia de maquete (escala 1:100); João Almeida, 2024, Lisboa | p. 98
- 54 – Fotografia de maquete (escala 1:50); João Almeida, 2024, Lisboa | p. 100
- 55 – Capas das principais referências bibliográficas | p. 102
- 56 – Capa do livro *Coreografias da Água* | p. 104
- 57 – Capas dos livros de Vieira da Silva | p. 106
- 58 – Capa do volume I do livro *Lisboa Antiga* | p. 108



Fig. 02 – Colina do Castelo de S. Jorge

1

INTRODUÇÃO



Fig. 03 – Pátio de Dom Fradique, 1940

O trabalho apresentado pretende traçar um caminho coerente e consistente que tem como ponto de chegada a atuação sobre um dos lugares mais densos e difíceis da cidade de Lisboa. A colina do Castelo de São Jorge é o coração da cidade, é aqui que ela nasce e se inicia todo o seu processo de crescimento e desenvolvimento até à Lisboa que é hoje conhecida e vivida. Toda a densidade do lugar exige que, ao foco numa zona de intervenção mais contida, se anteceda o estudo de uma zona mais abrangente que permita um olhar alargado sobre este fragmento de cidade e as suas vivências, dinâmicas, sistemas, problemáticas e potencialidades. Assim, a **área de estudo** definida trata-se das zonas do *Castelo e de Alfama* já que a **área de intervenção** apresenta o seu maior grau de intensidade no *Pátio de Dom Fradique*, um lugar intersticial e limite que tanto pertence ao Castelo como a Alfama.

A análise da área de estudo e a definição de estratégias de atuação para a área de intervenção são feitas segundo duas **temáticas** principais traduzidas em sistemas. O *sistema defensivo* relaciona-se com os vários panos de muralhas da cidade, e os espaços por eles definidos e a eles associados, e o *sistema hídrico* associa-se às várias vivências, usos e tipos de relação estabelecidos com a água. São duas temáticas transversais a todo o processo que, na verdade, constroem a base conceptual do trabalho e as estratégias do projeto.

É absolutamente fulcral que o estudo das principais temáticas do trabalho seja confrontado com as **problemáticas** associadas ao lugar. A área do Castelo e de Alfama apropria-se de uma personalidade única na cidade de Lisboa que tem vindo a ser alvo de uma certa mutação ao longo do tempo consequente de um processo forte de gentrificação com origem maioritariamente turística. Os tecidos urbanos, espaços, vivências e tradições mais antigos da capital encontram-se aqui (mais ou menos visíveis) e declaram-se como características essenciais para a definição de uma



Fig. 04 – Largo do Chafariz de Dentro no início do séc. XX

identidade local social e histórico-culturalmente muitíssimo importante. A verdade é que, nos últimos tempos, tem-se testemunhado uma desvalorização da população local, população essa que se assume como principal elemento definidor da identidade anteriormente referida. Ora, desvalorizando o elemento formador desta personalidade do lugar corre-se o risco de, com o tempo e perdurando esta atitude, a apagar. Esta é a base problemática fundamental que dá origem e motiva o trabalho. Para além disso, o Pátio de Dom Fradique é um lugar com características únicas para ser o foco de uma celebração desta identidade e da união entre o Castelo e Alfama que vê todo o seu potencial desperdiçado há vários anos. Hoje assume-se apenas como uma desagradável barreira à articulação de lugares e edifícios relevantes sobre vários pontos de vista.

Tendo as questões problemáticas bem assentes, é essencial delinear **objetivos** para a elas responder da melhor forma possível. Assim, o trabalho visa analisar, segundo os dois sistemas principais de estudo e de atuação (defensivo e hídrico), a zona do Castelo e de Alfama e perceber quais os elementos ou vivências que fazem parte da sua definição de identidade, a sua evolução e a sua presença na comunidade atualmente. Percebido isto, a intervenção pretende reestruturar o sistema defensivo através de um plano de intenções e reinventar as vivências da população com a água, tal como os sistemas de captação e distribuição a ela associados, através de um projeto. De certa forma, o trabalho tenciona estudar o *antes*, perceber o *agora* e desenhar um *depois* através de reinterpretações com sentido atual, oportuno e agarrado ao lugar onde se insere.

As **metodologias** usadas para tal também podem ser divididas segundo estas três ações delineadas como objetivos. Em relação ao *antes*, o recurso a livros, documentos, desenhos, mapas, fotografias antigas e documentários televisivos



Fig. 05 - Alfama e Mar da Palha vistos do Miradouro do Recolhimento

revelou-se essencial na sua compreensão. Para entender o *agora*, as idas ao local, o diálogo com a população residente ou com especialistas, o registo fotográfico e até análise empírica de tudo isto foram os procedimentos mais consequentes. Relativamente ao desenhar um *depois*, que é onde entra a componente do processo criativo, a análise dos casos de estudo, os esboços, as maquetes e os modelos digitais tridimensionais foram os elementos mais relevantes.

A **estrutura** do documento é bastante clara e não muito complexa. Existe uma divisão fundamental do trabalho em dois capítulos principais, *ENQUADRAMENTO* e *PROJETO*, e ambos abrangem uma subdivisão segundo os dois sistemas principais de estudo e atuação já mencionados, o *sistema defensivo* e o *sistema hídrico*. No enquadramento analisa-se a área de estudo, no projeto compreende-se a área de intervenção de forma a para ela propor estratégias e programas e sua implantação.



Fig. 06 – Área de estudio

2

ENQUADRAMENTO



Fig. 07 – Imagem 3d da colina do Castelo

Pretendendo trabalhar na colina do Castelo de São Jorge e querendo fazê-lo de uma forma consistente torna-se absolutamente fulcral não isolar uma possível área de intervenção da intensa e complexa envolvente que a ela se agrega. Desta forma, antes de definir o que fazer na área de intervenção, é importante definir uma área de estudo mais geral que a contextualize e a agarre histórica, espacial e socialmente ao lugar onde se insere.

A área de estudo definida e a seguir analisada segundo dois sistemas principais (defensivo e hídrico) trata-se do topo e das encostas sul e nascente da colina, ou seja, da zona do Castelo de São Jorge e de Alfama (fig. 07). Consiste numa área altamente densa e intensa de vários pontos de vista sobre a qual se tenta fazer uma análise pragmática, atenta, atual e pertinente.



Fig. 08 — Planta da cidade de Lisboa com representação do sistema defensivo, levantada em 1856/58 e publicada em 1884 por Vieira da Silva

2.1

SISTEMA DEFENSIVO

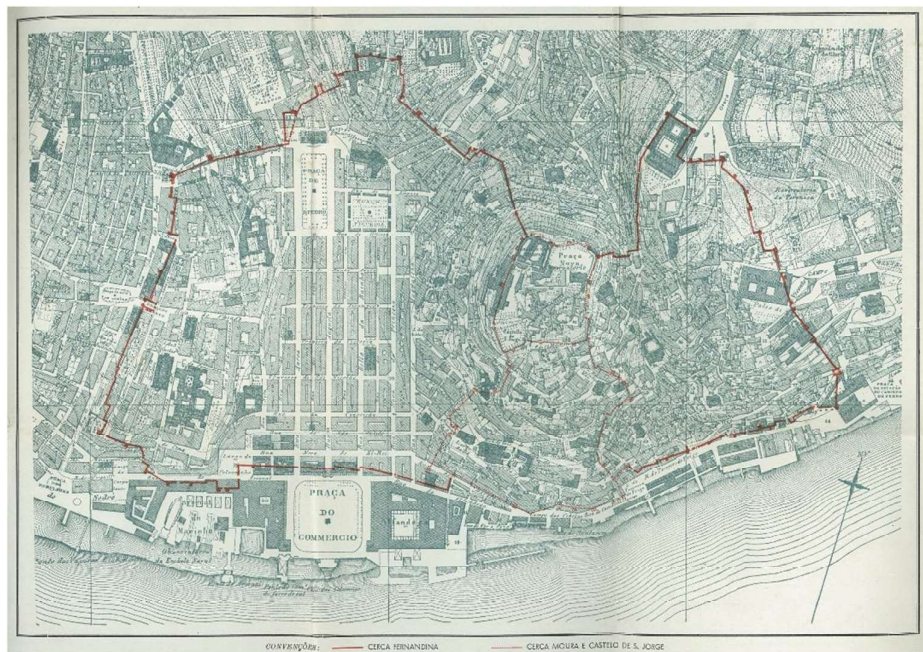


Fig. 09 - Planta da cidade de Lisboa com representação do sistema defensivo, levantada em 1856/58 e publicada em 1884 por Vieira da Silva

A colina do Castelo é o local onde nasce Lisboa, é o cerne da formação e do desenvolvimento de uma cidade que evolui durante milhares de anos até se tornar a que hoje é, por todos, conhecida. Grande parte desse desenvolvimento tem, durante muitos anos, como elemento espacial central um sistema defensivo (fig. 09), gerado ao longo de várias épocas, que abraça e protege a cidade, tornando-a segura e dando-lhe as condições de estabilidade necessárias para o seu próprio progresso.

Assim, este sistema defensivo é dos elementos, historicamente e não só, mais fortes da cidade de Lisboa, um elemento que revela e torna evidentes as muitas camadas de história que se associam ao território e que se cose com ele de forma natural e única, aparecendo e desaparecendo tanto temporal como espacialmente.

Desta maneira, este subcapítulo centra-se num olhar atento sobre este sistema.

Tendo então como alvo de estudo o sistema defensivo de Lisboa é essencial assumir como principal referência o autor Augusto Vieira da Silva já que são dele as mais profundas, coerentes e interessantes análises das várias cercas de Lisboa publicadas em diversos livros como *O Castelo de São Jorge em Lisboa* (1937), *A Cerca Moura de Lisboa* (1939) ou *A Cerca Fernandina de Lisboa* (1987).



Fig. 10 – Cerca Moura de Lisboa e sua subdivisão espacial (sem escala)

2.1.1. As cercas de Lisboa

Lisboa é uma cidade com muitos anos de história que atravessa vários períodos, dominados por diversas culturas, que acabam por moldar a cidade que é hoje vivida. As cercas de Lisboa, na verdade, retratam de forma muito clara esta passagem do tempo pela cidade.

Antes da conquista de Lisboa, em 1147, por D. Afonso Henriques, a cidade passara já pela apropriação de vários povos, sendo os que vestígios mais fortes deixaram os romanos e, posteriormente, os mouros. A verdade é que, apesar de terem existido, de facto, fortificações romanas em Lisboa, a linha de muralhas que *“permitiu aos muçulmanos resistir, durante quasi quatro meses de cerco, a tropas numerosas, aguerridas, munidas dos mais aperfeiçoados meios de ataque então em uso, e além disso incitadas pelo ódio da religião e de raça”* (Vieira da Silva, 1939, p.13), é atribuída ao próprio povo muçulmano.

A cidade moura era, então, definida pelas muralhas do próprio castelo, também intitulado de castelejo, pelas muralhas da Alcáçova e pelas muralhas que rodeavam a zona da Medina e que se estendiam até às margens do rio Tejo. Este conjunto de fortificações defensivas é designado por Cerca Moura de Lisboa e é sintetizado na figura 10.

Com o domínio cristão já instalado e consolidado na cidade, é entre 1373 e 1375 que D. Fernando I constrói uma nova linha de muralhas. Esta nova cerca abrangia uma área muito superior à da cerca moura, que agora passava também a ser intitulada de cerca velha, e passa a moldar uma cidade diferente, maior, mais forte e mais bem protegida.

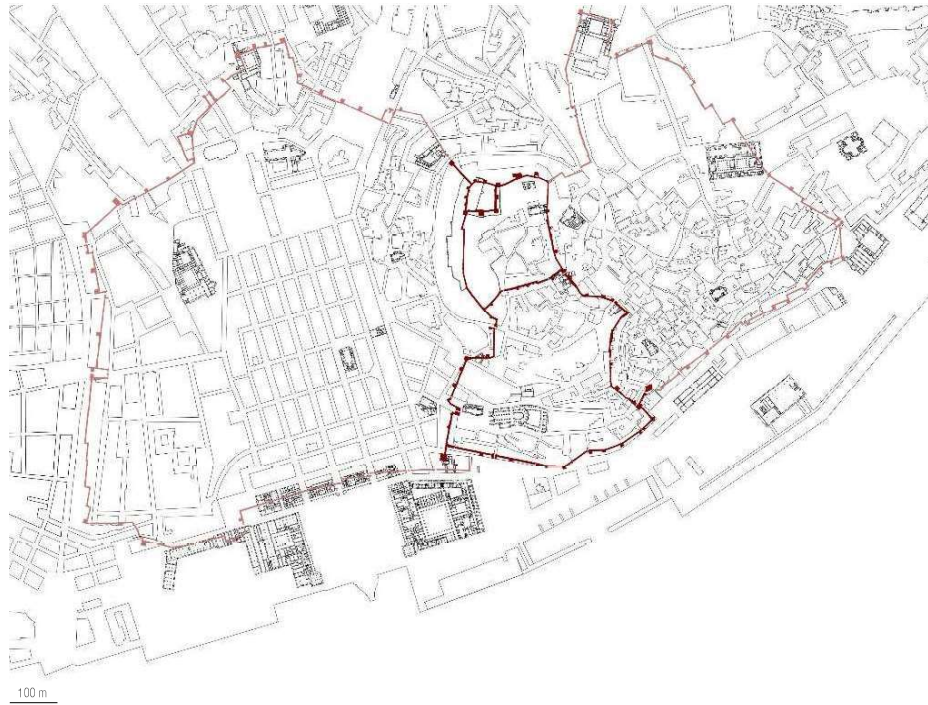
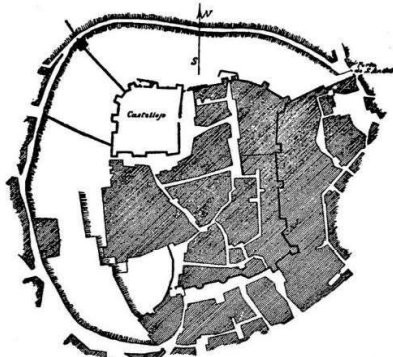


Fig. 11 – Planta da cidade de Lisboa com distinção das cercas moura (mais escura) e fernandina (mais clara) e dos edifícios notáveis (em planta)

Todas estas cercas sofreram diversas apropriações, destruições e reconstruções ao longo dos anos e do território até aos dias de hoje onde parecem deambular pela cidade, aparecendo e desaparecendo, revelando pequenos troços, vestígios e apenas muito pontualmente a imponência que em tempos tiveram. Apenas as muralhas do Castelo e da Alcáçova conseguem ser, hoje, lidas de forma clara e desafogada e, mesmo elas, apresentam troços ruídos ou já inexistentes.

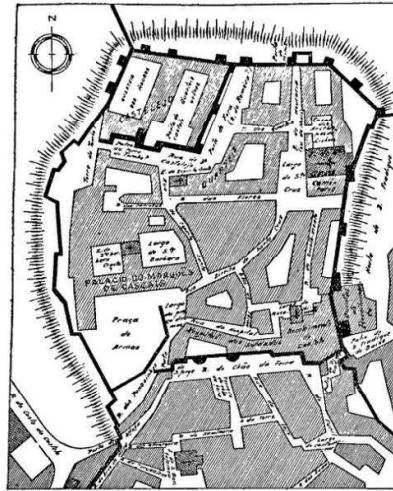


PLANTA DA FREGUESIA DE SANTA CRUZ DO CASTELO EM 1650

ESCALA 1:5000

Extraída da «Planta da Cidade de Lx...» por João Nunes Tinoco, Arquitecto de S. Mg.^{do}, Anno 1650

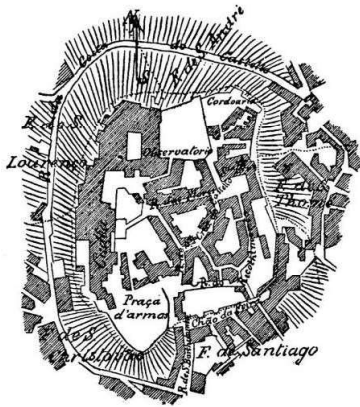
Cópia por A. V. S.



PLANTA DA FREGUESIA DE S.ª CRUZ DO CASTELO ANTERIOR AO TERREMOTO DE 1755, MAS COPIADA OU DESENHADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1761

ESCALA APROXIMADA 1:2500

As legendas são de José Valentim de Freitas, que as escreveu numa cópia da planta, existente na Biblioteca Nacional, em Lisboa

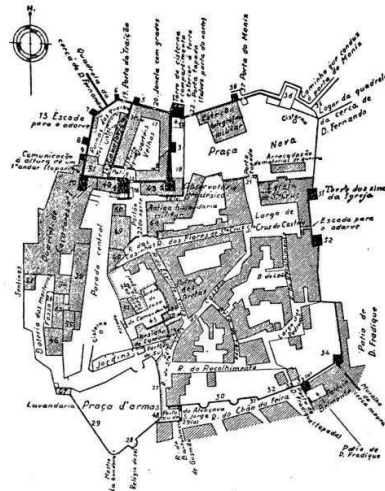


PLANTA DA FREGUESIA DE SANTA CRUZ DO CASTELO EM 1807

ESCALA 1:5000

Extraída da «Carta topographica de Lisboa e seus suburbios...» levantada no anno de 1807, debaixo da direcção do Capp.^m Engenheiro Duarte José Faria

Cópia por A. V. S.



PLANTA DA FREGUESIA DE S.ª CRUZ DO CASTELO EM 1893

ESCALA 1:2500

Levantada por António Augusto Ribeiro Nogueira

Reduzida do original e actualizada por A. V. S.

Fig. 12 – Evolução da planta da Alcçova ao longo dos anos

2.1.2. O Castelo e a Muralha da Alcáçova

Sendo toda a zona de intervenção imediatamente contígua à muralha da Alcáçova (como se poderá verificar no capítulo de projeto), é de enorme importância perceber a evolução da mesma e, encarando-a como um elemento conjunto com o próprio Castelo, toda esta zona (Castelo e Alcáçova) merece uma atenção e análise especial de forma a conseguir, posteriormente, sobre ela atuar de forma adequada e pertinente.

Desta forma, e recorrendo mais uma vez a Augusto Vieira da Silva e, neste caso, à sua publicação *O Castelo de São Jorge em Lisboa* (1937), consegue-se, analisando os mapas da figura 12, verificar toda a evolução e mutações deste lugar ao longo dos anos em que foram feitos registos.

O Castelo e a muralha da Alcáçova foram, então, ambos elementos em constante mudança ao longo dos anos sofrendo especialmente, tal como toda a cidade, uma grande transformação com o terramoto de 1755 já que uma parte considerável das muralhas ruiu.

Depois de 1755, obras verdadeiramente significativas demoraram a surgir e o estado das fortificações manteve-se muito degradado durante mais de cento e cinquenta anos. De facto, apenas a partir dos anos 30 do século passado, já em pleno regime de Estado Novo, se iniciam as grandes obras de recuperação e reconstrução do Castelo e das muralhas da Alcáçova, dirigidas pela DGEMN (Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais).

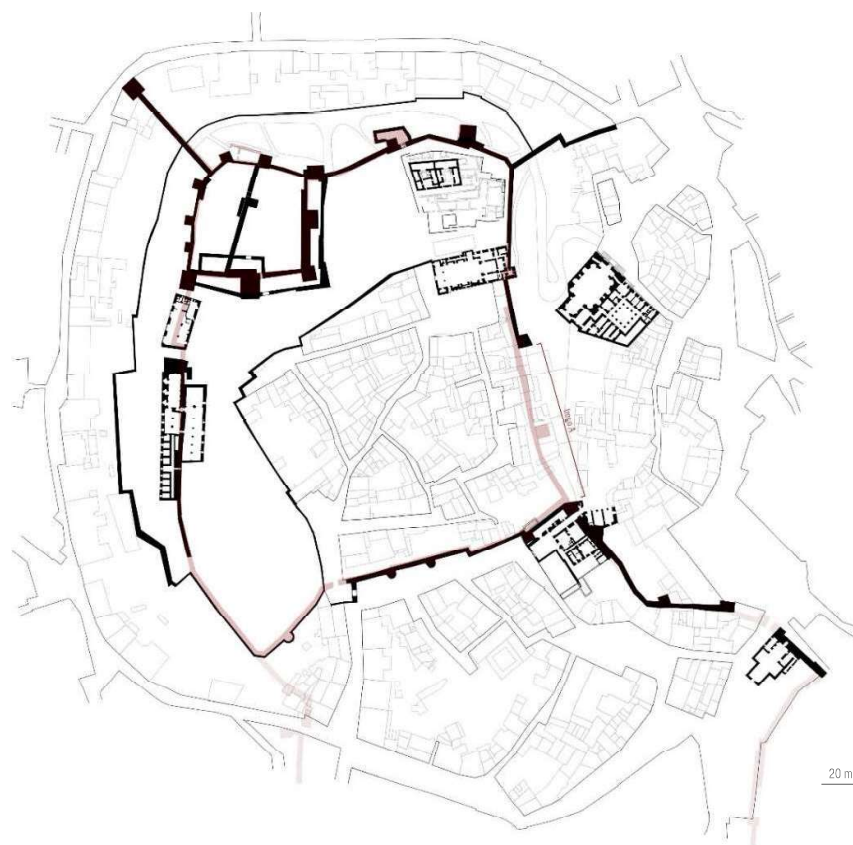


Fig. 13 – Plantas da Alcáçova antes (à esquerda) e depois (à direita) das obras da DGEMN (sem escala)

Fig. 14 – Planta atual do topo da colina com elementos do sistema defensivo existentes (a preto) e inexistentes (a vermelho) sobrepostos

Analisando as plantas da figura 13, facilmente se verifica que, de facto, a intervenção de restauro e reconstrução anteriormente referida tomou proporções significativas e influenciou de maneira muito vincada a leitura que hoje se consegue ter do pano de muralhas do Castelo e da Alcáçova. Na verdade, após esta intervenção, este conjunto de muralhas ficou quase totalmente visível e/ou perceptível. Com uma certa abstração e conhecimento da matéria em causa consegue-se facilmente identificar todo o desenho do pano de muralhas da Alcáçova ficando apenas com a exceção de um troço e eventuais momentos muito pontuais.

Desta forma, sobrepondo uma planta síntese atual do topo da colina com o traçado da muralha da Alcáçova, rapidamente se percebe que, de uma forma geral, apenas a metade sul do troço nascente desta muralha se encontra ainda ruída ou desaparecida. Assim, o troço assinalado na figura 14 como *troço A* é a única parte da muralha da Alcáçova que, hoje, não consegue ser lida no topo da colina do Castelo.



Fig. 15 – Planta atual do topo da colina com caracterização dos espaços segundo quatro categorias principais

2.1.3. Seccionamento da Alcáçova

Analisando, agora, o topo da colina ao nível do espaço público e privado, tendo em vista a figura 15, podemos fazer uma subdivisão em quatro categorias principais: em primeiro lugar, o espaço totalmente público (a branco); em segundo, o espaço semi-público (a cinza), ou seja, o espaço que é público, já que se trata de um monumento nacional, mas onde se tem de pagar para entrar; em terceiro, o espaço privado pertencente ao Estado (a vermelho); e, finalmente, em quarto, o espaço totalmente privado (a amarelo). Esta análise, ainda que bastante sintética, é importante na medida em que no ato (posterior) de projeto, a reestruturação do lugar pode passar por processos de passagem dos espaços de uma destas categorias para outra.

É curioso verificar que os espaços contíguos à muralha da Alcáçova do lado exterior são, dos lados poente e sul, maioritariamente públicos ou semi-públicos (branco ou cinza) e, dos lados nascente e norte, maioritariamente privados mas pertencentes ao Estado.



Fig. 16 – Cisterna da casa do Largo de Santa Cruz do Castelo

2.2

SISTEMA HÍDRICO



Fig. 17 – Chafariz d'El-Rei, 1909

A água está no centro da própria essência humana. As cidades, reflexo do pensamento e das necessidades intrínsecas ao nosso ser, desenvolvem-se, invariavelmente, à volta deste elemento, sendo ele gerador de vida e espaço. Lisboa surge como um exemplo singular de testemunho desta inter-relação entre água, espaço e ser.

“A coreografia da água tem sucessivamente instaurado e questionado a paisagem de Lisboa. A água construída designa a cidade na sua organização matricial, na sua particular urbanidade e arquitectura e na sua exclusiva identidade. A partir desta é possível dimensionar, subentender e inferir a intrínseca natureza da água e o seu funcionamento, neste contexto. Ela actua como sistema de interface determinante em boa parte das realizações da cidade onde operam de forma dual forças naturais e culturais que as influenciam, corporizam, mantêm ou dissolvem, ratificando conjuntamente o seu processo evolutivo e a particular representação, em cada momento.” (Amaro Alfaiate & Mendes Ribeiro, 2021, p.13)



Fig. 18 – Planta atual do topo da colina com os elementos de água principais assinalados (legendados nas páginas XX e XX)

2.2.1. Água | Castelo

A colina do Castelo de S. Jorge é rica em recursos hídricos que foram aproveitados de diversas formas pelas várias culturas e povos que por aí passaram ao longo dos tempos. Desta forma, este pedaço tão rico de território contém diversas estruturas que assumem a água como foco central, seja a sua captação, armazenamento, distribuição ou, apenas, fruição.

No topo da colina, na área da Alcáçova e do Castelo, estando a uma cota mais elevada em relação às áreas circundantes, o tema da água é diretamente associado ao elemento que permitiu, durante anos, a sua captação e armazenamento: a cisterna. As cisternas são estruturas de armazenamento de águas (neste caso, pluviais), normalmente enterradas, que se associam também a sistemas que permitem a sua captação. Durante anos, as águas pluviais que caíam sobre o topo da colina eram redirecionadas para cisternas que as guardavam e, posteriormente, permitiam a sua distribuição para todos os usos que as necessidades humanas impõem.

Para uma análise mais concreta deste tema, foi feito um levantamento, que se baseou em idas ao lugar e no livro *O Castelo de São Jorge em Lisboa* (1937) de Augusto Vieira da Silva, de todos os elementos principais de captação e armazenamento de água na área da Alcáçova e Castelo. Foram levantados também alguns dos pontos de água secundários ainda existentes, neste caso, elementos frutivos como fontes e tanques. Depois da planta da figura 18 que esquematiza este levantamento surge, então, a sua legenda. A parte assinalada com letras corresponde aos pontos de água secundários (fontes e tanques), cada um associado a uma fotografia e a uma descrição do seu estado de atividade (ativo ou inativo). A parte assinalada com números corresponde aos elementos de armazenamento principais (cisternas e reservatórios), brevemente descritos.

Pontos de água secundários (fontes e tanques) – figura 18.1:

A. (ativo)



B. (inativo)



C. (ativo)



D. (ativo)



E. (inativo)



F. (inativo)



G. (inativo)



H. (inativo)



I. (inativo)



J. (inativo)



K. (inativo)



L. (inativo)



M. (inativo)



N. (inativo)



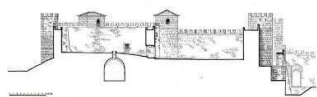
O. (inativo)



Elementos de captação e armazenamento (cisternas e reservatórios):

1. "A torre (4) do ângulo nordeste do castelejo é chamada da cisterna, por ter no seu interior um depósito para água da chuva, cujo fundo fica pouco acima do terraplano exterior da Praça Nova. Ao centro do eirado conserva-se o bocal da cisterna, desgastado pelo roçar das cordas do balde, e com a sua armação de ferro para a roldana." (Vieira da Silva, 1937, p.52)

2.



Esta cisterna, situada no interior do castelo, não é descrita por Vieira da Silva mas aparece assinalada, no entanto, na sua planta de 1893. Aparece também nos desenhos do projeto da DGEMN (imagem ao lado). O seu bocal é, hoje em dia, visível.

3.



"Nesta parada (parada central) existe uma cisterna, cujo bocal foi suprimido" (Vieira da Silva, 1937, p.111). Vieira da Silva descreve, desta forma, a cisterna da "parada central", contudo, presume-se que a referida cisterna seja a que tem,

4.



Esta cisterna não é documentada por Vieira da Silva. Pertence a uma casa no Largo de Santa Cruz do Castelo recuperada pelo Atelier Bugio (arquiteto João Favila Menezes) de onde provém a fotografia do seu interior (imagem ao lado).

5. "Próximo do canto nordeste do recinto da Praça Nova existe uma cisterna, como se indica na nossa planta de 1893." (Vieira da Silva, 1937, p.88)

6. "Rua das Cozinhas; última à esquerda da rua de Santa Cruz do Castelo (indo da porta do castelo); não tem saída. Daria acesso, porventura, noutros tempos, às cozinhas do paço da alcáçova. O nº 3 é a porta do pátio dum palácio setecentista, cuja história desconhecemos. Este pátio dá entrada para um jardim com uma cisterna, e um quintal anexo, cujo vão da porta está emoldurado com azulejos policrómicos, de assuntos campestres." (Vieira da Silva, 1937, p.124)

7. "A torre (10), no ângulo oposto diagonalmente ao da torre (4) da cisterna, era de grandes dimensões 7,6mx10m em planta, e de grande altura (...) Actualmente está sobre esta torre um reservatório cilíndrico de betão armado, com cerca de 80m³ de capacidade, construído em 1921." (Vieira da Silva, 1937, p.58-59)

8. "Por trás do edifício do comando (39) fica um terraço descoberto (no sítio marcado por um rectângulo grande não tracejado, na nossa planta de 1893), à altura do primeiro andar, onde existe uma cisterna sobre um massame de alvenaria, que ocupa em planta toda a área do dito terraço" (Vieira da Silva, 1937, p.111)

9. "Próximo do canto norte da praça (de armas) foi construído em 1921 um reservatório de água, subterrâneo, circular, de betão armado, com 100m³ de capacidade, e sobre ele uma câmara, também abaixo do nível da parada, onde está montado um grupo electro-bomba, destinado a elevar as águas da Companhia das Águas, que aí dá entrada, para o reservatório situado sobre a torre (10), de que já tratámos; a câmara tem uma porta para a rua de Santa Cruz do Castelo, que hoje se acha tapada com alvenaria pelo lado interior." (Vieira da Silva, 1937, p.73)

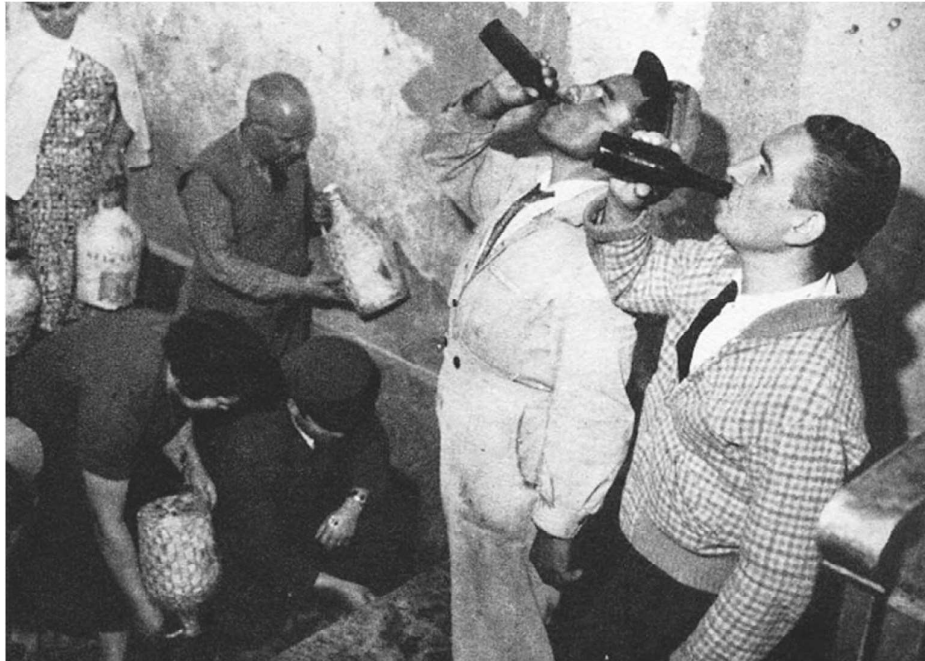


Fig. 19 – Fonte das Ratas, Alfama (s.d.)

2.2.2. Água | Alfama

A identidade de Alfama, apesar de algo apagada nos tempos correntes e com tendência pouca positiva, passa por diversas vertentes. Sítio de costumes antigos altamente definidores de uma individualidade testemunhada ao longo dos tempos por todos os lisboetas, e não só. Lugar onde se canta, onde se conversa, onde se bebe, onde se deambula por estreitas e inclinadas ruelas fazendo um pequeno largo ter a vida de uma grande praça.

Na verdade, e apesar de ser uma vertente praticamente esquecida desta mesma identidade, a água é um dos principais elementos definidores de Alfama. Os antigos banhos públicos (mais conhecidos por alcaçarias), as fontes, os chafarizes ou os lavadouros são parte deste testemunho quase desaparecido de vida em torno da água. Aqui, todo o espaço público de encontro em comunidade é, ou era, centrado neste elemento. Em alfama, a água gerava encontro, vida e espaço.

“Águas para os gastos domésticos havia-as em abundância, provenientes do lençol aquífero que existe nas entranhas do monte do Castelo, e que eram aproveitadas nas fontes ou chafarizes que depois se chamaram de El-Rei, da Praia e de Dentro; as águas para banhos, além das duas termas mencionadas, eram fornecidas pelas alcaçarias de alfama (do árabe alhama, fonte quente).” (Vieira da Silva, 1937, p.11)



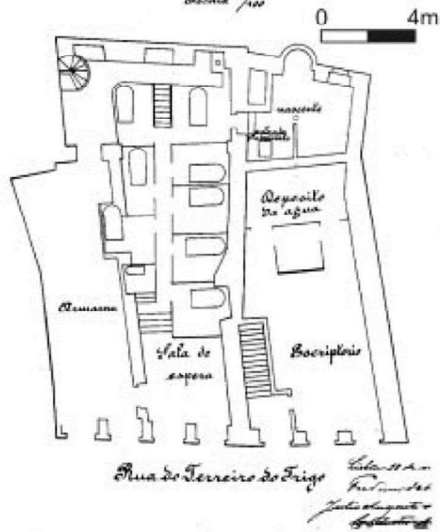
Fig. 20 – Chafariz de Dentro, Alfama, 1929

Fontes e Chafarizes

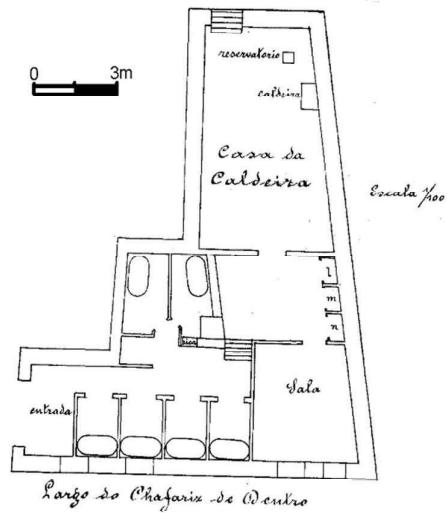
As fontes e chafarizes que encontramos ainda hoje em Alfama fazem, então, parte de um conjunto de elementos criadores da já referida identidade. Por entre os muitos e apertados percursos desta encosta da colina, encontram-se inúmeras fontes, muitas já inativas e apropriadas das piores formas, que vão surgindo quase como uma companhia que usa a água como alívio da tensão criada pela própria cidade.

Onde Alfama encontrava o rio, já numa zona aplanada, baixa e folgada encontrava-se também, então, o epicentro deste testemunho de vida em torno da água. Aí estavam os três maiores e mais importantes chafarizes de onde a água era recolhida: Chafariz de El-Rei, Chafariz de Dentro (fig. 20) e Chafariz da Praia (o único que, hoje, não existe). Percebe-se de forma bastante clara ao analisar o espaço urbano associado a estes pontos principais de água que a cidade foi desenhada em torno deles e assumindo-os como foco de um encontro em comunidade.

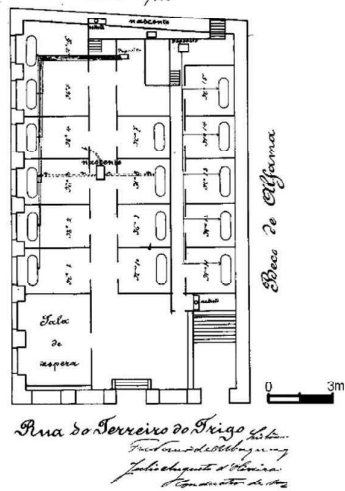
Planta do estabelecimento de banho das Alcaçarias de D. J. C. Rapista.
Escala 1/100



Planta do estabelecimento de banhos denominados do Doutor.
Escala 1/100



Planta do estabelecimento de banhos Alcaçarias do Duque.
Escala 1/100



Planta do estabelecimento de banhos Alcaçarias de D. Clara.
Escala 1/100

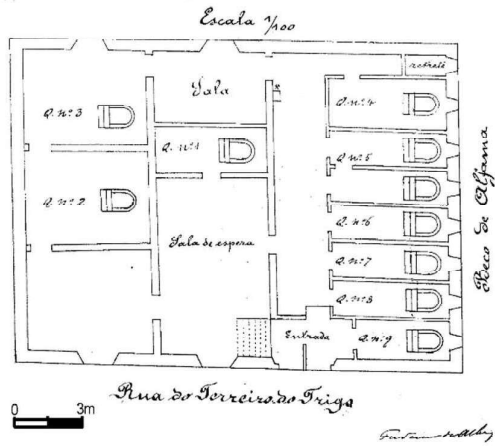


Fig. 21 – Plantas das quatro principais alcaçarias de Alfama

Alcaçarias

As águas da colina do Castelo, algumas termais, foram utilizadas pelos vários povos que se apropriaram da cidade de Lisboa. Os banhos e as termas sempre tiveram uma forte presença na história e personalidade deste pedaço de território. Dos romanos, por exemplo, são conhecidos dois estabelecimentos termais, descritos por Vieira da Silva, e dos árabes a sua apropriação e valorização das águas de Alfama (de onde deriva, supõe-se, o próprio nome). Mais tarde, surgem as alcaçarias de Alfama que consistiam em balneários públicos onde a população encarava o ato de tomar banho como uma ação social e de vida em comunidade. As quatro alcaçarias principais encontravam-se todas na mesma área (Rua do Terreiro do Trigo e Largo do Chafariz de Dentro) onde também existiam os chafarizes principais de Alfama.

“Além dos dois banhos de águas quentes que acima mencionámos, é provável que os romanos tivessem aproveitado também para estabelecimento termal as águas que ainda irrompem do solo no actual Terreiro do Trigo. Não há documentação, nem vestígio da utilização de tais águas pelos romanos, mas sabido como é que este povo tinha em grande apreço tudo quanto respeitava a águas e banhos, fácil é conjecturar que não teria desprezado estas nascentes termais, tão abundantes e medicinais, que ainda hoje são utilizadas nos estabelecimentos de banhos designados por alcaçarias.”
(Vieira da Silva, 1939, p.13-14)



Fig. 22 – Lavadouro público de Alfama no evento *Fados no Lavadouro*, 2023

Lavadouros

Para além das fontes, chafarizes e alcaçarias, a água manifesta-se enquanto programa em Alfama também nos lavadouros. O ato de lavar a roupa era, em si, uma verdadeira celebração da inter-relação espaço-vida-água.

“Se desapareceu, conserve-se-lhe ao menos a memória. Ei-la:

À esquerda de quem entra do Terreiro do Trigo no beco de Alfama, que também se chamou beco das Barrelas, havia há uns trinta ou quarenta anos, dentro de uma espécie de pátio enquadrado entre as trazeiras dos prédios da rua do Terreiro do Trigo e da Rua de S. Pedro, e separado do público por um muro de pouca altura, com a sua portinha vermelha, um largo tanque oblongo, de água tépida, no qual dúzias de lavadeiras de Alfama levavam o dia a bater e a cantar.

Era êste tanque obra do tempo de el-Rei D. Sebastião, segundo consta do cartório do Município. Aquela grei laboriosa, bem pouco edificativa no traço e na loquela, ouvia-se de muito longe. Era capitaneada por um velho, (...) recebendo alguns cobres dos curiosos que ali iam ver.

¿Ver?! Ver, sim; havia que ver. Aquilo tinha um cunho único em Lisboa. Era um rancho de mulheres, velhas e moças, apenas vestidas, e mergulhadas quasi até à cinta, naquela enorme tina, de muitos metros de comprimento, falando, lavando, descompondo-se conversando da vida alheia, ou atroando o ar com as suas cantigas avinhadas. Em volta o grupo das casas sombrias, feias, assistindo como por demais.

(...)

Não o quadro não tinha par; e em tão resumido espécimen vinha reflectir-se todo o antigo viver licencioso e pitoresco da moirisca Alfama.” (Castilho, 1935, p.302-303)

Ora, analisando a descrição acima do antigo tanque das lavadeiras de Alfama, facilmente se verifica essa celebração. O tanque era um espaço de água que reunia dezenas de mulheres diariamente, mulheres que falavam, lavavam e cantavam juntas, e que atraía, ainda, pessoas que queriam testemunhar tal acontecimento. O tanque era, afinal, uma reflexão de “todo o antigo viver” de Alfama, viver em comunidade, viver em torno e, no caso, na água.



Fig. 23 – Lavadouro público de Alfama no evento *Fados no Lavadouro*, 2023



Fig. 24 – Lavadouro público de Alfama no evento *Fados no Lavadouro*, 2023

Atualmente, Alfama contém um dos poucos lavadouros públicos ainda abertos. Na verdade, e como é natural, este lavadouro encontra-se na maior parte do tempo vazio visto que são praticamente inexistentes as pessoas que ainda lavam a roupa à mão, para além do facto desta zona ter cada vez menos moradores. No entanto, este espaço é hoje palco de algumas iniciativas culturais.

Recentemente, a APPA (Associação do Património e População de Alfama) tem organizado os eventos “Fados no Lavadouro” (figs. 22, 23 e 24). A iniciativa consiste numa sessão de fados que tem como palco o lavadouro público de Alfama. Cantores e ouvintes, de todas as faixas etárias, apropriam-se do espaço de forma informal e celebram a identidade do próprio lugar onde se inserem. Durante breves momentos, os tanques transformam-se em bancos de uma sala de espetáculos única que consegue reunir dezenas de pessoas interessadas no relembrar de uma personalidade.



Fig. 25 – Desenho do sistema hídrico do Aqueduto das Águas Livres

2.2.3. Casos de estudo

Tendo em conta que a temática projetada estará diretamente relacionada com o tema da água, são eleitos dois casos de estudo principais, o sistema do Aqueduto das Águas Livres e Alfama (com todas as suas vivências em redor da água), que são analisados de forma sucinta, contudo, atenta.



Fig. 26 – Planta do sistema hídrico do Aqueduto das Águas Livres em Lisboa (sem escala)

Sistema do Aqueduto das Águas Livres

O sistema do Aqueduto das Águas Livres em Lisboa (fig. 26), trata-se de um sistema hídrico, construído entre 1731 e 1799, que funciona apenas por ação da gravidade e que abrange a captação, transporte, armazenamento e distribuição de água. A captação associava-se às águas das nascentes de Sintra que eram conduzidas até à capital através de um aqueduto principal que se baseou na implantação de um antigo aqueduto romano. Chegando a Lisboa, a água era armazenada em diversos reservatórios e, posteriormente, distribuída por galerias ou aquedutos secundários para muitos dos chafarizes de Lisboa. Desde a sua criação até aos anos 60 do século XX, este foi o sistema que abasteceu a cidade de água para consumo.

A obra mais marcante de todo o sistema é o troço do aqueduto que passa por cima do vale de Alcântara, contudo, é muito curioso perceber que o sistema distribui uma série de galerias e reservatórios com muito interesse arquitetónico que se associam, muitas vezes, à definição de espaços públicos notórios da cidade de Lisboa. Exemplos disso são o Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras, espaço com um carácter único e muito especial em Lisboa, que não só marca a chegada oficial deste sistema hídrico à cidade como também define, em conjunto com o troço de aqueduto que a ele se apega, o limite do atual jardim das Amoreiras, ou o Reservatório do Patriarcal, situado no centro do Jardim do Príncipe Real.

Na verdade, a criação do Aqueduto das Águas Livres foi uma das maiores obras feitas na cidade de Lisboa, apesar de estar, de certa forma, escondida na sua grande maioria. Este sistema hídrico gerou e definiu vida na capital associando-se ao nascimento de diversos espaços com identidades muito diferentes que marcam inevitavelmente a cidade até aos dias de hoje.

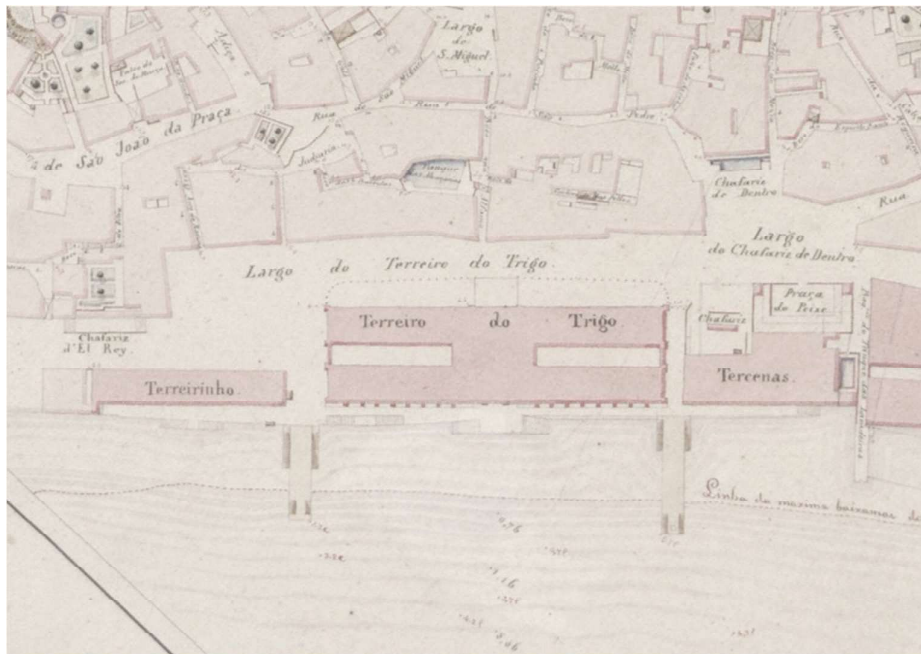


Fig. 27 – Desenho de Filipe Folque da zona dos chafarizes de Alfama, 1858 (sem escala)

Alfama

Alfama surge também como um caso de estudo já que a sua essência e identidade passa muito, ou passava, como já visto, pelo elemento água. É importante perceber que os diferentes programas descritos no subcapítulo 2.2.2. *Água | Alfama* (fontes, chafarizes, banhos e lavadouros) não se assumem como acontecimentos isolados, antes pelo contrário. Como se consegue verificar na planta de Filipe Folque (fig. 27), quando ainda em funcionamento, todos estes programas encontravam-se num mesmo espaço urbano relativamente pequeno (que se traduz na sequência urbana Chafariz de El Rei, Largo do Terreiro do Trigo e Largo do Chafariz de Dentro). Ao longo de apenas cerca de 200 metros existiam os três maiores chafarizes, o grande tanque das lavadeiras e ainda os quatro banhos públicos principais (não aparecem na planta de Filipe Folque mas também se situavam no Largo do Terreiro do Trigo e no Largo do Chafariz de Dentro). Quando Alfama chegava ao rio, o traçado urbano aliviava criando o seu mais importante espaço público gerado, de forma inevitável, pela e em torno da água.

Para além disto, entrando na Alfama da colina, já muito mais densa, a água assume-se como acompanhante de quem deambula nos percursos intensos, estreitos e inclinados. Por diversas vezes, os momentos de repouso e pontual alívio deste apertado traçado são marcados por pontos de água que enumeram pequenos largos ou interseções de ruas.

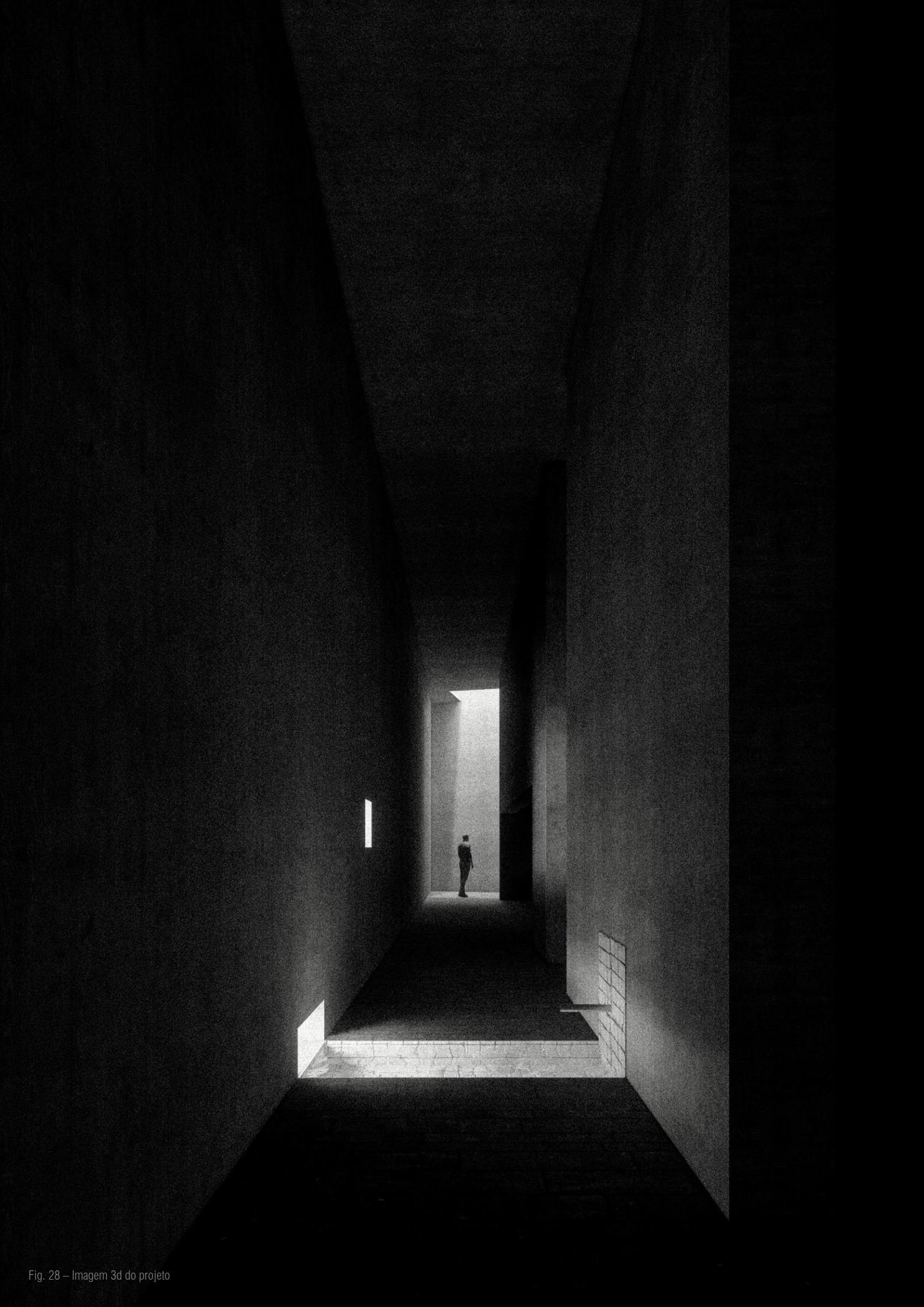


Fig. 28 – Imagem 3d do projeto

3

PROJETO

Às vezes, no silêncio da noite

Eu fico imaginando nós dois

Eu fico ali sonhando acordado

Juntando o antes, o agora e o depois

Por que você me deixa tão solto?

Por que você não cola em mim?

Tô me sentindo muito sozinho

Não sou nem quero ser o seu dono

É que um carinho, às vezes, cai bem

Eu tenho os meus desejos e planos secretos

Só abro para você, mais ninguém

Por que você me esquece e some?

E se eu me interessar por alguém?

E se ela, de repente, me ganha?

Quando a gente gosta

É claro que a gente cuida

Fala que me ama

Só que é da boca para fora

Ou você me engana

Ou não está madura

Onde está você agora?

Quando a gente gosta

É claro que a gente cuida

Fala que me ama

Só que é da boca pra fora

Ou você me engana

Ou não está madura

Onde está você agora?

Sozinho, Prenda Minha, Caetano Veloso

Perceber o *antes*, analisar o *agora* e construir o *depois* são ações intrínsecas ao ato de projetar. O projeto surge, então, como consequência natural e absolutamente necessária da união entre uma reflexão sobre todos os estudos anteriormente demonstrados e uma análise mais concreta do lugar onde se vai atuar (feita no subcapítulo 3.1. *O LUGAR*).

Tal como as análises do capítulo 2. *ENQUADRAMENTO*, o projeto divide-se em dois sistemas de atuação: o sistema defensivo (subcapítulo 3.2.) e o sistema hídrico (subcapítulo 3.3.). Em relação ao sistema defensivo, ocorre uma identificação de algumas problemáticas que derivam no desenho de um plano de intenções. Em relação ao sistema hídrico, surge uma reinvenção da água que origina o desenho geral de um sistema e, posteriormente, um projeto de arquitetura.



Fig. 29 – Ruínas do Pátio de Dom Fradique

3.1

0 LUGAR

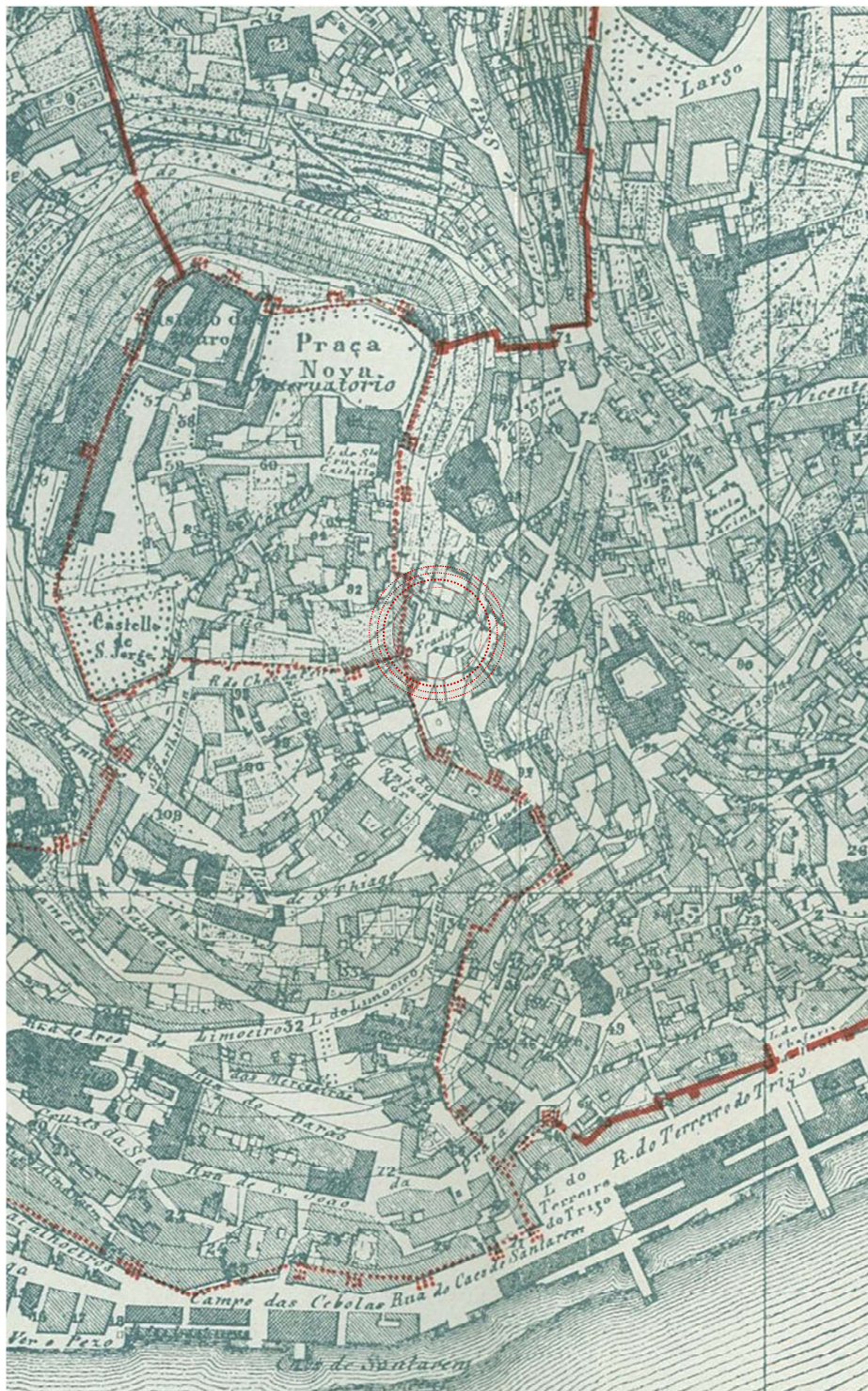


Fig. 30 – Pátio de Dom Fradique na planta de Vieira da Silva (sem escala)

O Pátio de Dom Fradique é um espaço imediatamente contíguo à Muralha da Alcáçova (ao troço da mesma que não consegue ser hoje visto, anteriormente referido como *troço A*) e absolutamente fulcral na articulação de lugares centrais de vida na cidade como o Castelo de S. Jorge e as Portas do Sol. É um lugar que, para além disso, apresenta um enorme potencial para funcionar como charneira entre os três edifícios de elevada importância que a ele se agregam, ainda que de formas diversas e a diferentes cotas, sendo eles o Palácio Belmonte, a Igreja e Convento do Menino de Deus e a Igreja de Santa Cruz do Castelo.

Sendo o primeiro ato de projeto perceber o que deve ser mantido e o que deve ser retirado deste espaço, antes ainda de saber o que deve ser acrescentado, o subcapítulo *O Lugar* debruça-se exatamente sobre essa análise e decisão.



Fig. 31 – Largo e Igreja do Menino de Deus, 1905

Fig. 32 – Largo e Igreja de Santa Cruz do Castelo, 1900

3.1.1. História do Lugar

O lugar em causa é caracterizado por muitas camadas de história e diversas mutações que foram acontecendo ao longo dos anos. Ao redor do Pátio de Dom Fradique (centro da atuação de projeto), encontram-se três edifícios histórica e arquitetonicamente relevantes.

A primeira edificação associada ao *Palácio Belmonte* remonta ao ano de 1449 tornando-o num dos mais antigos palácios de Lisboa (SIPA,2011). Em relação a este edifício é importante realçar a sua forte relação com a muralha. O palácio instala-se sobre a muralha usando-a como parte integral do seu desenho interior e exterior. Para além disso, o pátio de entrada no palácio (Pátio de Dom Fradique de Cima) é um elemento fulcral não só no seu funcionamento, mas também articulação de vários caminhos urbanos já que assume um carácter público. O pátio em conjunto com o túnel que a ele se agrega e que passa por baixo do palácio constroem parte do principal caminho que une a Porta de S. Jorge e o Chão da Feira com as Portas do Sol ou com o Menino de Deus.

A *Igreja e Convento do Menino de Deus* (fig. 31) revela-se como um dos edifícios mais importantes do período barroco em Portugal e um dos únicos que resistiu integralmente ao terramoto de 1755. Edificado a partir de 1711, tem um desenho singular e uma acústica procurada por vários músicos em toda a Europa (Moura Pinheiro, 2022). Atualmente, o Convento dá lugar ao Centro Social do Menino de Deus, iniciativa da Ordem de São José de Cluny, que acolhe crianças das zonas em redor (Alfama, Castelo e Mouraria) proporcionando-lhes ensino pré-escolar e atividades de tempos livres.

A *Igreja de Santa Cruz do Castelo* (fig. 32) tem origem na conquista da cidade por D. Afonso Henriques em 1147, quando é convertida de mesquita em igreja (SIPA, 2011). Tal como o Palácio Belmonte, tem uma relação fortíssima com a muralha apropriando-se de um dos torreões da Alcáçova para base da sua torre sineira.



Fig. 33— Pátio do Palácio Belmonte (também conhecido por Pátio de Dom Fradique de cima), 1907

Em relação ao Pátio de Dom Fradique, antes de possuir as várias construções que hoje se revêm nas ruínas presentes, este lugar era conhecido como as Hortas de Dom Fradique (séc. XVI) exatamente porque se tratava de hortas que pertenciam a Dom Fradique Manuel.

“Nos meados do século XVI um D. Fradique Manuel era possuidor de umas casas e terrenos, conhecidos por hortas de D. Fradique, que constituíam, segundo parece, o actual pátio de D. Fradique de Baixo, com acesso pela rua dos Cegos.” (Vieira da Silva, 1939, p.186)

Com a evolução do Palácio Belmonte (fig. 33) e com variação dos seus proprietários, o Pátio vai acompanhando essa evolução já que serve sempre como um apoio ao mesmo. Ao longo dos anos vão surgindo habitações, sempre bastante pobres, que, ainda no século passado, eram arrendadas pelos proprietários do palácio. No final deste mesmo século a Câmara Municipal de Lisboa expropria os terrenos por falta de condições mas nada fazendo em relação a eles continuando a sua degradação extrema muito presente na vida de quem por ali deambula.

Recentemente, foi transformado num parque para cães.



Fig. 34 – Pátio de Dom Fradique (também conhecido por Pátio de Dom Fradique de baixo), 1968

3.1.2. Património | Memória

Património, segundo o dicionário online Priberam da língua portuguesa, é um *“bem ou conjuntos de bens materiais, naturais ou imateriais, reconhecidos pela sua importância cultural”*. Tendo em conta esta definição, e retirando dela o que mais oportuno será neste contexto de trabalho, pode dizer-se que um certo edifício ou um certo espaço (independentemente do seu estado de conservação) é património se a ele forem associados e atribuídos, pelas pessoas que o vivem ou viveram, um conjunto de valores intrínsecos que o tornam algo importante e talvez até imprescindível para esse mesmo grupo de pessoas.

“À medida que o tempo passa, os valores indubitavelmente se inscrevem no património de um grupo, seja ele cidade, país ou humanidade” (Carta de Atenas, 1933, ponto 7)

Por outro lado, memória é, segundo o Dicionário Actual da Língua Portuguesa, a *“faculdade humana que permite conservar e recordar estados de consciência passados e aquilo que se lhes encontra associado”*. Mais uma vez, retirando desta definição a interpretação que mais sentido fará neste contexto, percebe-se que a memória associada a um determinado edifício ou espaço se trata de um conjunto de estados de consciência, independentemente do facto de se ligarem a algo bom ou mau, que as pessoas que o vivem, ou viveram, associam ao mesmo.

Ora, posto isto, pode afirmar-se de forma veemente que as temáticas de património e de memória estão forte e inevitavelmente relacionadas. Pode ainda dizer-se que o conceito de património está diretamente ligado a uma vertente específica da memória. Ele, de certa forma, nasce graças a estados de consciência passados, e também presentes, que se associam a algo bom, isto é, e mais uma vez, a um



Fig. 35 – Entrada no pátio do Palácio Belmonte num dos topos da Rua do Chão da Feira, 1938

conjunto de valores intrínsecos que certo edifício, espaço ou vivência representa para um determinado grupo de pessoas.

“A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental (...)” (Carta de Atenas, 1933, ponto 65)

Assim, ao encarar-se certo lugar com o objetivo de projetar uma intervenção, é absolutamente essencial perceber o que, dentro desse lugar, é patrimônio, ou seja, aquilo que estará associado a “boa memória”. Isto, claro, no caso de existir algo que possa ser titulado como tal.



Fig. 36 – Entrada de baixo no Pátio de Dom Fradique (da Rua dos Cegos) , 1961

3.1.3. O que manter, o que retirar

Desta forma, assumindo uma relação forte entre a dualidade património | memória e a história do local de intervenção resta conseguir perceber aquilo que se torna essencial para o desenvolvimento do projeto: perceber de forma clara o que é oportuno manter na zona de intervenção e o que é oportuno e adequado retirar.

Sendo assim, podemos concluir que se deve manter o que é património, ou seja, o que está associado a estados de consciência fortes, felizes e agradáveis, e retirar aquilo que se associa a estados de consciência opostos aos anteriores.

“Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado.” (Carta de Atenas, 1933, ponto 66)

Este tipo de análise do território ou de certo espaço é bastante complexo e difícil de gerir. Contudo, é algo evidente, pela história do lugar anteriormente descrita, que a vertente ligada ao edificado habitacional que se instalou no Pátio de Dom Fradique ao longo do tempo contém uma história triste, de má memória, já que, desde que foram criadas estas habitações, elas sempre proporcionaram vivências bastante pobres devido à sua falta de condições. A prova máxima disto é, aliás, o facto de a sua evolução ter culminado na transformação deste mesmo edificado em ruínas abandonadas. A verdade é, então, que manter estas ruínas não se torna algo obrigatório (talvez até pelo contrário) e, para além disso, se houver intenção de o fazer, a sua essência teria de mudar drasticamente.

No entanto, há elementos presentes neste território que devem ser mantidos e, porventura, até reforçados. É, por exemplo, o caso do troço da Muralha da Alcáçova,



Fig. 37 – Pátio de Dom Fradique (de baixo), 1907

um elemento fortíssimo que com o tempo deixou de estar presente naquele ponto do Castelo, sendo este o único troço significativo desta muralha que não existe atualmente.

A verdade é que a muralha se associa à parte da história mais antiga da cidade e sempre abraçou uma ideia de proteção da mesma e das pessoas que nela habitavam. É dos elementos históricos mais fortes de Lisboa e, aqui sim, devemos encará-la como património. Sendo assim, o troço de muralha que separou, em tempos, o Pátio de Dom Fradique do espaço que é hoje o Miradouro do Recolhimento deveria ser revelado.

Para além disto, apesar do edificado do Pátio não ser algo a manter, o conceito de espaço criado por ele talvez seja. Consegue-se entender por fotografias antigas que o espaço verdadeiramente importante daquele lugar era o local central que derivava da forma do edificado envolvente. Este espaço, encarado na história e atualmente como um Pátio (e dando até nome a tudo aquilo) assumia-se como elemento fulcral de vivência em comunidade próxima.



Fig. 38 – Fotografia aérea do Castelo de São Jorge após as obras da DGEMN

3.2

SISTEMA DEFENSIVO



Fig. 39 – Fotografia aérea da colina do Castelo

Augusto Vieira da Silva, quando confrontado com a ideia de possíveis novas construções no interior das muralhas, termina o seu livro, já mencionado, *O Castelo de São Jorge em Lisboa* (1937), com um conjunto de indicações que derivam da sua análise detalhada da zona do Castelo e respetivas muralhas e das consequentes conclusões. Estas indicações são curiosas especialmente quando confrontadas com o que foi sendo feito ao longo dos anos seguintes neste território.

“Pôsto isto, vamos na nossa qualidade de engenheiro militar e de escavador da velha Lisboa, emitir o nosso parecer sôbre o que desejaríamos que fôsse realizado no castelo, quer pelo próprio Estado, quer pela entidade a quem êste o cedesse, para que, no limite do possível, se conservassem as tradições históricas que ao monumento andam ligadas, e a-fim-de que pudesse recordar as disposições arquitectónicas que na sua origem devia ter apresentado. (...) Estudámos detalhadamente o castelo, e pudemos portanto apreciar o que êle tem de aproveitável e de destituído de interêsse.” (Vieira da Silva, 1937, p.157)

“Quereríamos que se demolissem todos os edifícios de qualquer natureza, que actualmente se encostam às muralhas e às tôrres, de forma que elas se apresentassem a descoberto, tanto pelo lado interior, como pelo exterior. Os terraplenos interiores deveriam ser desaterrados até ao nível que se encontrasse ou que se presumisse ser o primitivo; a cisterna que existe no recinto ocidental devia ser desentulhada.” (Vieira da Silva, 1937, p.159)

“O Govêrno decretará sucessivamente a expropriação por utilidade pública e urgente:

a) Das parcelas (...) compreendida entre os limites dos terrenos permutados com o Estado e a muralha exterior da Alcáçova, que, partindo da porta do Chão da Feira, vai terminar na Praça Nova do Castelo, junto à Igreja de Santa Cruz;

b) Das parcelas compreendidas numa faixa de 15 metros de largura, em tórno da base das muralhas, para o fim de facultar um conveniente acesso à porta de Martim Moniz, de desobstruir as referidas muralhas, e de ser estabelecido um passeio ajardinado em tórno destas;

c) Das parcelas que seja necessário expropriar, para o estabelecimento de um ou mais ascensores que liguem o planalto de S. Jorge com a cidade baixa.” (Vieira da Silva, 1937, p.163)



Fig. 40– Fotografia aérea da Alcáçova do Castelo, 1938

Neste conjunto de ideias apresentadas pelo referido autor, existe, claramente, a identificação de várias problemáticas, e eventuais soluções, essencialmente alusivas à relação dos visitantes ou caminhantes com as muralhas e a sua forte componente histórica e até cultural. Percebe-se, de forma evidente, que as suas principais crenças passam pela conservação de “tradições históricas que ao monumento andam ligadas” para que se possa, sempre que possível, “recordar as disposições arquitectónicas que na sua origem devia ter apresentado” (Vieira da Silva, 1937, p.157). As indicações de Vieira da Silva revelam preocupações atentas que pressupõem ações inteligentes como meio para atingir o seu fim, tais como: a total desobstrução dos terrenos contíguos aos panos de muralha conferindo-lhes um carácter inevitavelmente público; o arranjo e desentulho de elementos históricos como o caso das cisternas; a utilização e fácil acesso tanto à porta do Martim Moniz, encarada como “reliquia histórica” (Vieira da Silva, 1937, p.169), como à porta Chão da Feira; e até a salvaguarda dos acessos entre cotas propondo “ascensores que liguem o planalto de S. Jorge com a cidade baixa”.

Assim, tendo como base o anteriormente descrito, é delineado um plano de intenções relativo ao sistema defensivo da muralha da Alcáçova. Este plano, e assim é designado por não se tratar de um projeto mas sim de um resumo de intenções, surge como consequência natural da identificação de algumas problemáticas que são, aliás, confirmadas por Vieira da Silva no final da sua publicação.



20 m

Fig. 41 – Mapa de intenções relativas ao sistema defensivo

Desta forma, em relação ao sistema defensivo são pensadas as seguintes intenções esquematizadas na figura 41:

I . "fechar" a alcáçova

a parte sul do troço nascente da muralha da alcáçova (inexistente) é reconstruída até que seja possível sem demolições de grande escala, juntamente com ela são reconstruídos também o respetivo caminho de ronda e torreão

II . tornar totalmente públicos os caminhos contíguos, pelo exterior, aos troços nascente e norte da alcáçova

os percursos que rondam os troços sul, nascente e norte da alcáçova pelo seu exterior passam a poder ser percorridos de forma ininterrupta, facilmente acessível e totalmente pública

III . reativar o caminho de ronda interior do troço sul da alcáçova

o caminho de ronda é reativado tornando-se um caminho público que une a porta de São Jorge e o Miradouro do Recolhimento

IV . reativar a porta do chão da feira

a porta é reaberta criando uma nova forma de entrar na alcáçova e recriando caminhos antigamente existentes, é também desenhado um pátio de entrada

V . reativar a porta do Martim Moniz

a porta do Martim Moniz (porta associada à entrada dos portugueses no castelo e conseqüente conquista da cidade) é reativada passando a poder-se assumir como uma saída da zona paga do castelo

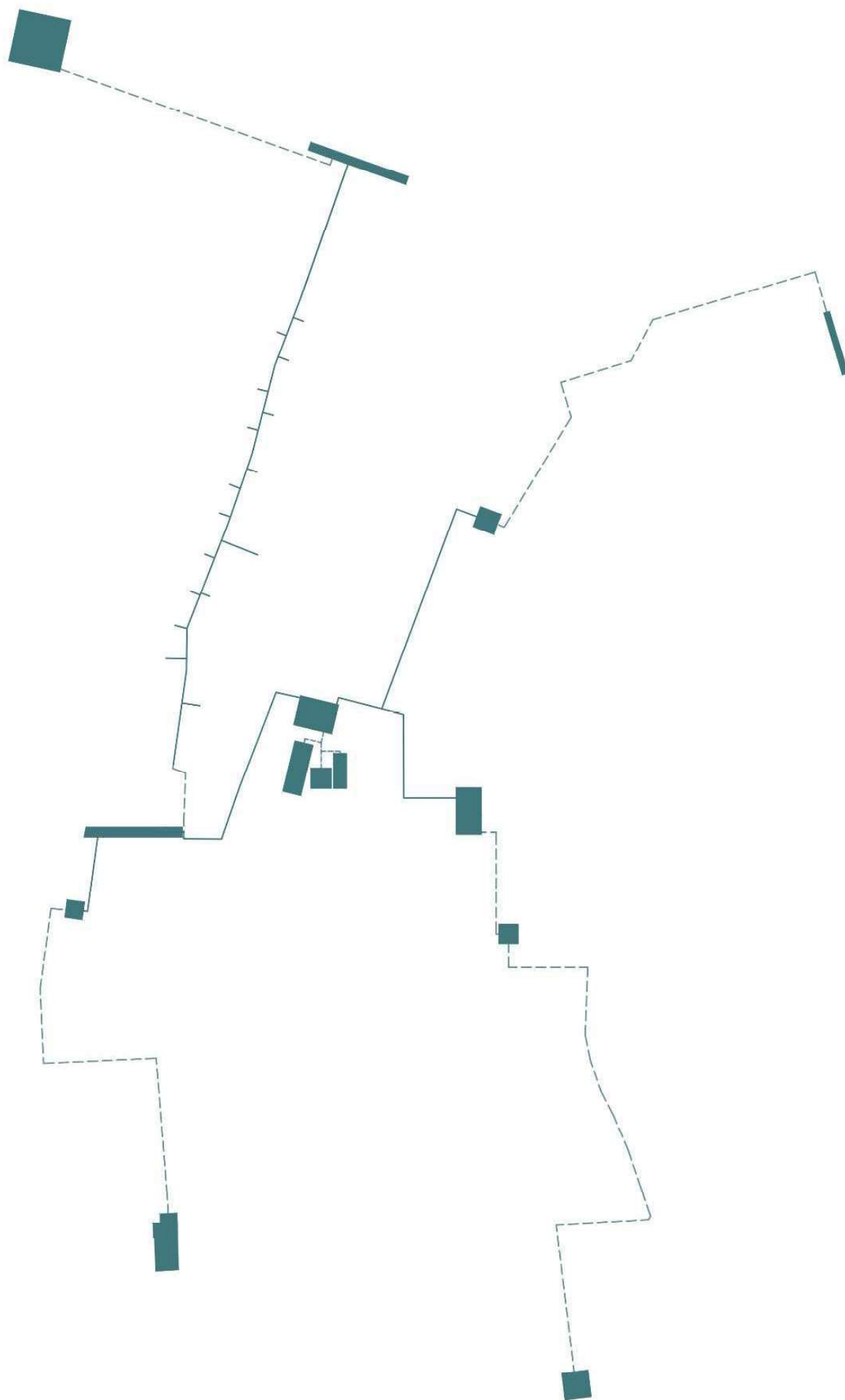


Fig. 42 – Desenho do sistema hídrico proposto

3.3

SISTEMA HÍDRICO



Fig. 43 – Área de intervenção

“Paisagem esplendorosa intensamente Coreografada pela Água. Na cidade de Lisboa a água é catalisadora do desejo e do imaginário e propulsora das suas múltiplas representações. Agregadora matricial de uma cultura vivida e espacializada, a água é actor determinante no processo da produção, na ficção e, eloquente motivo de sucessiva reinvenção.” (ALFAIATE, 2021, p.13)

A ideia de reinventar a água, e os sistemas a ela associados, na cidade de Lisboa não é nova, nem sequer recente. A verdade é que é na água e na sua sucessiva reinvenção que reside uma grande parte da essência da própria cidade já que, desde sempre e de formas muito diversas, esta reinvenção representou largos passos no desenvolvimento territorial e até social.

A zona de intervenção do projeto (fig. 43) assume-se, claramente, como um passo intermédio entre dois lugares: o Castelo e Alfama. É uma zona intersticial que tanto pertence ao primeiro como ao segundo revelando-se como um ponto nevrálgico de forte diálogo entre os dois. Quem deambula por aqui, encontra neste espaço uma entrada no Castelo e uma saída de Alfama ou, por outro lado, uma saída do Castelo e uma entrada em Alfama. Isto revela-se aliás também ao nível das cotas, podendo este sítio funcionar como topo de Alfama ou como base do Castelo. Este lugar de interseção funde dois pedaços de território altamente densos sobre vários pontos de vista que têm uma história particularmente interessante em relação à água e aos seus respetivos sistemas, como visto no subcapítulo 2.2..

Reunindo a história do lugar associada à água com a análise dos dois casos de estudo tratados no subcapítulo 2.3. *CASOS DE ESTUDO* surge a ideia de inventar ou, talvez, reinventar, um sistema hídrico que usa a água, neste caso, recolhida da chuva, como elemento qualificador de espaço urbano e gerador de uma série de programas histórico, cultural e socialmente pensados para o lugar onde se posicionam.



Fig. 44 – Cisterna da casa do Largo de Santa Cruz do Castelo

3.3.1. Funcionamento geral do sistema hídrico

O sistema hídrico pensado tem como base dois pontos de armazenamento de água principais.

O primeiro, existente, é a cisterna da casa do Largo de Santa Cruz do Castelo (fig. 44), casa remodelada pelo Atelier Bugio (arquiteto João Favila Menezes), de onde parte todo o sistema apresentado. Esta cisterna que se alimenta de águas pluviais, mesmo tendo um volume considerável, fica cheia com alguma regularidade sendo a sua água até por vezes doada.

O segundo, projetado, é uma cisterna que passa a existir no interior do torreão da muralha da Alcáçova reconstruído segundo o plano de intenções relativo ao sistema defensivo. A reconstrução ou revitalização de uma muralha ruída é um projeto que envolve um conjunto de competências e especialidades que vão muito além da arquitetura (daí o segmento de projeto relacionado com o sistema defensivo se tratar de um plano de intenções e não de um projeto), contudo, existem formas de pensar e refletir esta reconstrução que estão muito dentro dos limites da arquitetura. Ao pensar uma possível revitalização de um sistema de muralhas e torreões hoje, não se deve ter em conta o seu valor defensivo, mas sim o seu valor histórico, cultural e arquitetónico. Ou seja, pensar a reconstrução de um torreão da mesma forma que se pensou originalmente a sua construção seria um contrassenso. Seguindo esta linha de pensamento, o torreão em causa, apesar de se presumir ter sido, como os outros, construído em pedra maciça em todo o seu volume, passa a ter uma cisterna no seu interior que se assume como ponto central de um sistema hídrico que vem acrescentar valor espacial, social, cultural e até ecológico ao território envolvente. A muralha ou, neste caso, o torreão é reinterpretado de forma atual e pertinente, dando-lhe um propósito concreto que ultrapassa largamente a mera atração turística.

Estes dois pontos fundamentais de armazenamento de água funcionam de formas diferentes na questão da sua captação. A segunda cisterna, do torreão, para além de



15 m

Fig. 45 – Planta esquemática do sistema hídrico proposto

recolher algumas águas pluviais correspondentes às coberturas e pavimentos da Rua do Recolhimento, assume a primeira cisterna como Mãe d'Água, ou seja, quando a primeira cisterna se encontra cheia, passa a existir a possibilidade de esvaziar para a segunda. As duas cisternas alimentam uma série de tanques com carâteres distintos que se espalham pela cidade em redor e que podem valorizar espaços urbanos importantes pré-existentes ou projetados, gerar programas lúdicos ou criar armazenamentos pontuais para rega de zonas verdes.

Assim, os tanques ou programas principais distribuídos por este sistema hídrico e sustentados pelas águas pluviais captadas para as duas grandes cisternas são:

- . tanque no Largo de Santa Cruz do Castelo, que marca e valoriza um largo histórico e a entrada para uma igreja singular em toda a capital

- . tanque-reservatório no Miradouro do Recolhimento, que marca e valoriza um miradouro, redesenhado no projeto, que contém uma das vistas mais marcantes de Lisboa, pode também servir de pequeno armazenamento de água para a rega do jardim do miradouro

- . tanque no pátio da entrada reaberta da Porta do Chão da Feira, que marca a entrada na Álcçova

- . tanque no pátio do Palácio Belmonte, que marca a entrada no mesmo e valoriza a vivência do pátio

- . tanque-reservatório para a rega das novas hortas pedagógicas do Centro Social do Menino de Deus

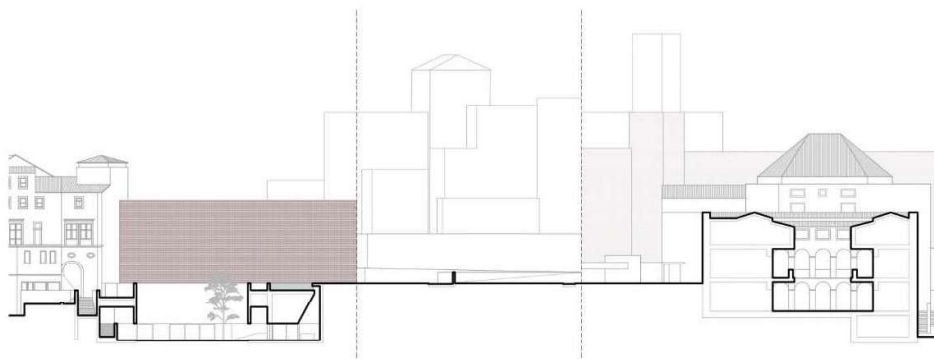
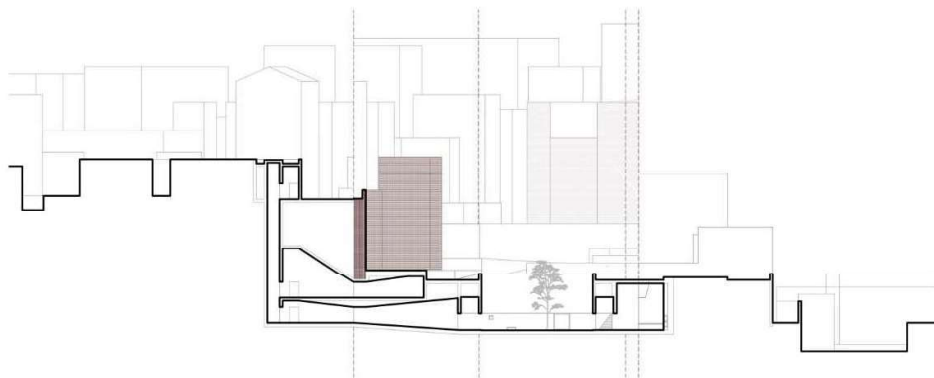
- . tanque no Largo do Menino de Deus, que marca e valoriza um largo antigo e atualmente descaracterizado e a entrada para uma igreja e convento de elevada importância histórica e arquitetónica

- . banhos, localizados no novo pátio de Dom Fradique, com três tanques principais



Fig. 46 – Imagem 3d do tanque de entrada no pátio projetado

- . tanque de entrada no pátio projetado (novo Pátio de Dom Fradique)
- . tanque no Largo das Portas do Sol, valoriza um espaço visitado por milhares de pessoas diariamente



10 m

Fig. 47 – Cortes do projeto (sem escala)

3.3.2. Projeto de arquitetura e programas

Assim, o projeto de arquitetura proposto sustenta-se neste plano de um sistema hídrico que tem a intenção de coser e valorizar vários espaços urbanos que atualmente se encontram desconexos e até algo perdidos na intensidade de um território complexo. O projeto assume como zona de intervenção principal o atualmente devoluto Pátio de Dom Fradique fazendo também pequenos ajustes, de menor intrusão construtiva, em seu redor, que vão de acordo com a intenção do sistema hídrico.

De forma sucinta, o projeto proposto desenha um pátio quadrado (15,60m x 15,60m), muito bem definido, que determina o novo Pátio de Dom Fradique (finalmente e agora sim, pátio em toda a sua definição) e estabelece uma clara divisão em três cotas gerais fundamentais: a cota do pátio (1), regida pela interseção da Rua dos Cegos com as escadinhas que partem do Largo das Portas do Sol, a cota das coberturas dos programas do pátio (2), definida pelo ponto mais baixo do túnel do Palácio Belmonte, e a cota do Miradouro do Recolhimento (3), já dentro da Alcáçova.

Esta segmentação por cotas revela-se também em questões programáticas. Fundindo a ideia de que a zona de intervenção se trata de um espaço intermédio entre o Castelo e Alfama, que tanto pertence a um como ao outro, com a ideia de segmentar o projeto em diferentes cotas, surge a estratégia de associar à cota que mais se aproxima de Alfama (1) programas que se relacionam histórica e culturalmente com este lugar e à cota que mais se aproxima do Castelo (2) programas que a ele se associam, principalmente ao nível de referência histórica. Em relação à cota do Miradouro (3), as intervenções são de menor escala, tratando-se de pequenos ajustes e redesenhos que mantêm o seu programa atual de jardim miradouro.

Estes planos horizontais, que distam aproximadamente seis metros do primeiro para o segundo e doze metros do segundo para o terceiro, para além de serem unidos por



Fig. 48 — Planta à cota do Pátio ("cota Alfama")

escadas e caminhos urbanos, são ligados verticalmente por um elevador com acesso a cada um dos três que se implanta já no interior da muralha tendo, no ponto mais baixo, acesso ao pátio e, no mais alto, acesso ao miradouro (ver primeiro corte da fig. 47).

Desta forma, os programas propostos para cada uma das cotas (1) e (2) são descritos e explicados posteriormente.

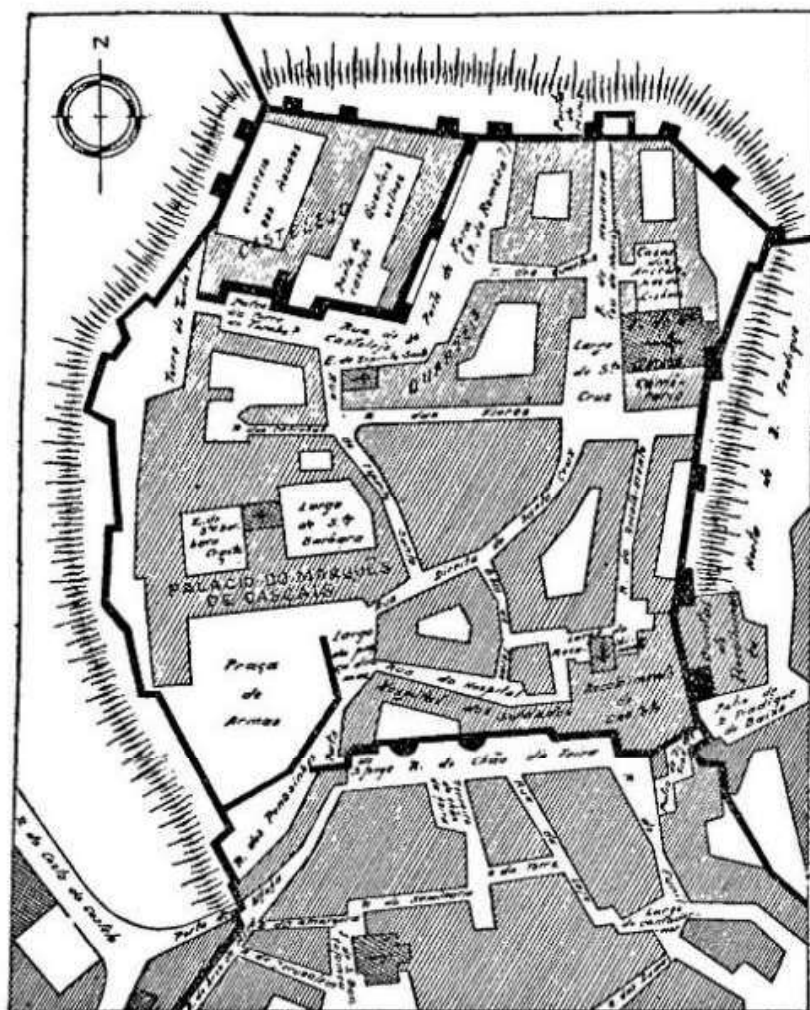
Cota (1), “cota Alfama”

Nesta cota nasce o Pátio, definido por três programas distintos:

- . pequenos banhos públicos - baseiam-se no conceito, muito presente em Alfama até meados do século XX, de encarar o banho como um programa lúdico e social de encontro e vida comunitária em redor e na água; contêm receção, balneários, chuveiros, três tanques principais (*tepidarium, caldarium e frigidarium*) e uma sala de reflexão

- . lavandaria comunitária – baseia-se na análise da evolução do ato de lavar a roupa que, em pouco mais de cinquenta anos, passou de ser uma ação com uma forte componente social que se desenrolava em espaços carismáticos para ser algo absolutamente descartado socialmente e que acontece maioritariamente em casa ou em espaços coletivos indignos; é desenhada uma lavandaria comunitária, que pode apoiar, para além dos moradores da área, o Centro Social do Menino de Deus; o espaço das máquinas é separado do espaço de espera valorizando o segundo e pondo-o em contacto direto com a água; surge como possível reinterpretação de um lavadouro público, como os descritos no subcapítulo 2.2.2. *Água | Alfama*, que seja adequada aos dias de hoje

- . café – traz vida recorrente ao pátio e assume-o como possível esplanada



PLANTA DA FREGUESIA DE S.^{TA} CRUZ DO CASTELO
 ANTERIOR AO TERREMOTO DE 1755, MAS COPIADA OU DESENHADA
 EM 22 DE OUTUBRO DE 1761

ESCALA APROXIMADA 1:2500

As legendas são de José Valentim de Freitas, que as escreveu numa cópia da planta,
 existente na Biblioteca Nacional, em Lisboa

Fig. 49 – Planta do topo da colina anterior ao terramoto de 1755

Cota (2), “cota Castelo”

Nesta cota nasce um espaço público, maioritariamente permeável, que estabelece relações visuais fortes com a muralha reconstruída e com o pátio em baixo. Aqui, os seguintes programas acontecem:

- . jardim/quintal produtivo – jardim público com árvores de fruto; baseia-se na planta anterior ao terramoto de 1755 (fig. 49) onde, neste lugar, se verifica que existia o Quintal do Recolhimento

- . hortas pedagógicas e espaço exterior do Centro Social do Menino de Deus – tendo em conta a nova função do convento enquanto centro social e jardim de infância é desenhado um espaço exterior de apoio onde se implantam as hortas pedagógicas, plantadas, mantidas e colhidas pelas crianças do jardim de infância para seu próprio proveito; baseia-se na planta anterior ao terramoto de 1755 (fig. 49), reinterpretando a Horta de Dom Fradique

- . cisterna do torreão – já mencionada, é desenhada no interior do torreão reconstruído e surge como um dos corações do sistema hídrico que dá origem ao projeto; a sua base insere-se nesta cota; é uma cisterna, ao contrário de todas as outras, visitável por uma varanda desenhada à cota do miradouro

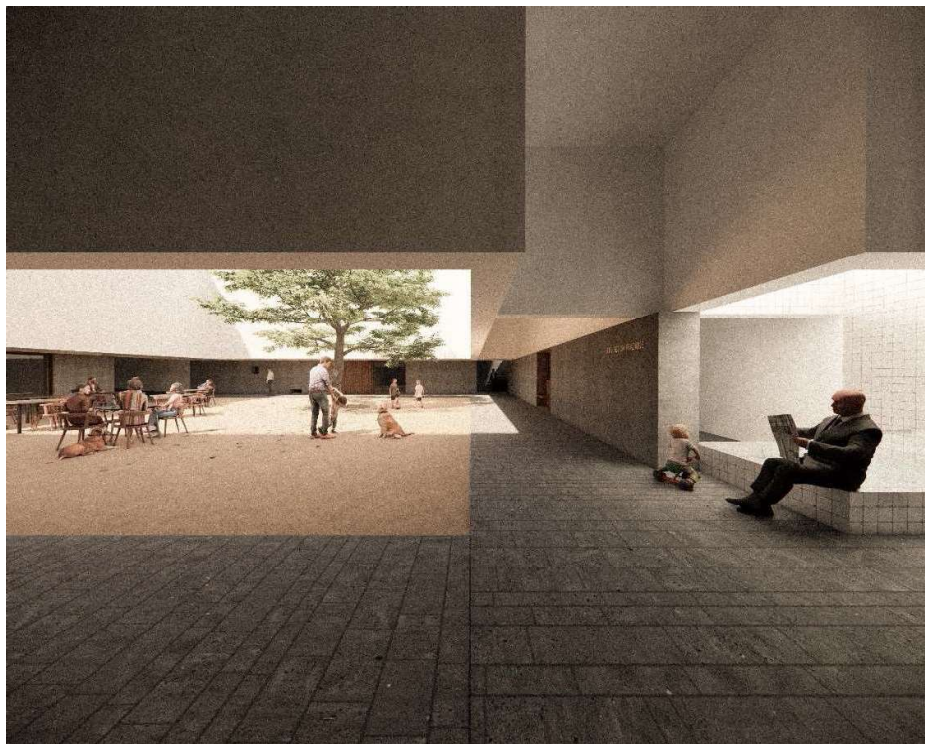
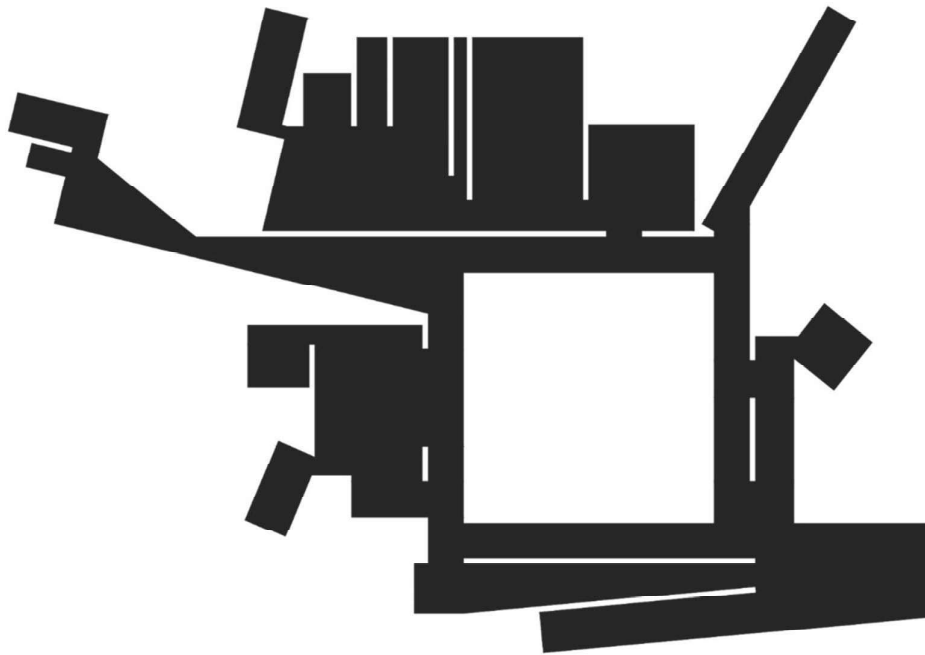


Fig. 50 – Desenho conceptual de projeto

Fig. 51 – Imagem 3d do novo Pátio de Dom Fradique

3.3.3. Composição e Materialidade

O pátio assume-se como elemento central e até organizador do desenho do projeto. Grandes vigas brancas, revelando todo o seu peso, assentam em muros de betão aparente com 2,30 metros de altura definindo de um lado o pátio e do outro uma galeria coberta que circunda o pátio e por onde se acede aos vários programas também ela com 2,30 metros mas desta vez de largura. O desenho do pátio e das suas galerias vai buscar orientação ao troço de muralha reconstruído e declara-se como único elemento rígido do projeto sendo tudo o que a ele se agrega encarado de forma livre que se agarra a referências de orientação dos vários elementos de cidade em redor. Desta forma, o projeto é inteiramente desenhado pela sua própria envolvente não só ao nível dos programas que abrange mas também no seu próprio desenho (fig. 50).

A paleta de materiais que acompanha este desenho não é muito extensa e pretende adequar os vários espaços de projeto às sensações pretendidas para cada um deles. Assim, como mostra a fig. 51, os materiais usados são:

- . o basalto, em formato de calçada para os caminhos urbanos principais (já que o pavimento dos espaços urbanos envolventes é em calçada de basalto) e em lajetas com estereotomia desenhada nas galerias e no interior dos programas do pátio;
- . o reboco ou estuque pintado a branco para as vigas que definem o pátio, para os interiores do café e da lavandaria comunitária e para os acessos verticais;
- . o betão para os muros estruturais onde se apoia o sistema de vigas e para o interior dos banhos;
- . o azulejo associado a todos os espaços de água, adaptando a sua cor a cada tanque;
- . a madeira para as entradas e caixilharias dos programas do pátio;
- . o saibro, como elemento permeável, para o pavimento do pátio.



Fig. 52 – Maquete (escala 1:500)

4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

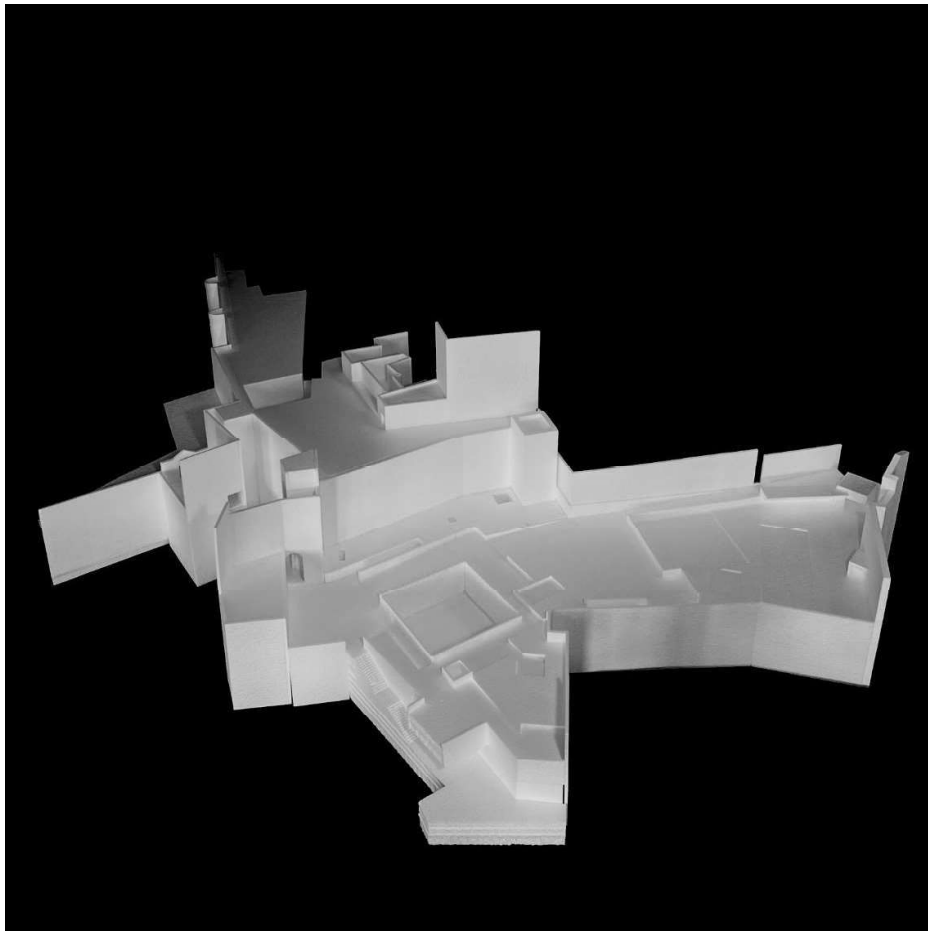


Fig. 53—Maquete (escala 1:100)

A interpretação do passado e o seu confronto com o presente são ações necessárias e fundamentais no desenho de um futuro consistente. O centro histórico da cidade de Lisboa, lugar em estudo, tem vindo a ser alvo de uma certa descaracterização derivada de um forte processo de gentrificação, revelando-se a grande afluente turística cada vez mais fulcral na economia da cidade e não podendo ela ser evitada. Assim, é crucial desenhar uma cidade que permita e incentive uma relação de compatibilidade entre moradores e turistas. Pensar num centro histórico que traga de volta uma vida forte em comunidade, que crie espaços públicos qualificados e que celebre a identidade do próprio lugar pode ser parte da solução deste problema.

Tomando esta premissa como base de pensamento de projeto, a intervenção reconhece a água como componente geradora de vida e espaço e usa-a para desenhar um sistema distribuidor de vários programas histórica, cultural, espacial e socialmente cosidos com o território onde se inserem. É desenhada uma celebração da identidade do lugar onde várias vivências são reinterpretadas de forma atual e pertinente.

É importante também perceber que o projeto apresentado, mais do que consistir num certo edifício ou infraestrutura, reflete uma forma de pensar. A água é reinventada e assumida como geradora e qualificadora dos vários tipos de espaço desenhados e até incentivadora de vida em comunidade.

Nada impede esta forma de pensar de sair da zona de intervenção e se espalhar pela cidade em redor. Faria sentido, uma vez feito todo este raciocínio, olhar para outros lugares da cidade, mais perto ou mais longe, e replicar este mesmo pensamento criando novos espaços, vivências e programas em torno da água. Mesmo dentro da área de estudo não seria difícil perceber outras possíveis aplicações desta maneira de atuar sobre o território. Quem sabe se não faria sentido criar no Castelo de São Jorge um sistema de reativação de todas as suas fontes alimentado pelas várias cisternas antigas existentes que veem hoje a água captada totalmente desperdiçada. Quem

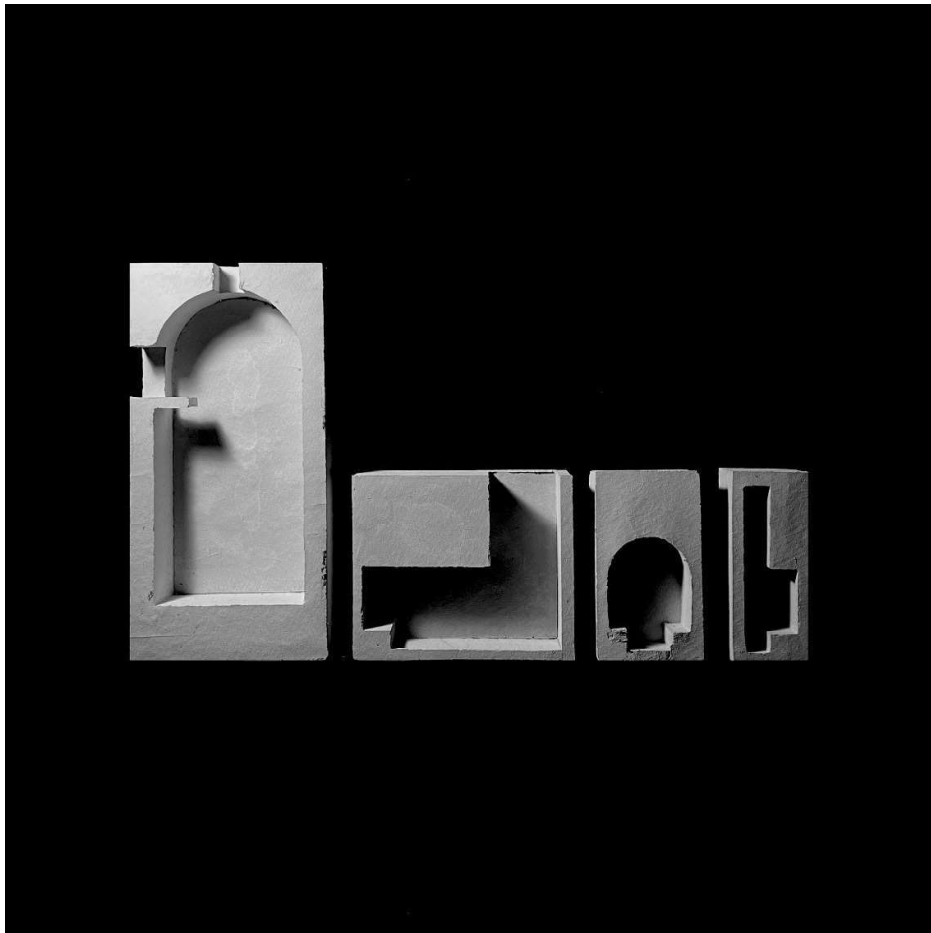


Fig. 54 –Maquete (escala 1:50)

sabe se não faria sentido desenhar um plano de reativação de todos os pontos de água de Alfama que acompanhasse quem por ali vive ou deambula.

O olhar atento para a cidade e todas as suas camadas temporais, espaciais e sociais e a sua interseção com as temáticas analisadas foram a origem do nascimento deste trabalho. O projeto, sobre vários pontos de vista, tenta fundir-se no território, quase como se sempre lá tivesse estado, sendo totalmente pensado e desenhado pelo próprio lugar.



Fig. 55 – Capas das principais referências

BIBLIOGRAFIA

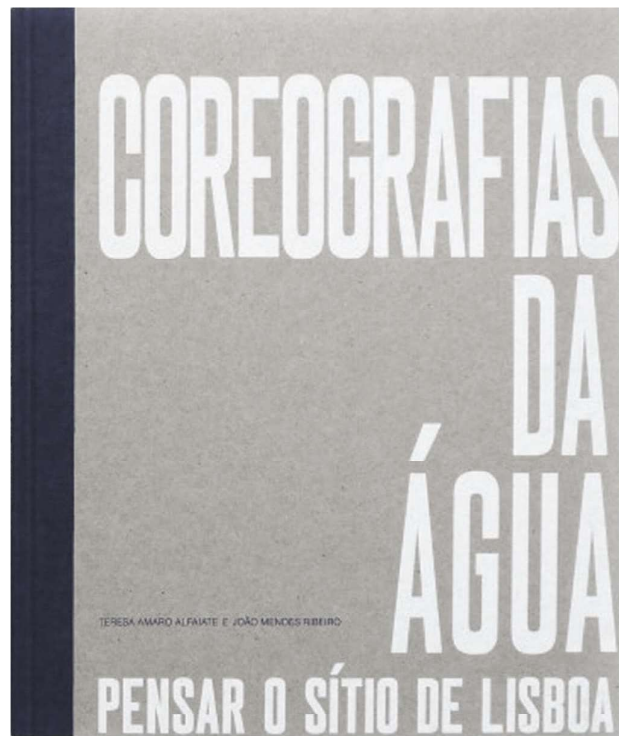


Fig. 56 – Capa do livro *Coreografias da Água*

Amaro Alfiate, T., & Mendes Ribeiro, J. (2021). *Coreografias da água: pensar o sítio de Lisboa*. Edição do autor.

Braga, M. (2012). *A Conversa dos Outros: Alfama*. RTP2

Castilho, J. (1935). *Lisboa Antiga: Bairros Orientais, volume 1* (2ª ed.). Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

CIAM. (1933). Carta de Atenas

Delmar, A., Moreno J., Quintã M., & Ribeiro da Silva, L. (2021). *Anotações sobre o Abaixo de Cão: A Agricultura de Subsistência do Porto*. Spector Book. Leipzig

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (dicionário online), *Património*

Domingos, P., & Matos Gameiro, P. (2021). *Biblioteca e Arquivo do Município de Grândola*. Uzina books

EPAL. *Aqueduto das Águas Livres*. <https://www.epal.pt/EPAL/menu/museu-da-%C3%A1gua/exposi%C3%A7%C3%A3o-permanente-patrim%C3%B3nio-associado/aqueduto-das-%C3%A1guas-livres>

Moura Pinheiro, P. (2018). *Visita Guiada: Cerca Moura de Lisboa* (temporada 8, episódio 22). RTP2

Moura Pinheiro, P. (2022). *Visita Guiada: Igreja e Convento do Menino de Deus* (temporada 12, episódio 15). RTP2

Pires, C. (2020). "As pessoas aqui do Castelo estavam sempre a reclamar dos turistas, mas agora têm saudades deles", *Diário de Notícias* online. <https://www.dn.pt/pais/amp/as-pessoas-aqui-do-castelo-estavam-sempre-a-reclamar-dos-turistas-mas-agora-tem-saudades-deles-12264591.html/>

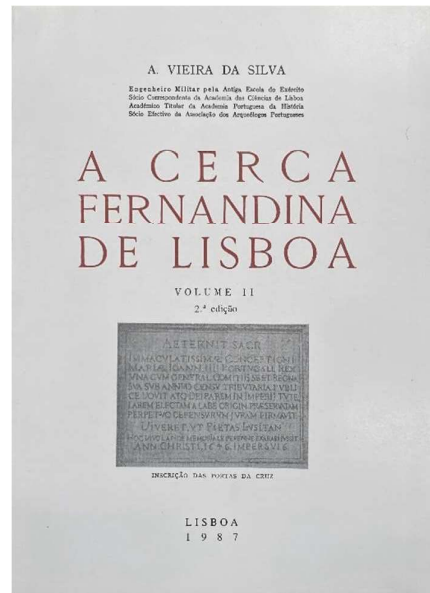
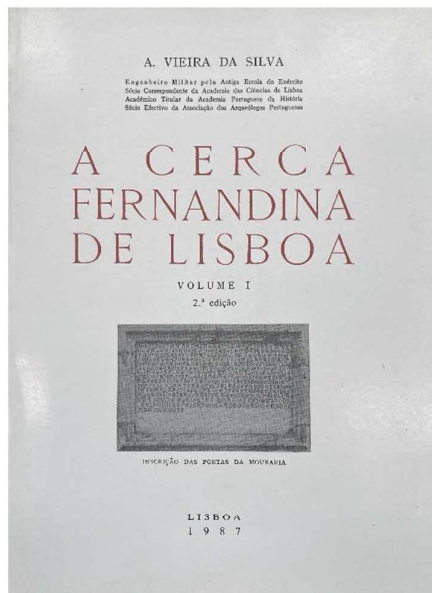
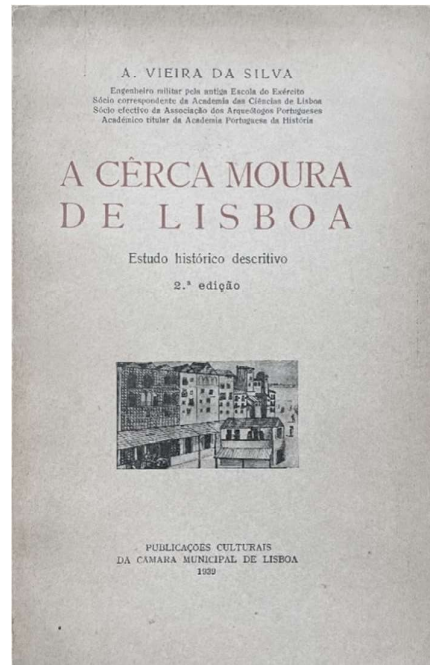
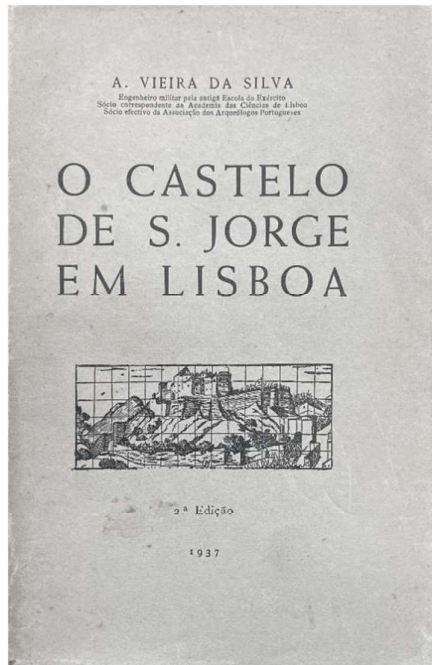


Fig. 57 – Capas dos livros de Vieira da Silva

Providência, P. (2016). *Architectonica Percepta*. Park Books. Zurich

Ramalho, E., & Lourenço, M. C. (2005). As águas de Alfama: a riqueza esquecida da cidade de Lisboa. *Boletim de Minas*, 2005.

SIPA. (2011). *Castelo e Encosta da Sé*.
http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=26218

SIPA. (2011). *Convento da Ordem Terceira da Penitência / Convento e Igreja do Menino de Deus*. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=4801

SIPA. (2011). *Igreja Paroquial do Castelo / Igreja de Santa Cruz*.
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11281

SIPA. (2011). *Palácio Belmonte / Pátio de D. Fradique*.
http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3134

Tanizaki, J. (2008). *Elogio da Sombra*. Relógio D'Água Editores. Lisboa

Tavares, A., & Teixeira Coelho, A. (2002). *Dicionário Actual da Língua Portuguesa*. ASA.

Veloso, C. (1998). Sozinho. *Prenda Minha*.

Vieira da Silva, A. (1937). *O Castelo de S. Jorge em Lisboa: estudo histórico-descritivo* (2ª ed.). Tip. Da Empresa Nacional de Publicidade. Lisboa

Vieira da Silva, A. (1939). *A Cêrca Moura de Lisboa: estudo histórico-descritivo* (2ª ed.). Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

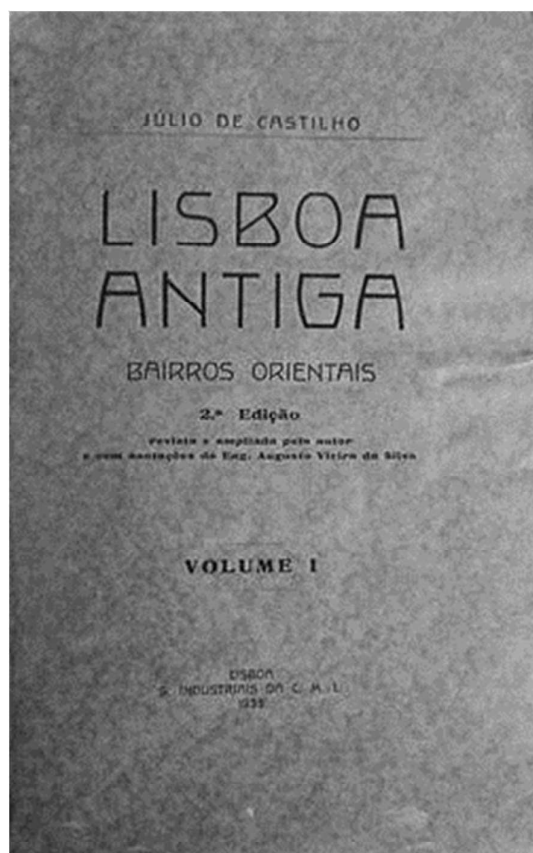


Fig. 58 – Capa do volume I do livro *Lisboa Antiga*

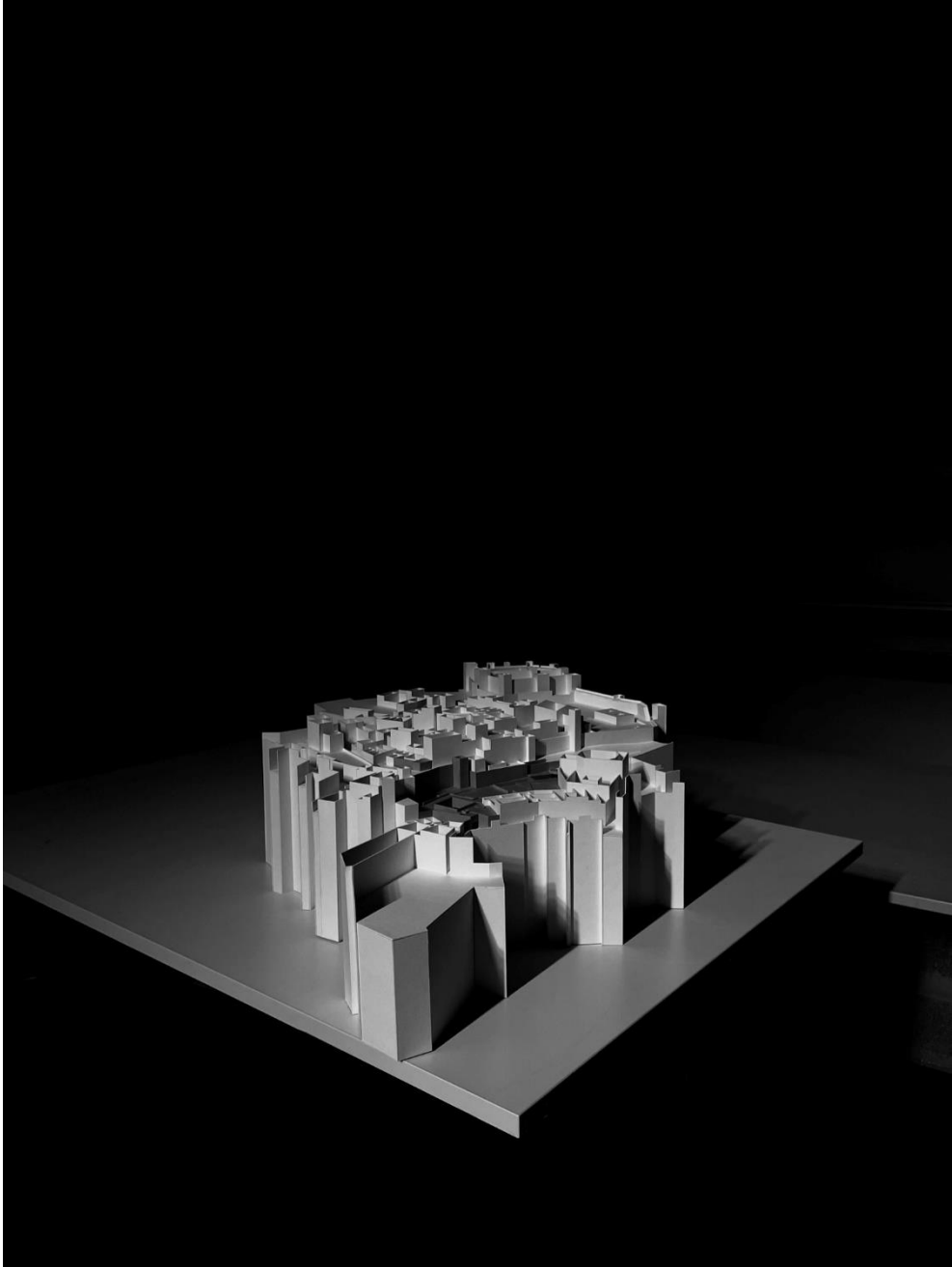
Vieira da Silva, A. (1987). *A Cerca Fernandina de Lisboa* (2^a ed.), vol.1 e vol.2. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

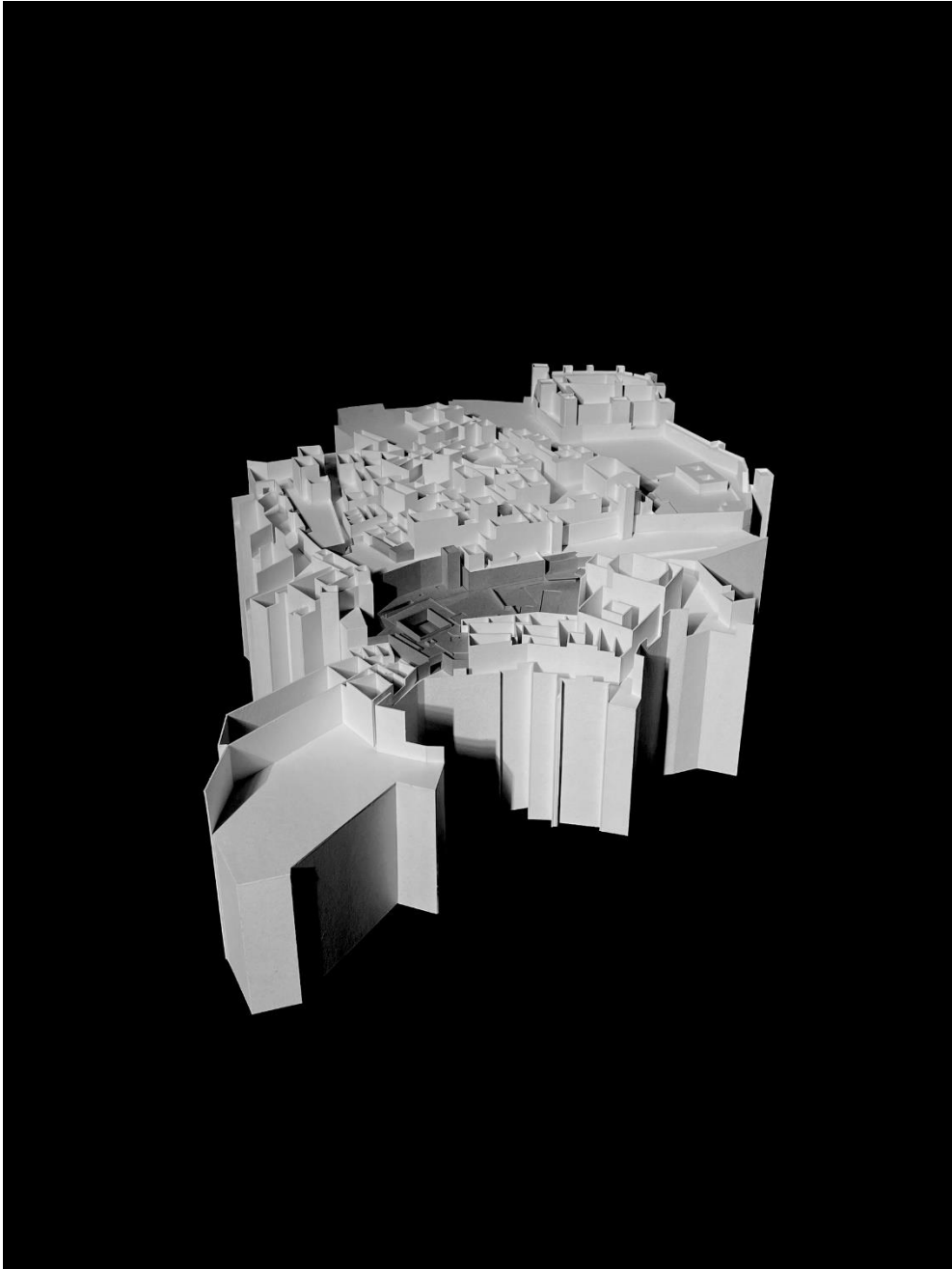
Zumthor, P. (2010). *Thinking Architecture* (3rd expanded edition). Birkhäuser. Basel

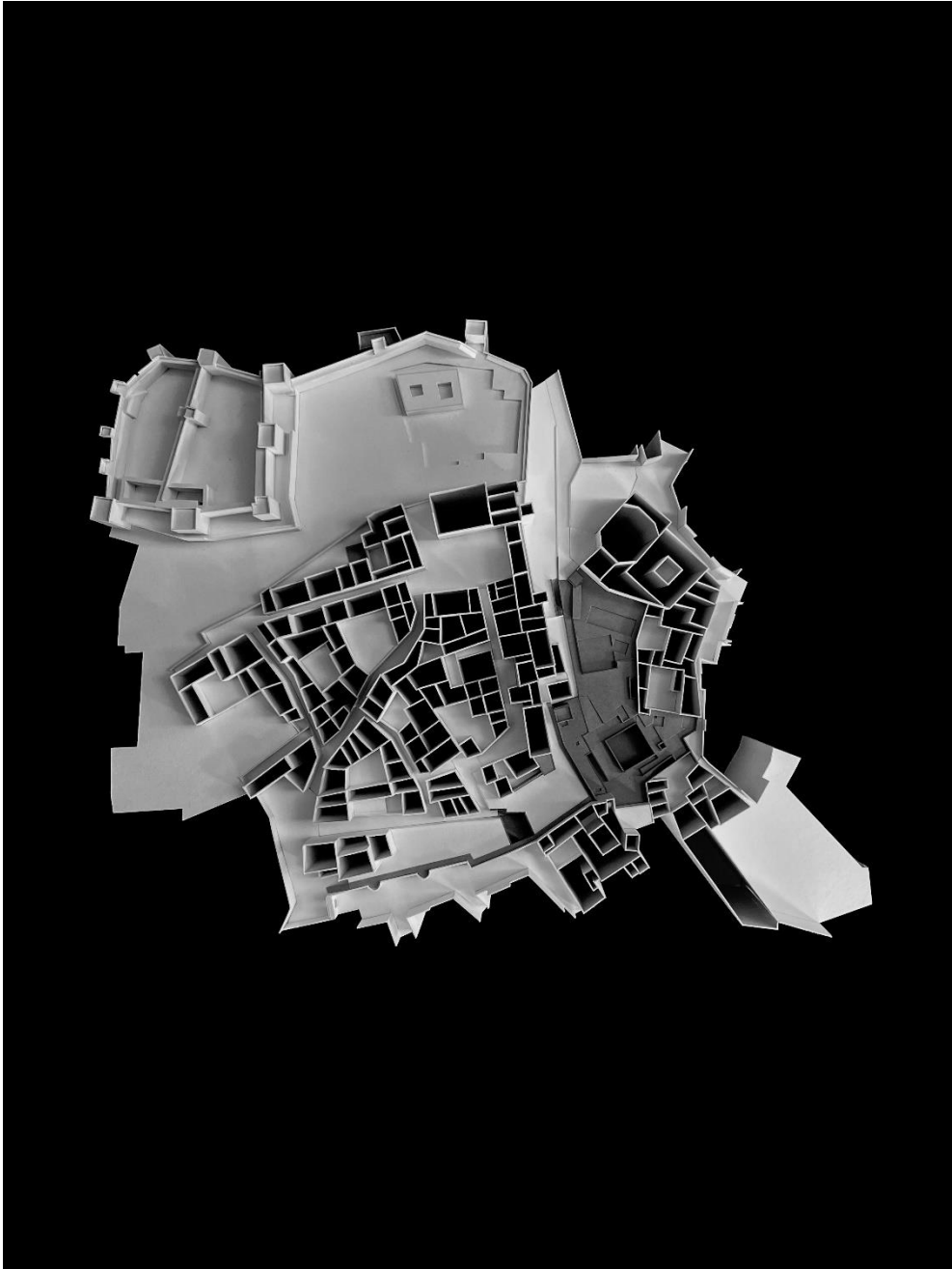
ANEXOS

MAQUETES

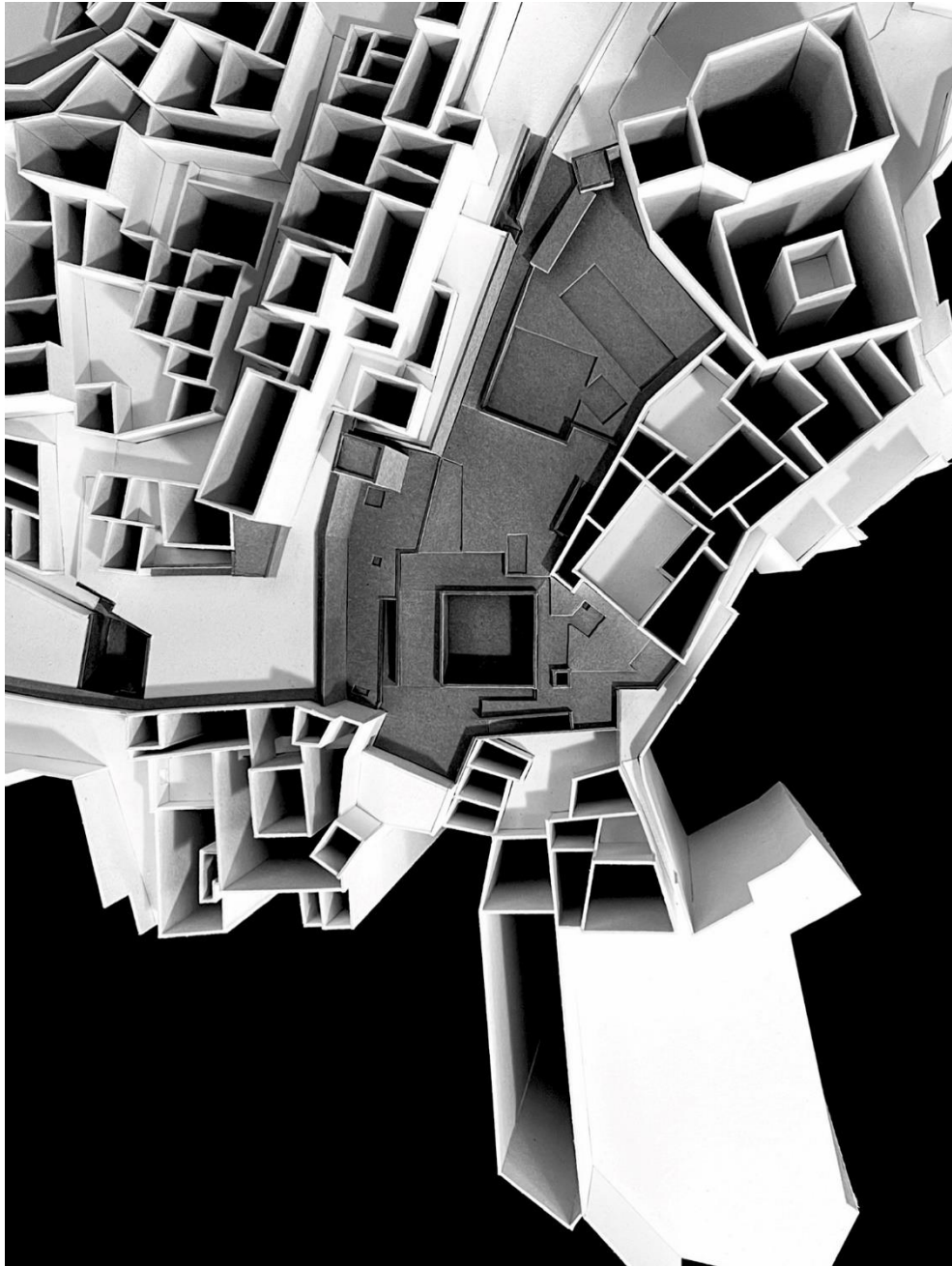
(1:500|1:100|1:50)

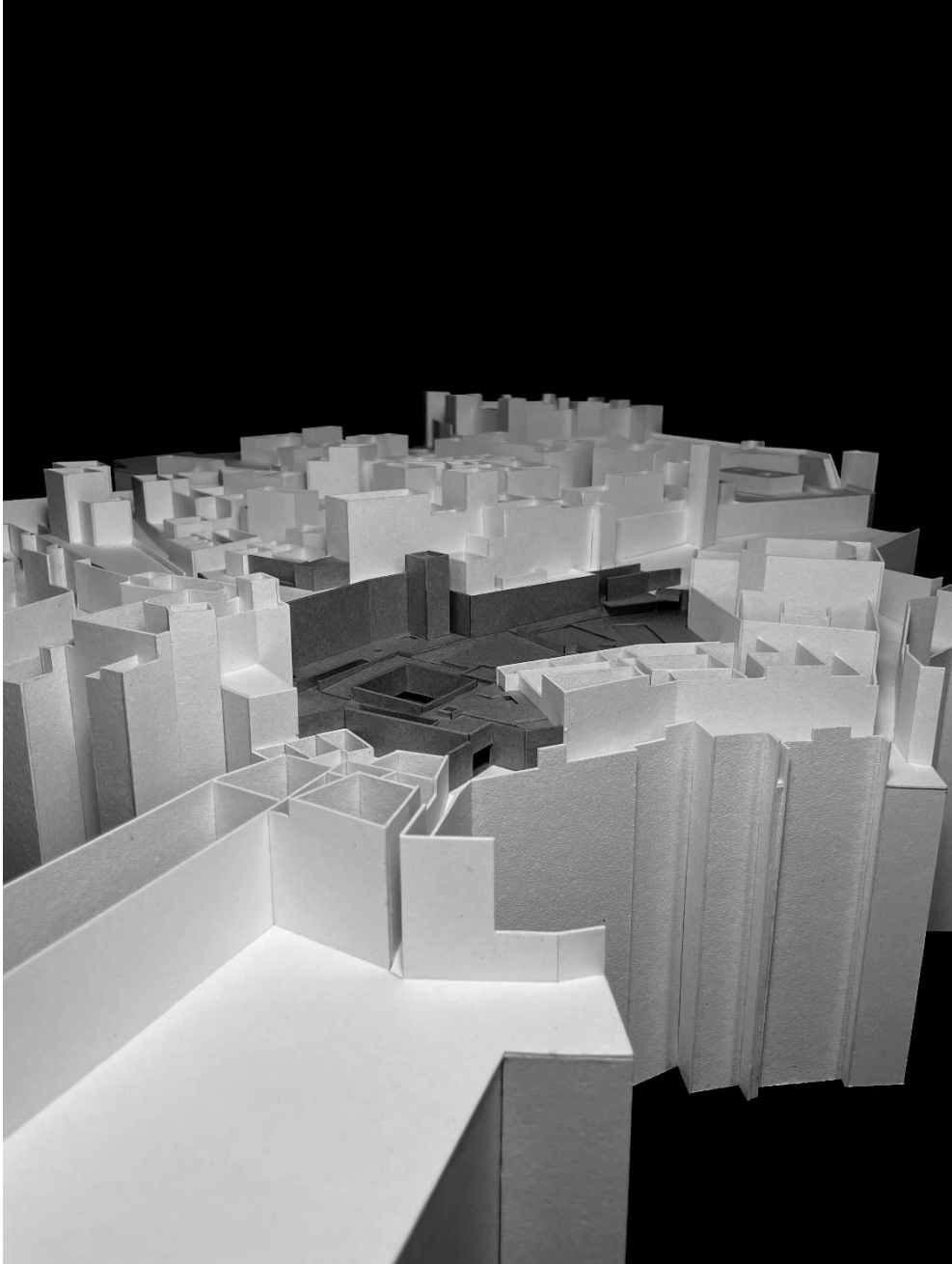


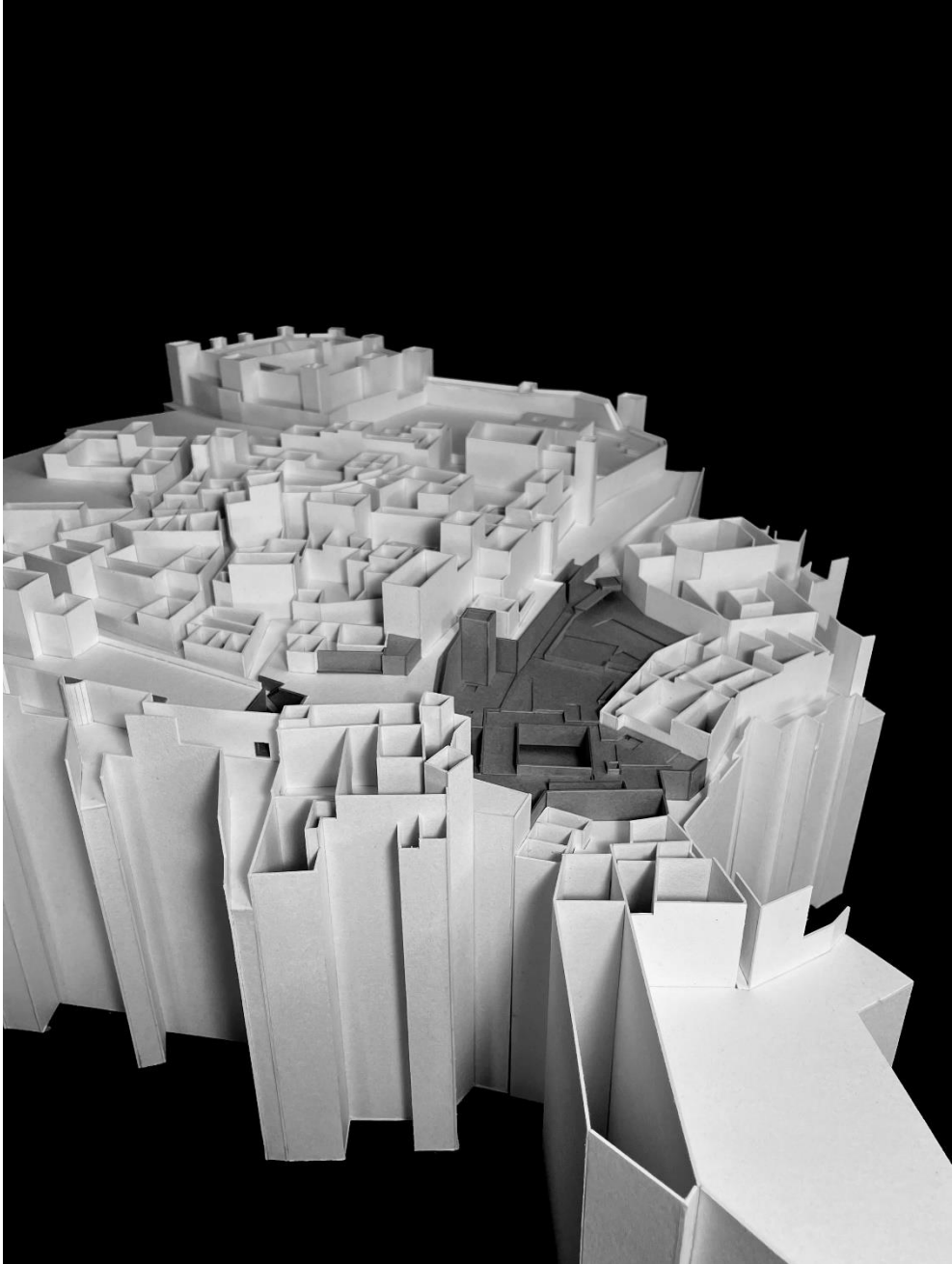


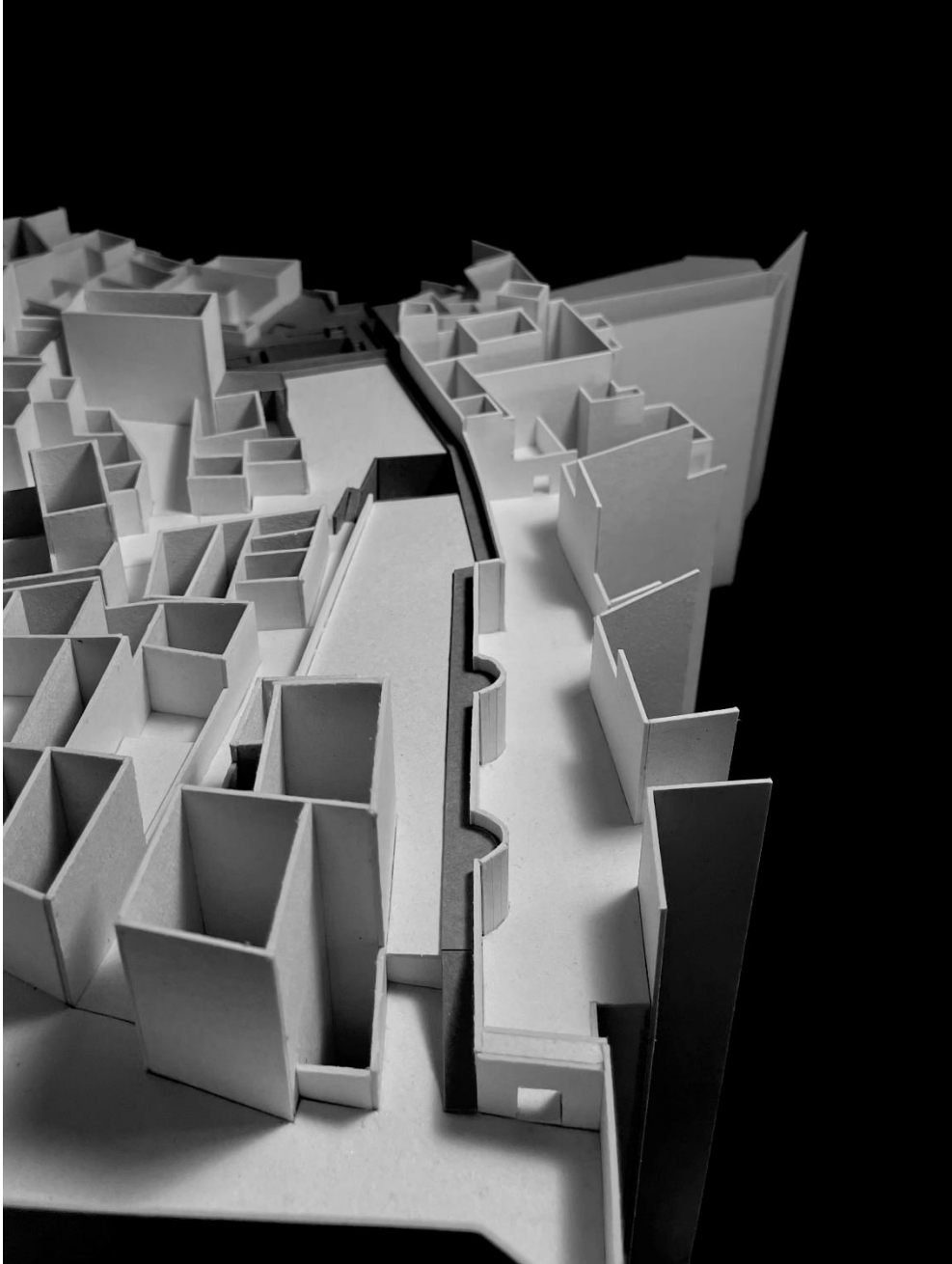






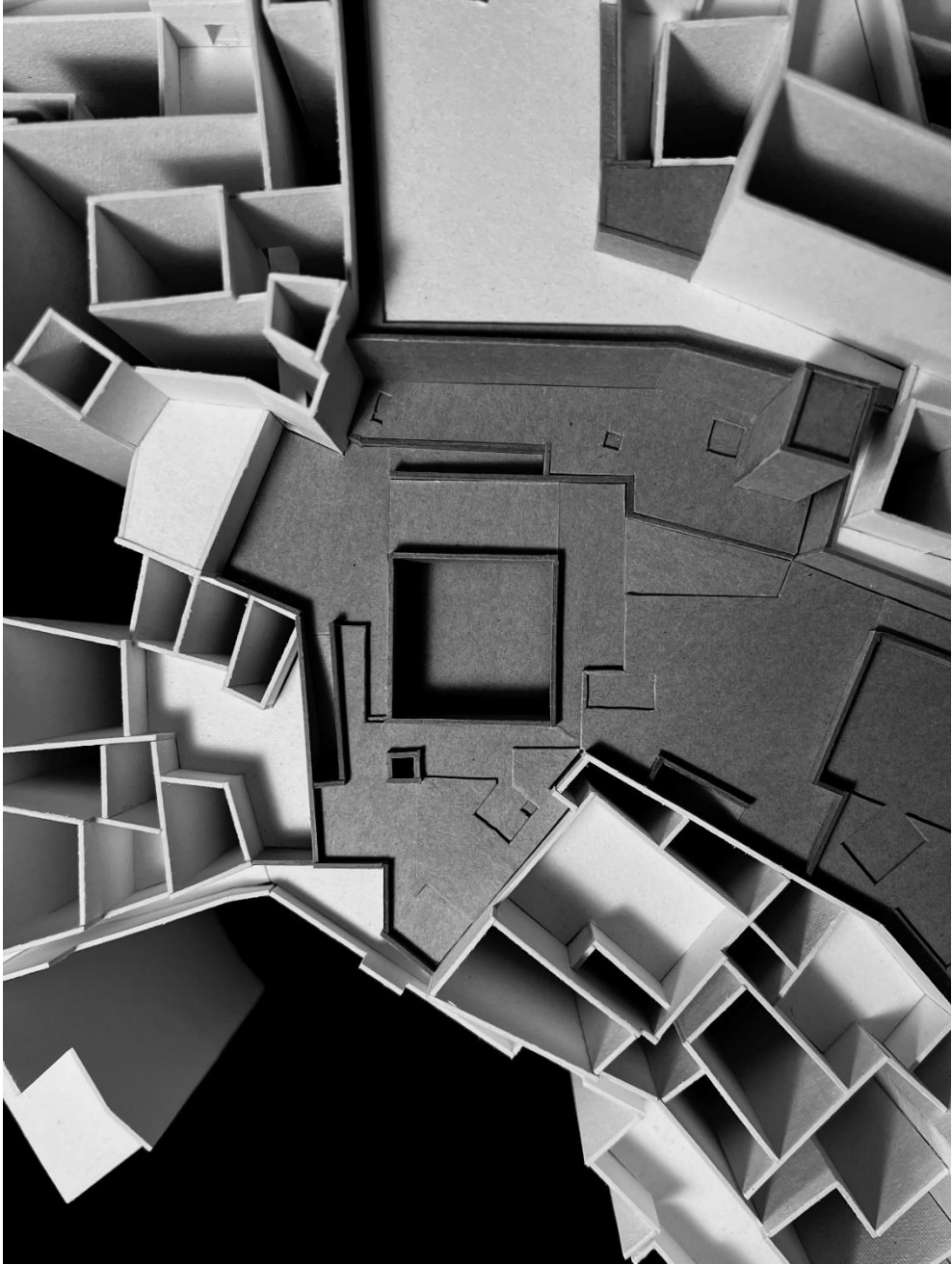


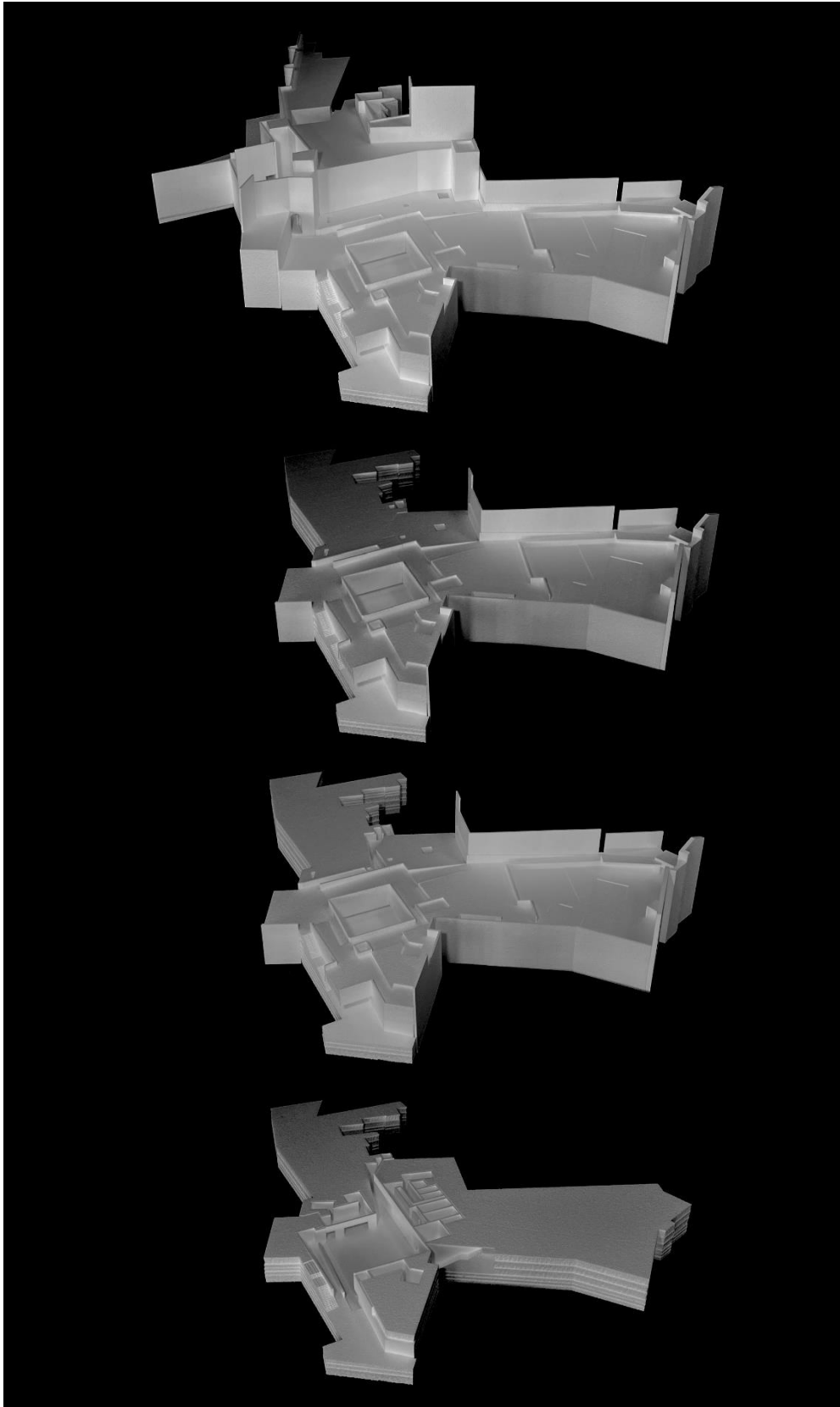


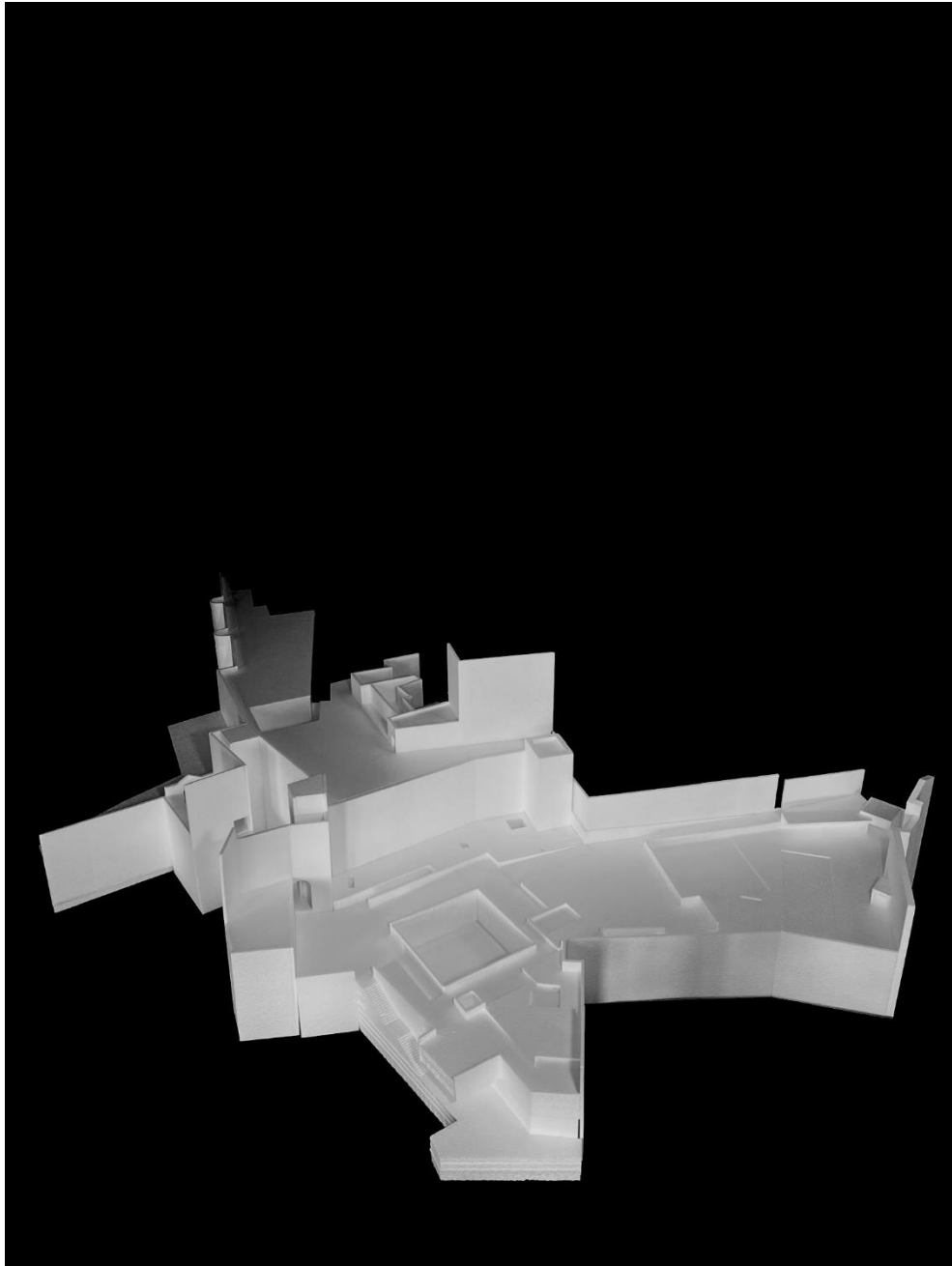


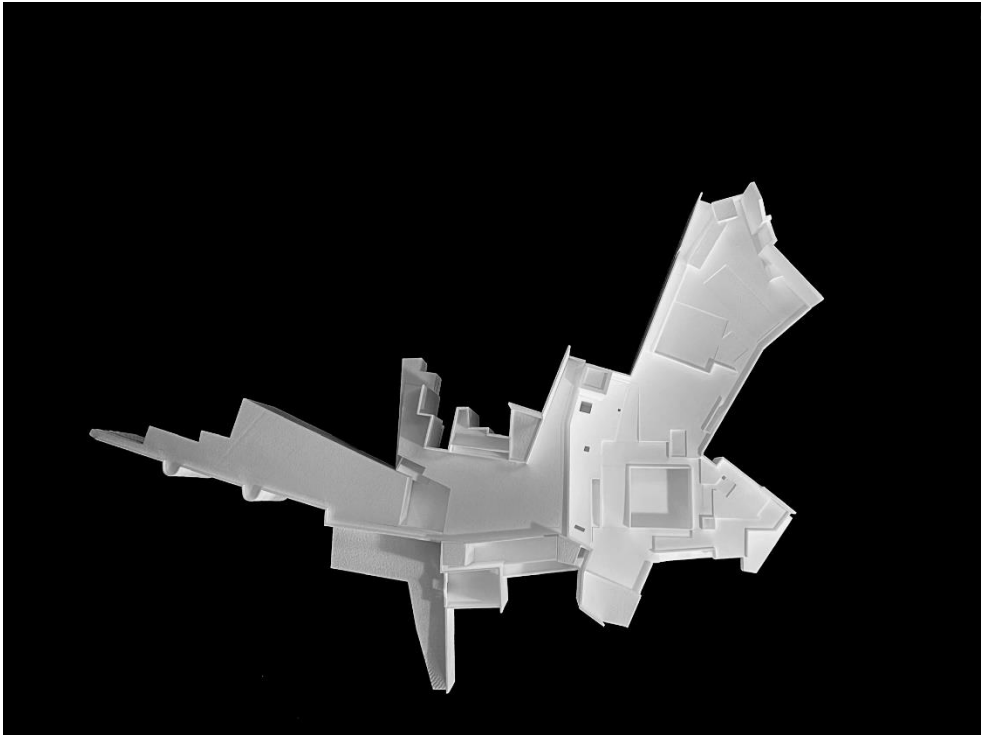


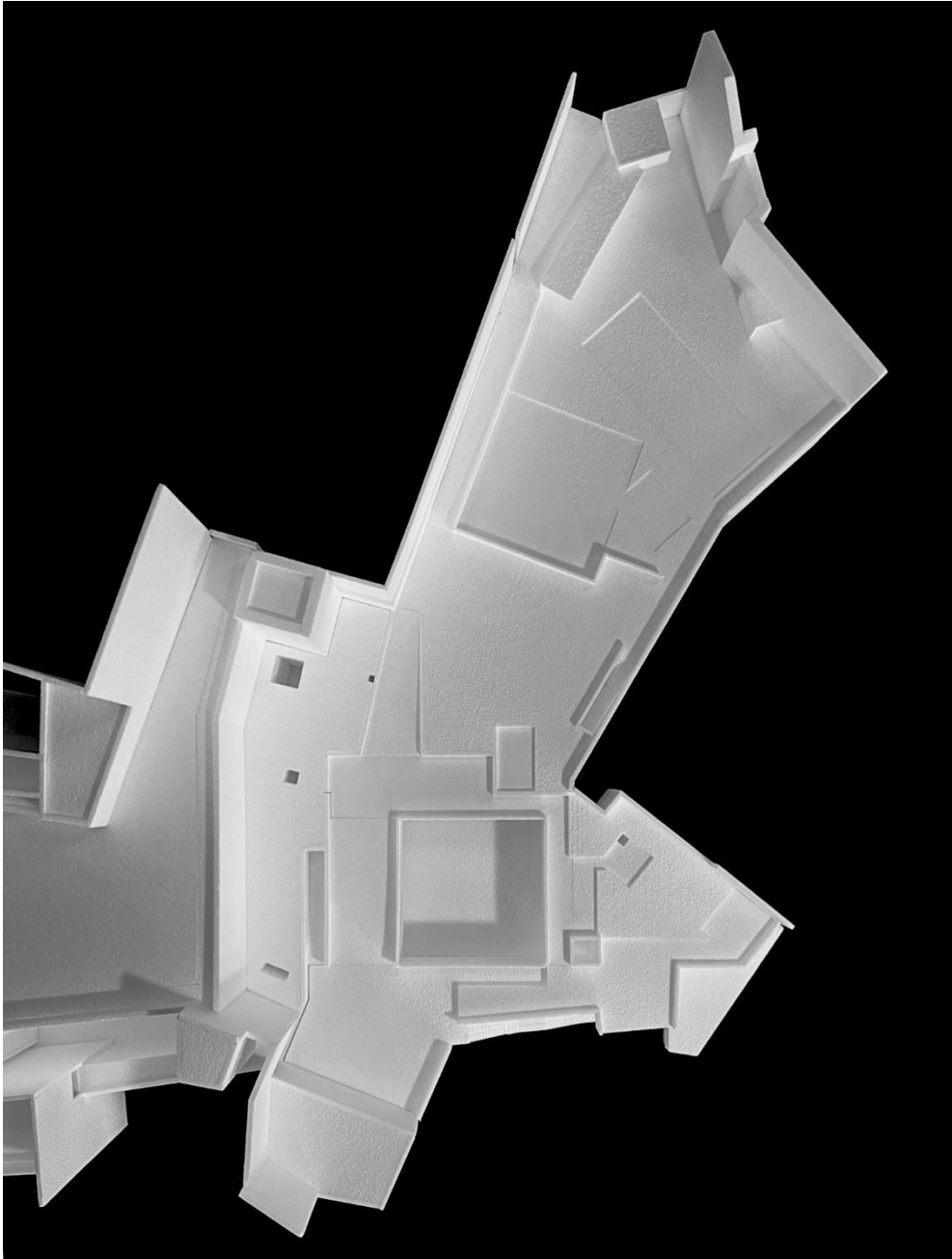


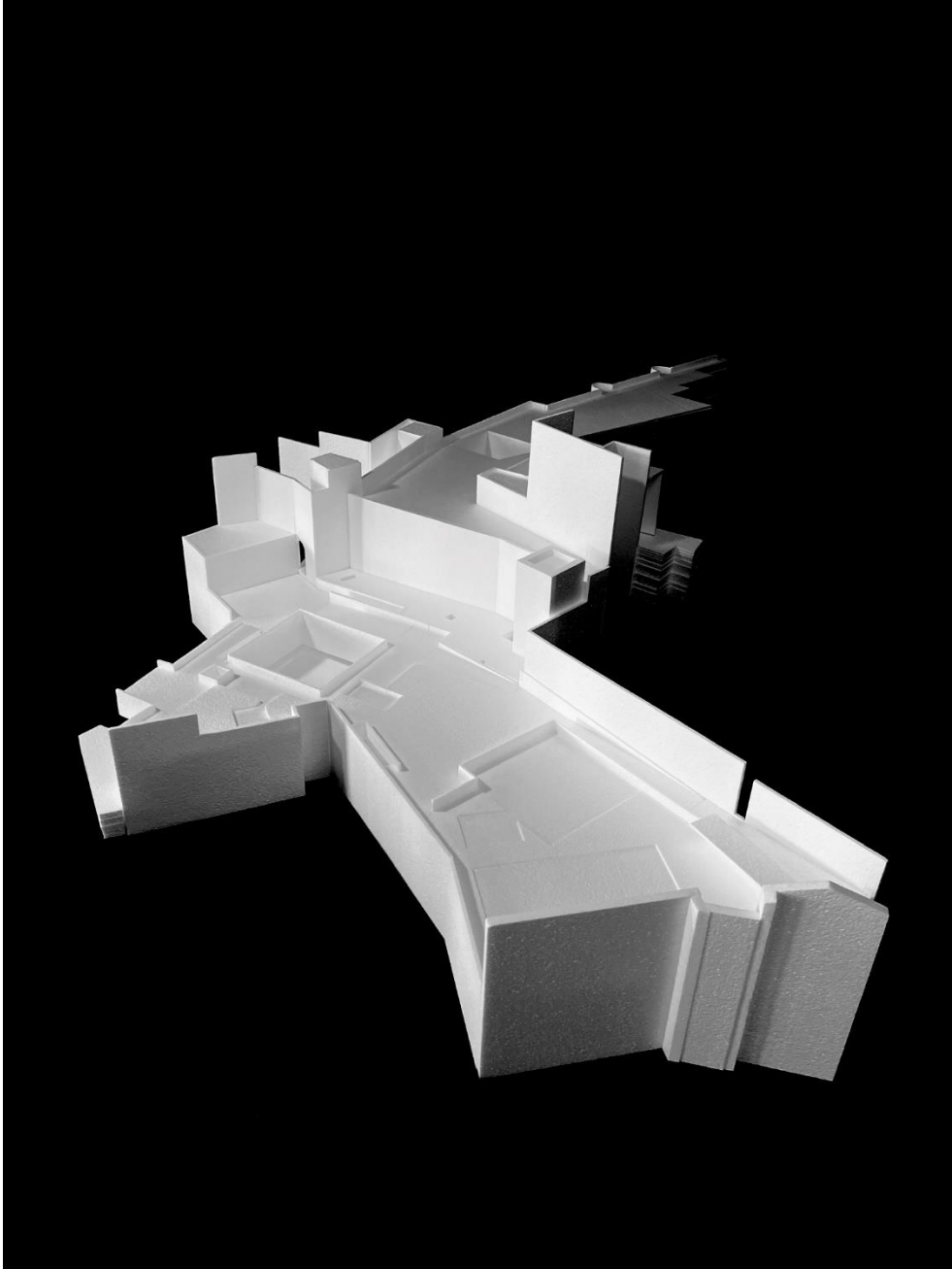


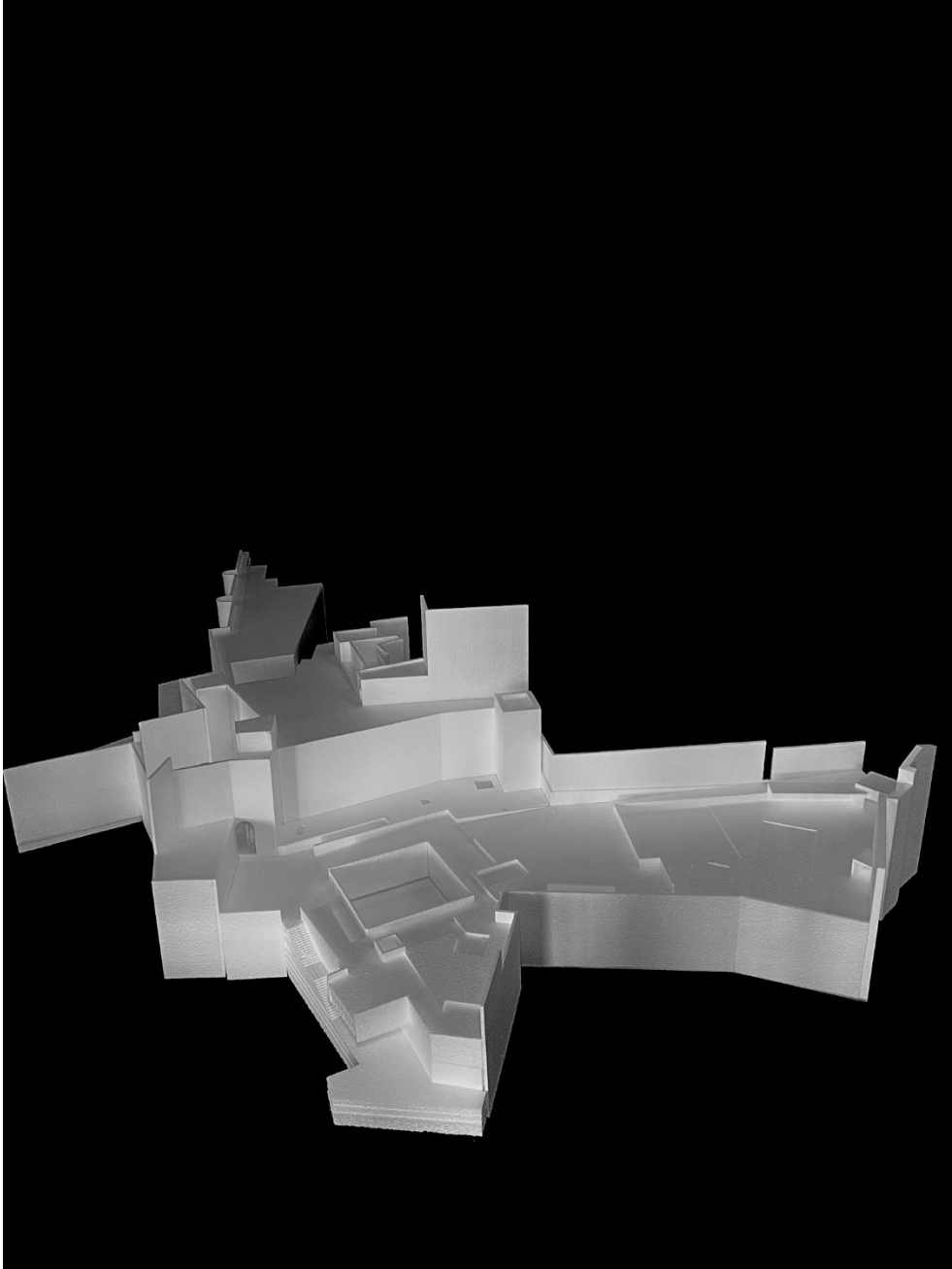


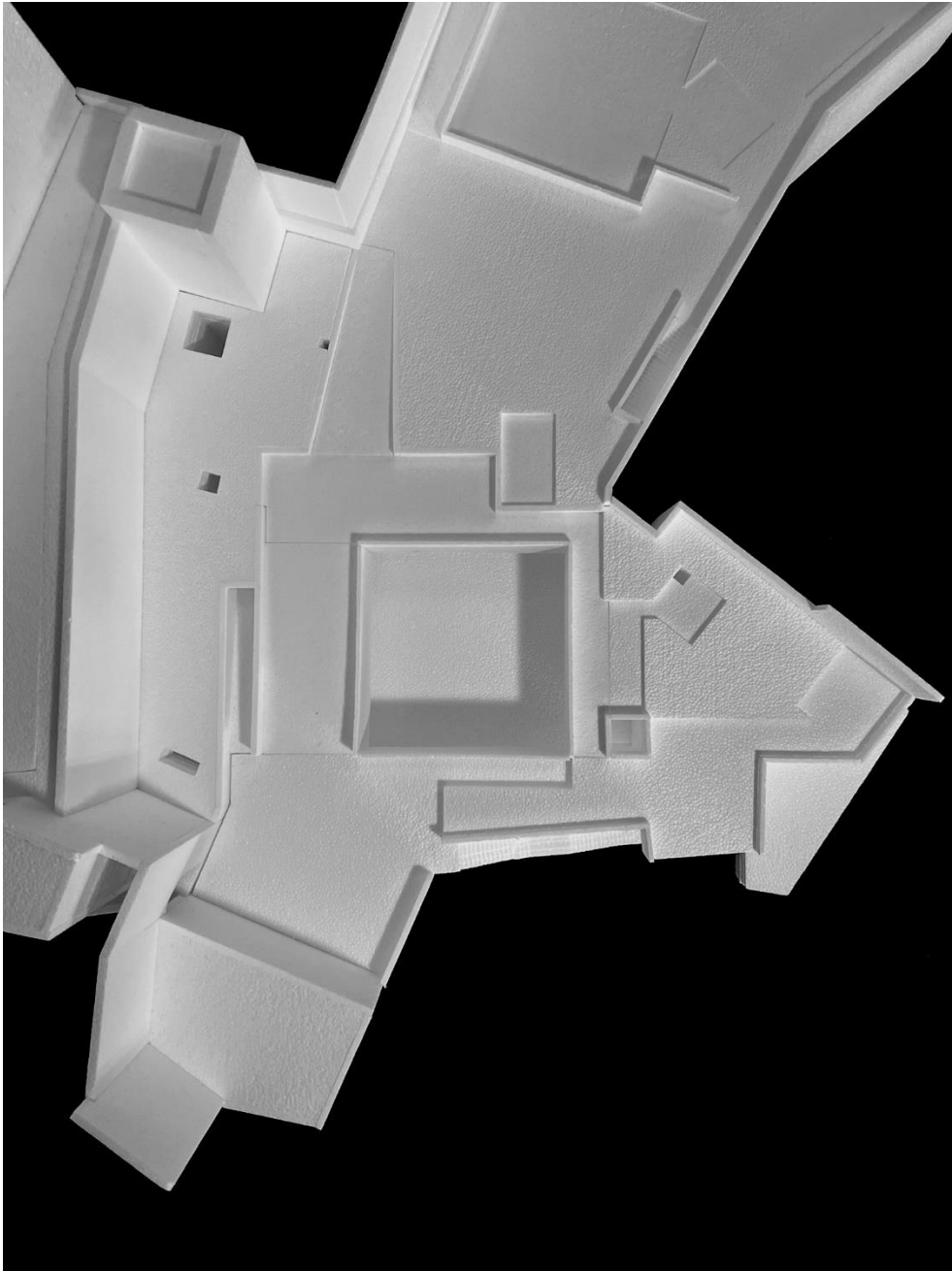


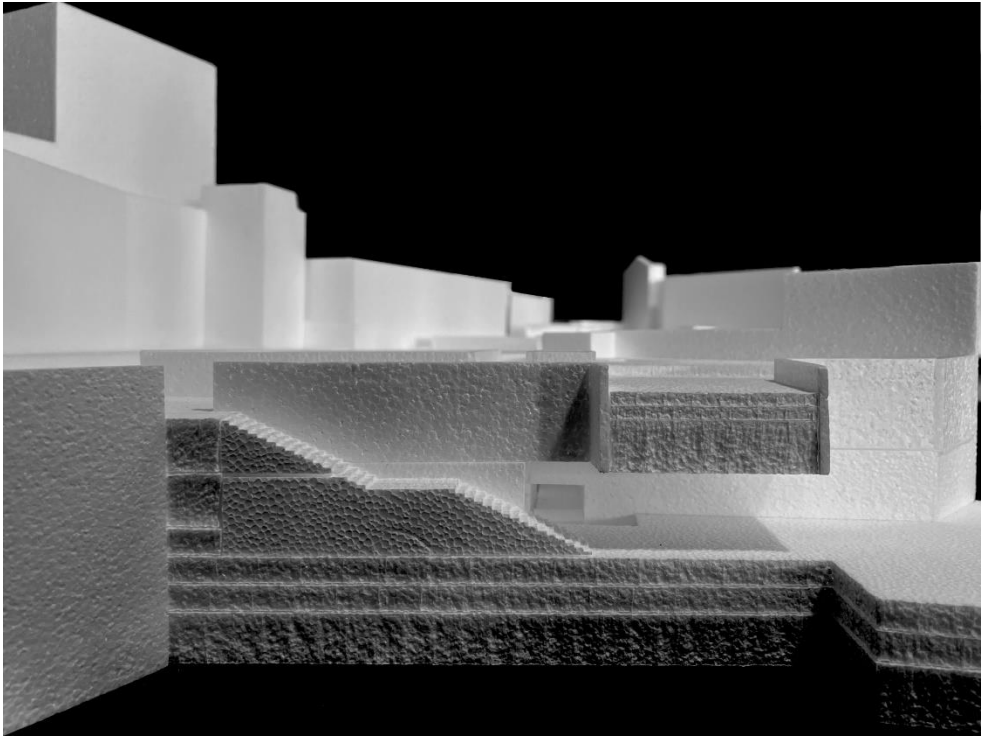


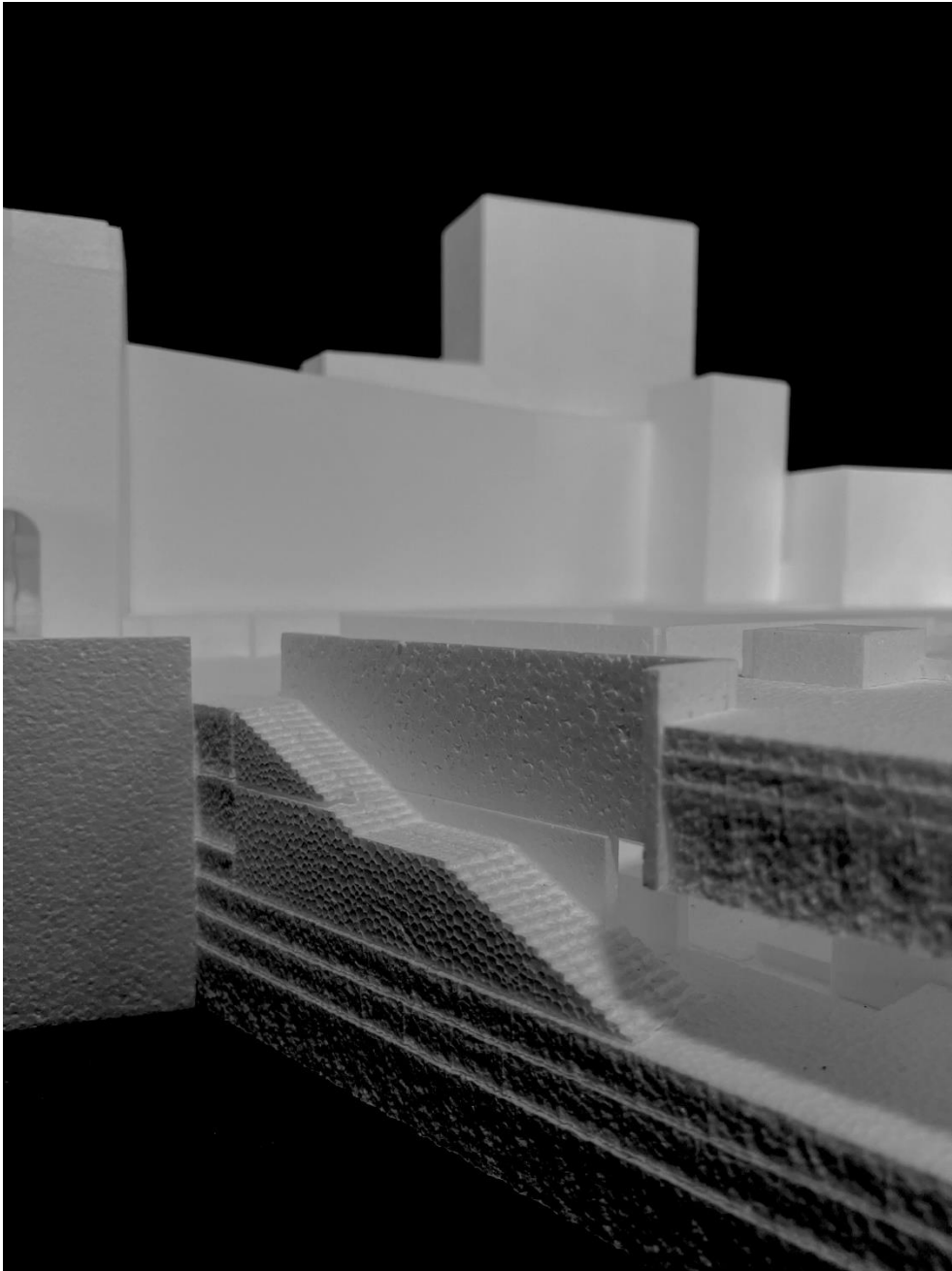


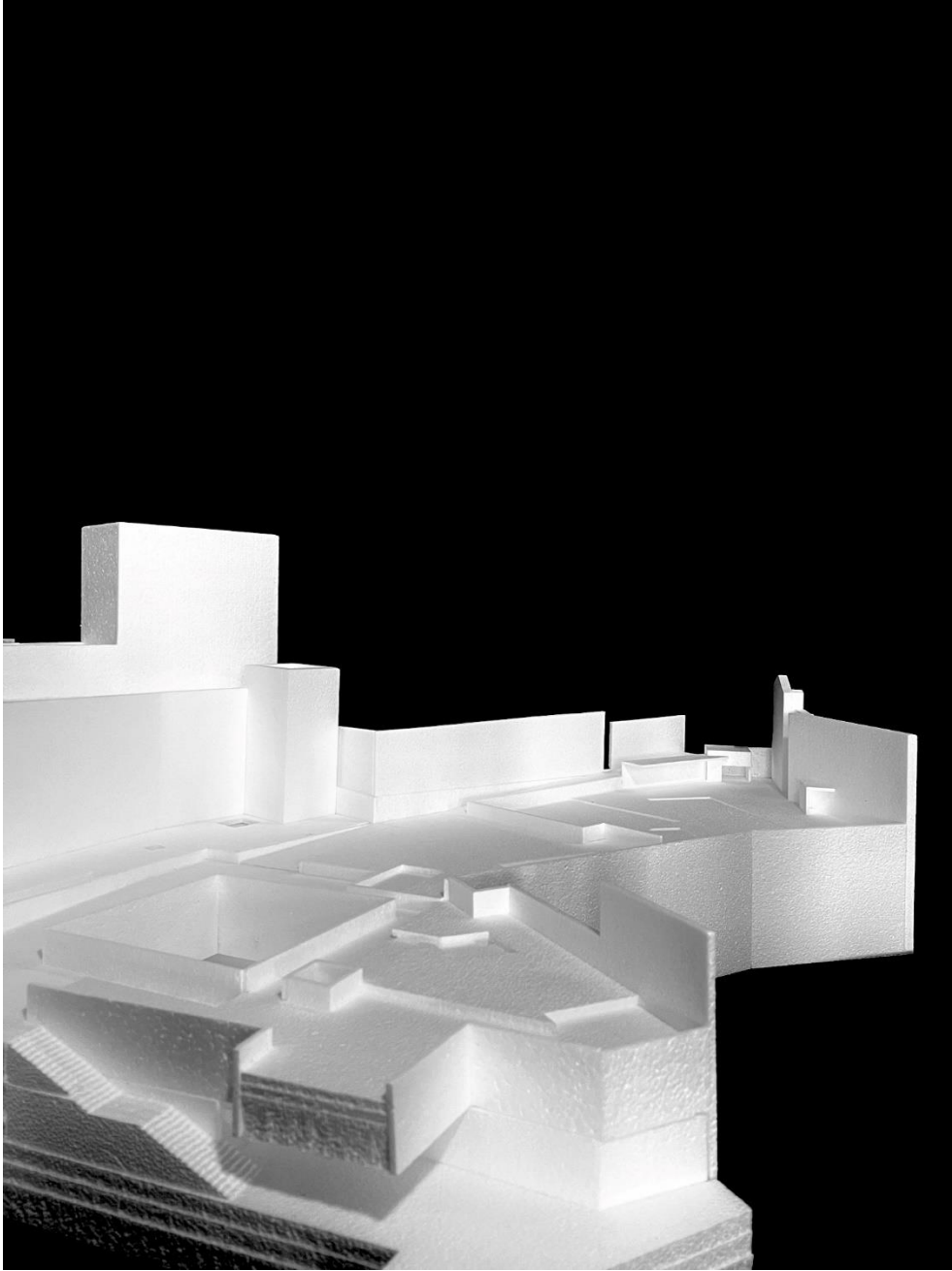


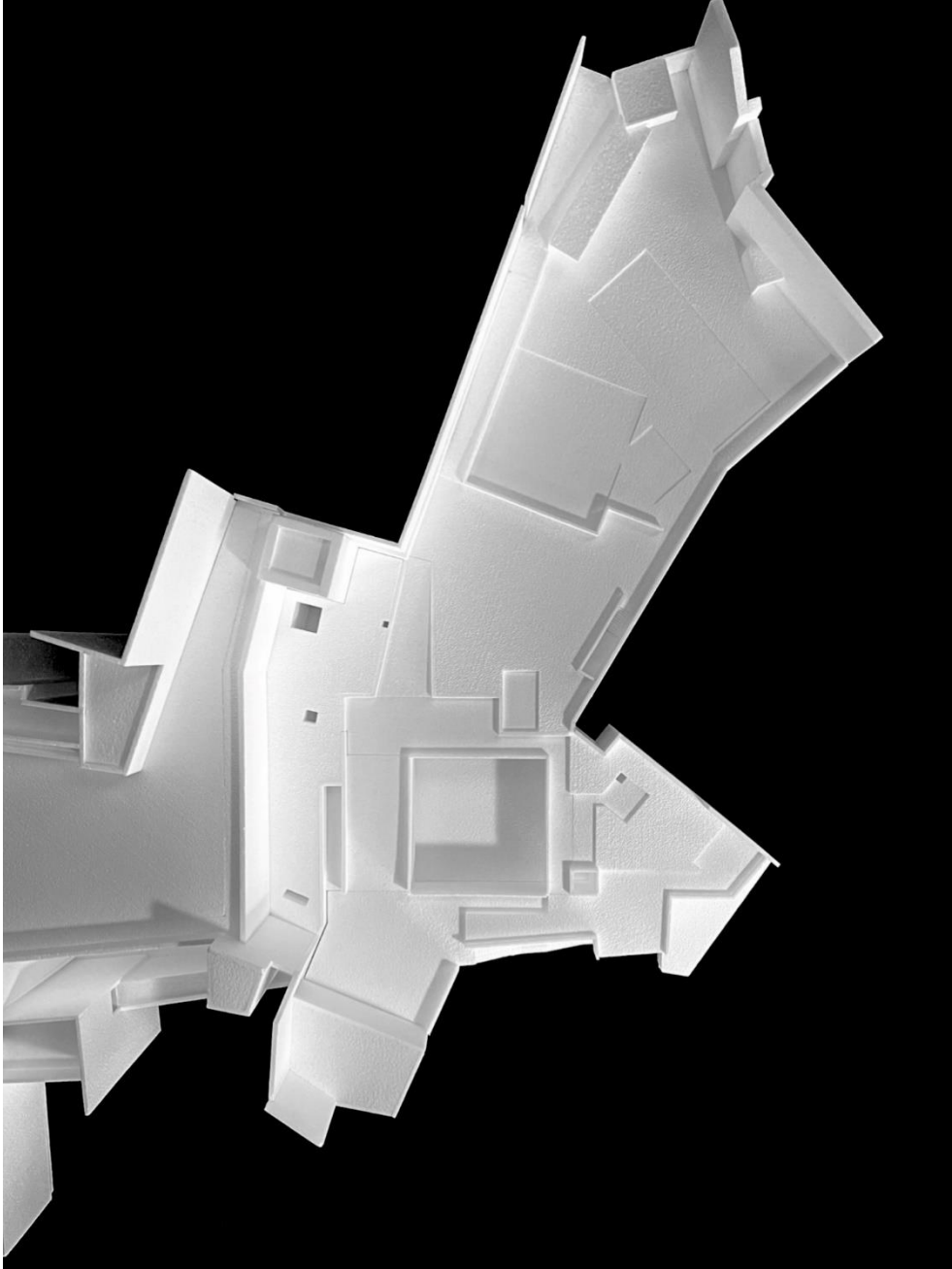


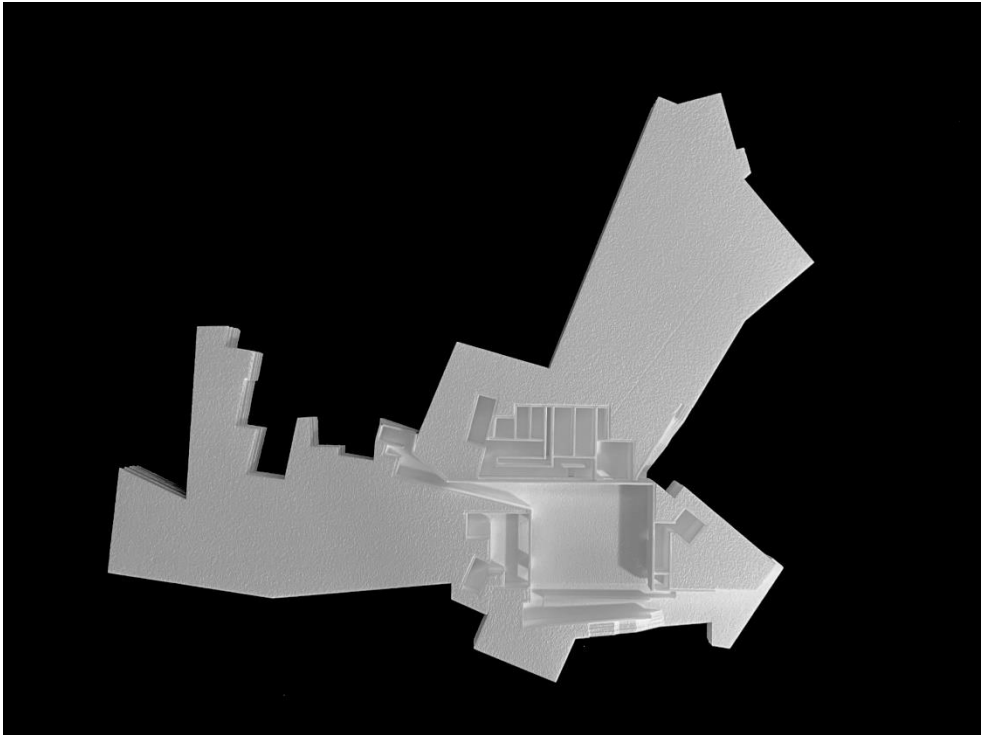


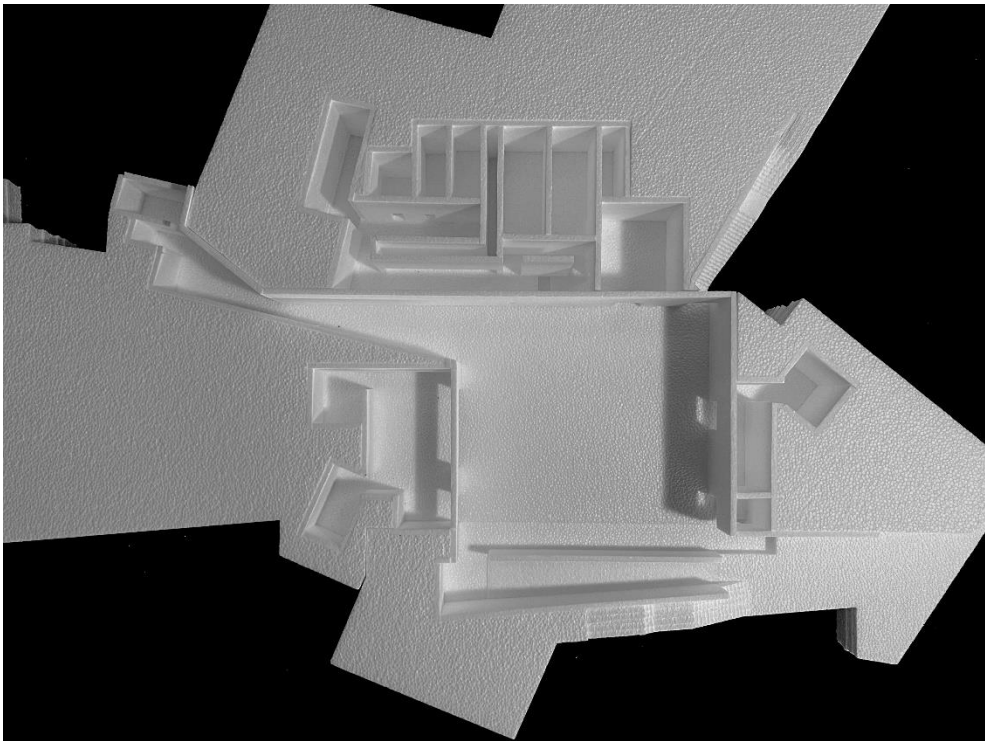


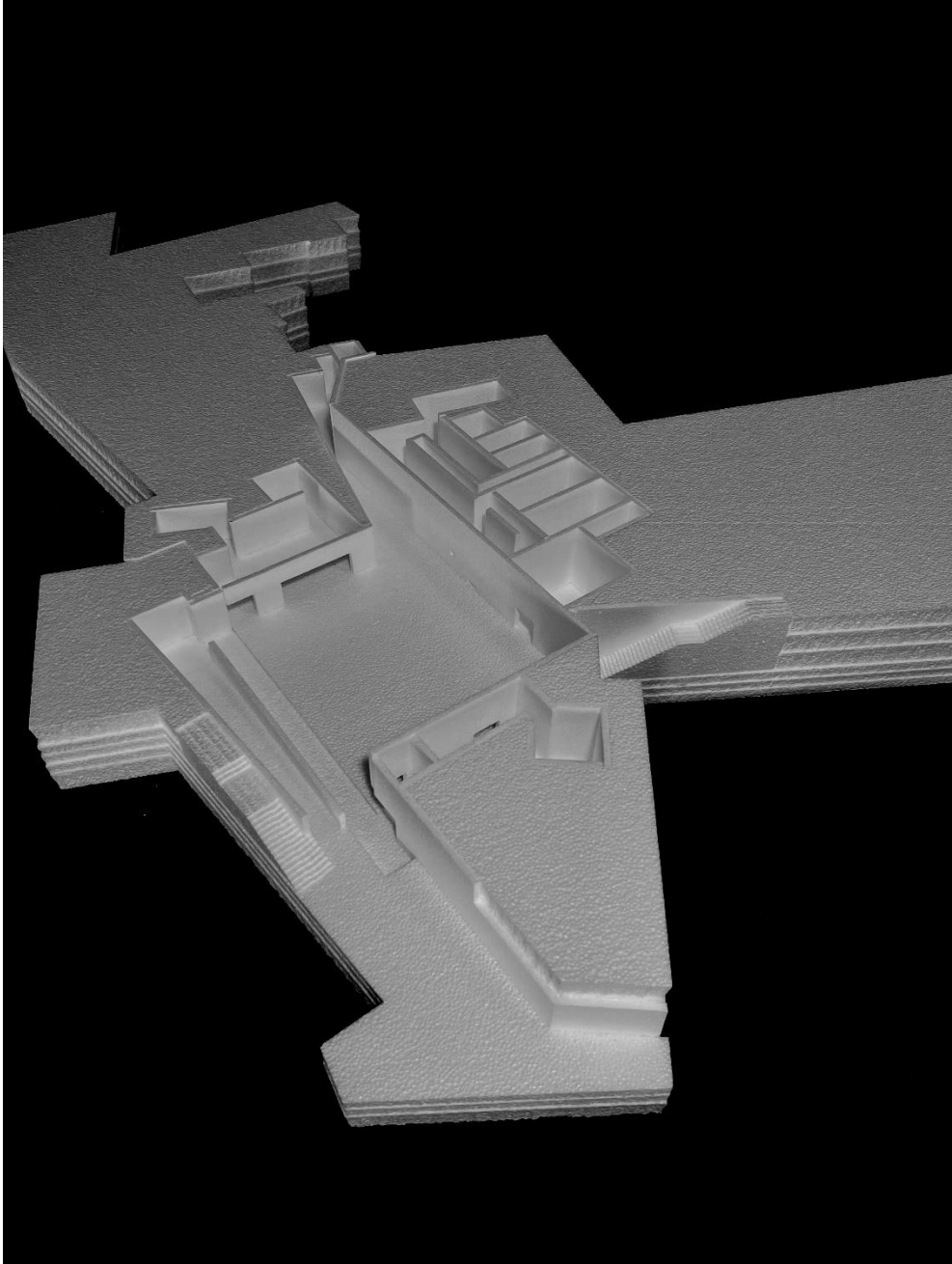


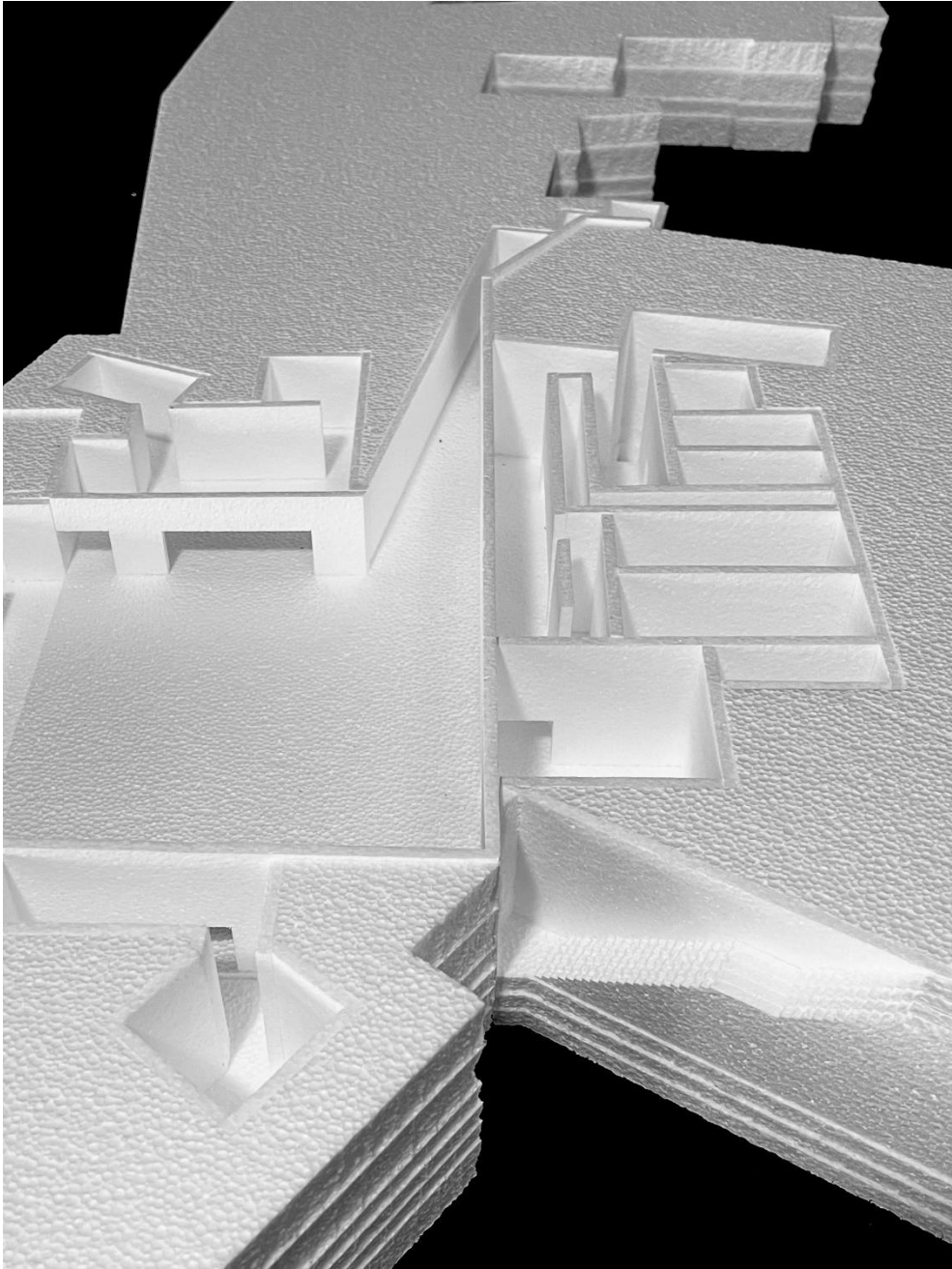


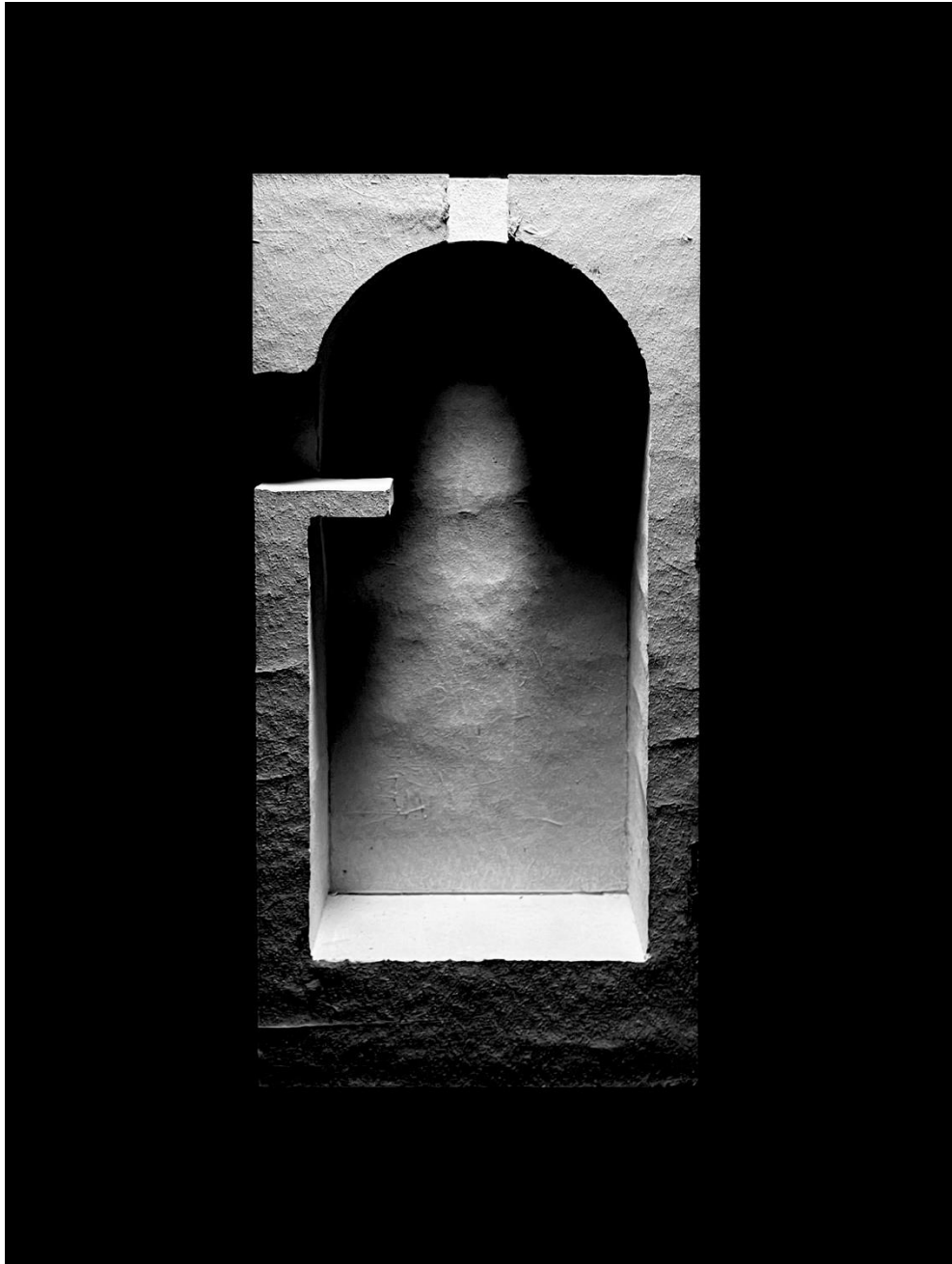














PAINÉIS







1.1

1

2

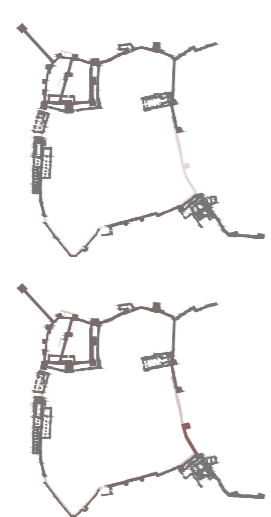
1.2



2.1

I. "FECHAR" A ALCAÇOVA

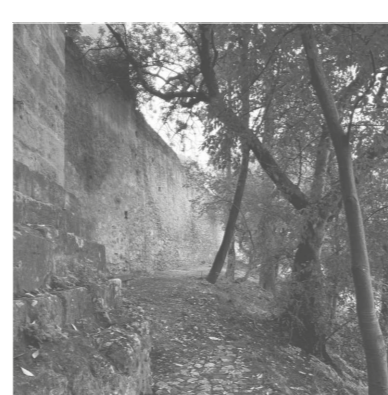
A PARTE SUL DO TROÇO NASCENTE DA MURALHA DA ALCAÇOVA (INEXISTENTE) É RECONSTRUÍDA ATÉ QUE SEJA POSSÍVEL SEM DEMOLIÇÕES DE GRANDE ESCALA, JUNTAMENTE COM ELA SÃO RECONSTRUÍDOS TAMBÉM O RESPECTIVO CAMINHO DE RONDA E TORREÃO



2.2

II . TORNAR TOTALMENTE PÚBLICOS OS CAMINHOS CONTIGUOS, PELO EXTERIOR, AOS TROÇOS NASCENTE E NORTE DA ALCAÇOVA

OS PERCURSOS QUE RONDAM OS TROÇOS SUL, NASCENTE E NORTE DA ALCAÇOVA PELO SEU EXTERIOR PASSAM A PODER SER PERCORRIDOS DE FORMA ININTERRUPTA, FACILMENTE ACESSÍVEL E TOTALMENTE PÚBLICA



2.3

III . REATIVAR O CAMINHO DE RONDA INTERIOR DO TROÇO SUL DA ALCAÇOVA

O CAMINHO DE RONDA É REATIVADO TORNAVANDO-SE UM CAMINHO PÚBLICO QUE LIGUE A PORTA DE SÃO JORGE E O MIRADOURO DO RECOLHIMENTO



2.4

IV . REATIVAR A PORTA DO CHÃO DA FEIRA

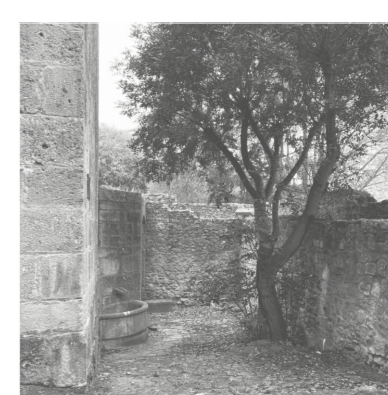
A PORTA É REABERTA CRIANDO UMA NOVA FORMA DE ENTRAR NA ALCAÇOVA E RECRIANDO CAMINHOS ANTIGAMENTE EXISTENTES, É TAMBÉM DESENHADO UM PÁTIO DE ENTRADA



2.5

V . REATIVAR A PORTA DO MARTIM MONIZ

A PORTA DO MARTIM MONIZ (PORTA ASSOCIADA À ENTRADA DOS PORTUGUESES NO CASTELO E CONSEQUENTE CONQUISTA DA CIDADE) É REATIVADA PASSANDO A ASSUMIR-SE COMO UMA SAÍDA DA ZONA PAGA DO CASTELO



2.6

